



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 160 - TERÇA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)¹
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14
<p>Líder Humberto Costa - PT Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque</p> <p>Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim</p> <p>Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Líder Mário Couto - PSDB⁽⁸⁾ Vice-Líderes Jayme Campos⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda</p> <p>Líder do PSDB - 9 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira⁽⁹⁾ Paulo Bauer⁽⁷⁾ Flexa Ribeiro⁽⁶⁾</p> <p>Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos⁽⁵⁾</p> <p>PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p>
<p>PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL</p>	<p>Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p>PR - 7 Líder Magno Malta - PR⁽¹¹⁾ Vice-Líder Clésio Andrade</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSD, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

EXPEDIENTE

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 168ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 26 DE SETEMBRO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o Dia do Administrador, nos termos dos Requerimentos nºs 297 e 589, de 2011, do Senador Cyro Miranda e outros Senadores.....

39000

1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro

1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Cyro Miranda)

1.2.3 – Oradores

Senador Cristovam Buarque.....

39001

Senador Valdir Raupp

39004

Sr. Samuel Albernaz (Presidente da Associação Goiana de Administração)

39005

Sr. Nelson de Carvalho Filho (Diretor Superintendente da Faculdade Alfa de Goiânia)

39006

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 169ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE SETEMBRO DE 2011

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Comunicação

Do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, encaminhando cópias dos **Atos nºs 1 e 2, de 2011**, aprovados em 1º de junho e 14 de setembro de 2011, respectivamente. (**Ofício nº 137/2011, de 22 do corrente**).....

39008

2.2.2 – Parecer

Nº 984, de 2011, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 321, de 2010.....

39009

2.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 598, de 2011, de autoria dos Senadores Francisco Dornelles, Lindbergh Farias e Ricardo Ferraço, que *incluir § 1º-A e 5º no art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, “que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política*

Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências”, para alterar os valores definidos no art. 22 do Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, para verificação da faixa de isenção e das faixas de alíquotas de 10%, 20%, 30% e 40%, relativas ao cálculo e ao pagamento de participações especiais, bem como alterar a destinação da receita federal adicional para o Fundo Especial, a ser distribuída entre todos os Estados e Municípios.....

39013

2.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre a Proposta de Emenda a Constituição nº 300, de 2008, que estabelece o piso salarial dos policiais militares, ainda em tramitação na Câmara dos Deputados; e outros assuntos.

39018

SENADORA ANA AMÉLIA – Comentários sobre o discurso da Presidente Dilma Rousseff, semana passada, na abertura da Assembléia Geral da ONU; e outros assuntos.

39024

SENADOR GEOFANI BORGES – Destaque à matéria publicada no jornal **Aqui Amapá**, intitulada “Secretário Juliano Del Castillo é processado pela Band e Aqui Amapá”.

39028

SENADOR PEDRO SIMON – Preocupação com os possíveis prejuízos do Rio Grande do Sul em relação à retirada do carvão gaúcho dos próximos leilões de energia A-5, do Governo Federal; e outro assunto.

39029

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Registro do transcurso dos 22 anos da Universidade Federal de Roraima (UFRR), destacando a participação de S. Exª, na última semana, em solenidades de inauguração de obras na universidade.....

39033

SENADOR ALVARO DIAS – Ponderações acerca do anúncio da Ministra de Relações Institucionais quanto à intenção do Governo Federal em criar um novo imposto para o financiamento da saúde.....

39045

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Apresentação de proposta de repasse de parte do Fundo Constitucional, do Distrito Federal aos muni-

cípios de Goiás limítrofes, como forma de diminuir as desigualdades sociais.....	39048
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Preocupação com a destinação dos recursos, que serão oriundos de fundo a ser criado com os royalties da exploração do pré-sal, às áreas de educação, ciência e tecnologia.....	39051
SENADORA LÚCIA VÂNIA, como Líder – Comentários acerca da fragilidade dos instrumentos de acompanhamento e controle de obras financiadas com recursos públicos; e outro assunto.....	39053
SENADOR ANIBAL DINIZ – Registro da necessidade de se beneficiar os estados não produtores de petróleo com a distribuição dos royalties deste produto; e outros assuntos.....	39055
SENADOR BENEDITO DE LIRA – Registro da comemoração amanhã do Dia Mundial do Turismo.....	39057
2.2.5 – Comunicação	
Do Senador Randolfe Rodrigues, referente ao desligamento de Sua Ex ^a da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 226, de 2011, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil. (Ofício nº 207/2010, de 26 do corrente).....	39060
2.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro da publicação de estudo de viabilidade para a construção de quatro hidrelétricas no Estado de Roraima.....	39060
SENADOR PAULO PAIM – Registro do convite, à S. Ex ^a , para participar da estreia do filme “Parla, Mentor”, que integra a Mostra Brasília do 44º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro.....	39062
SENADOR LINDBERGH FARIA – Defesa de um novo pacto federativo como forma de se evitar conflitos entre os estados.	39063
2.2.7 – Comunicações da Presidência	
Dedicação do tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã para comemorar os 33 anos da fundação da Comunidade Canção Nova, nos termos dos Requerimentos nºs 901 e 1.008, de 2011, do Senador Antonio Carlos Valadares e outros Senadores.	39068
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2009.....	39068
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2011.	39068
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 116,	

de 2011. Esclarecimento de que foi feita adequação no texto do projeto aprovado terminativamente pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

39069

2.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR CYRO MIRANDA – Registro do artigo, de autoria do Sr. Maurício Garcia, Coordenador do Comitê Técnico do Fórum Nacional das Entidades Representativas do Ensino Superior Privado, intitulado “Avaliação do ensino superior, triste realidade”, publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo** de 21 do corrente.....

39069

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do artigo intitulado “Bicicletas não levam a lugar nenhum”, publicado pelo jornal **O Globo** de 20 do corrente.....

39071

SENADOR ALVARO DIAS – Registro do artigo, de autoria do professor Rogério Furquim Werneck, intitulado “O grande momento de FH”, publicado pelo jornal **O Globo** de 24 de junho último.

39072

SENADOR ROMERO JUCÁ – Homenagem pelo transcurso, dia 9 do corrente, do Dia do Administrador.....

39073

2.2.9 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 27, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....

39073

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – ATO ADMINISTRATIVO

3.1 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 184, de 2011.....

39074

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 168ª Sessão, Especial, em 26 de setembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Cyro Miranda

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 20 minutos e encerra-se às 11 horas e 19 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o Dia do Administrador, nos termos dos **Requerimentos nºs 297 e 589, de 2011**, de minha autoria, Senador Cyro Miranda, e outros Senadores.

Convidado para fazer parte da Mesa o Ex^{mo} Senador Cristovam Buarque; o Presidente da Associação Goiana de Administração, Sr. Samuel Albernaz; o Presidente do Conselho Regional de Administração do Estado de Goiás, Sr. João Divino de Brito; o Diretor-Superintendente da Faculdade Alfa de Goiânia, representando as demais faculdades do Estado de Goiás, Sr. Nelson de Carvalho Filho. (Palmas.)

Convidado a todos para, de pé, cantarmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Exm^o Senador Cristovam Buarque, amigo, ex-Ministro da Educação, ex-colega de curso secundário, um dos homens que mais se dedica à educação neste País; Exm^o Presidente da Associação Goiana de Administração, amigo e competente, Sr. Samuel Albernaz; Presidente do Conselho Regional de Administração do Estado de Goiás, Sr. João Divino de Brito; Diretor Superintendente da Faculdade Alpha, amigo fraterno, Nelson de Carvalho Filho; senhoras e senhores diretores, professores e estudantes do curso de Administração dos seguintes centros de ensino: Faculdade Aphonsiano de Trindade, Centro de Ensino Superior de Catalão, Faculdade Brasileira de Educação de Goiânia, Unifan de Aparecida de Goiânia, Faculdade Araguaia de Goiânia, Faculdade Lions de Goiânia, Faculdade Brasil Central de Goiânia, Faculdade Unicamps de Goiânia, Faculdade Padrão de Goiânia, Faculdade Universo de Goiânia, Pontifícia Universidade Católica de Goiânia e Faculdade Anhanguera de Anápolis; senhoras

e senhores; Sr^{as} e Srs. Senadores, se lançarmos um olhar atento às reviravoltas do mercado internacional nos últimos anos, se nos detivermos nos movimentos do dólar nos últimos dias, veremos que administrar é hoje um desafio, uma tarefa para mentes criativas.

Administrar é hoje um verdadeiro jogo de equilíbrio entre ousadia e responsabilidade. Ousadia para sair dos turbilhões de crises previsíveis e imprevisíveis. Responsabilidade para evitar que anos de extrema pujança econômica, como os anteriores à crise de 2008, terminem em retração, com desdobramentos indesejáveis.

Nove de setembro é a data em que se comemora o Dia do Administrador, razão pela qual solicitamos a presente sessão solene.

É momento ideal para refletirmos sobre o papel e a importância desse profissional para a manutenção do vigor econômico, não só das empresas, mas também dos Estados nacionais.

Não há sucesso empresarial ou desenvolvimento nacional sem a mão inteligente do administrador. Mas não há, tampouco, crise ou fracasso que não se origine da má administração.

A sagacidade e o senso de oportunidade de quem administra revelam-se como a pedra de toque para o equilíbrio das contas públicas e para a capacidade de geração das riquezas das empresas.

Não existe desenvolvimento ou competitividade sem bons administradores, e, no contexto que se delineia no cenário internacional, precisamos de profissionais corajosos e audazes.

Mas a boa administração demanda sensatez, prudência e previsibilidade, para antever cenários e precaver-se contra as intempéries do mercado.

É fundamental lembrar, também, que os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa constituem verdadeiro fundamento da República Federativa do Brasil, como bem sinaliza o art. 1º da Constituição Federal.

A esse respeito, forçoso é dizer que a boa administração dos recursos públicos, oriundos do esforço coletivo de nossa sociedade, é viga mestra da democracia e do Estado de Direito.

Meus prezados administradores e administradoras, ao longo da história brasileira, sempre tem havido preocupação em formar bons profissionais tanto no setor público como na iniciativa privada.

A história da Administração no País inicia-se, efetivamente, no alvorecer da década de 1930, com o surgimento do Instituto da Organização Racional do Trabalho (IDORT), e do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

Funda-se, então, a Escola de Serviço Público, que costumava enviar técnicos de administração aos Estados Unidos para a realização de cursos de aperfeiçoamento.

Em 1944 nasce também, a Fundação Getúlio Vargas, a famosa FGV, mantenedora da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EASP).

No dinâmico mercado que se tem edificado no processo de globalização nos últimos quarenta anos, o curso superior em Administração de Empresas tornou-se um dos mais procurados nas universidades públicas e privadas em todo o território nacional.

O perfil do administrador da sociedade do conhecimento atrai os jovens pelo dinamismo e desafios que a profissão demanda.

Administrar bem significa conquistar clientes e mercados, realizar sonhos e superar limites.

Nas economias modernas, o administrador é o profissional que gerencia a aplicação de recursos financeiros, tecnológicos, físicos e humanos de empresas.

O administrador enxerga o futuro e desbrava o caminho na busca do melhor planejamento.

Mas o administrador precisa ser tocado pela versatilidade do mundo contemporâneo, que alavanca empresas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, pequenas, médias ou de grande porte.

Sem a visão de conjunto dos processos produtivos, as empresas não encontram a flexibilidade necessária para se adequar as permanentes mudanças características deste início do século XXI.

Srás e Srs. Administradores, não temos dúvida em apontar a Administração de Empresas como uma das profissões que mais crescem no Brasil e no mundo.

É um processo resultante da intensificação de trocas comerciais e intercâmbios profissionais, marca indelével do contexto da globalização que caracteriza a economia internacional.

Nesta homenagem, temos o dever de render tributo ao Conselho Federal de Administração. Ao lado dos Conselhos Regionais, sediados nos Estados, o Conselho tem por missão “promover a difusão da Ciência da Administração e a valorização da profissão do Administrador visando à defesa da sociedade”.

Por essa razão, aumenta a cada dia o número de profissionais qualificados e devidamente registrados que estão à frente de cargos estratégicos, tanto em órgãos públicos quanto em empresas privadas.

Bons administradores são sinônimo de gestão de qualidade.

Bons administradores são sinônimo de bons projetos empresariais e públicos, resultantes da observação arguta, do questionamento oportuno, da interpretação precisa e da liderança firme.

Senhoras e Senhores, a inserção competitiva do nosso País na economia internacional exige o constante aperfeiçoamento dos profissionais brasileiros, que têm no administrador de empresas um importante coordenador de esforços, em prol da saúde e do vigor das unidades empresariais.

Neste mês de setembro, em que comemoramos o Dia do Administrador, gostaria de parabenizar todos os profissionais da Administração, bem como os seus órgãos de representação, pelo valor de seu trabalho e pela contribuição de cada um no engrandecimento de nosso País.

Que seu exemplo possa se multiplicar e render frutos, em prol de um Brasil mais rico, mais produtivo e decente, para todos os cidadãos brasileiros.

Decerto, o Brasil forte e altaneiro, competitivo e consciente da sua missão como país voltado à sustentabilidade global constrói-se sempre pela mão do administrador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Passo a palavra, para que faça seus cumprimentos, ao Senador e amigo Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Cyro Miranda, que foi meu colega há muitos e muitos anos, ainda no ensino médio em Recife, apesar de ser hoje goiano; Sr. Presidente do Conselho Regional de Administração do Estado de Goiás, João Divino de Brito; Sr. Presidente da Associação Goiana de Administração, Samuel Albernaz; Sr. Diretor Superintendente da Faculdade Alpha de Goiânia, Prof. Nelson de Carvalho Filho; caros alunos, profissionais da Administração que aqui estão, em primeiro lugar, bom dia a cada um e a cada uma de vocês. Em segundo lugar, quero dizer da minha satisfação, Senador Cyro, pois graças a sua iniciativa, pudemos reunir este grupo, aqui, nesta Casa do Congresso. Meus agradecimentos, porque é a oportunidade que temos de dizer o que sentimos em relação à atividade do administrador.

Talvez nunca antes o mundo precisou tanto de bons gestores e administradores quanto neste momento da história e daqui para frente, mas nunca antes foi preciso ter uma consciência clara de qual é o papel

do administrador. Porque, às vezes, a gente acha que administrar é apenas gerenciar uma unidade de produção, sem perceber a dimensão total de uma nação e a dimensão total até da humanidade.

Existem excelentes técnicos gestores em fábricas de armas. E eu me pergunto se ser um bom gestor numa fábrica de armas, fabricando bombas para serem jogadas sobre as cabeças das pessoas que muitas vezes nada têm a ver com as guerras, se isso indica um bom administrador ou se indica um administrador bom.

Uma coisa é administrar no Brasil, a outra coisa é administrar o Brasil. E quando eu falo administrar o Brasil, não falo da Presidenta da República de hoje ou dos presidentes de antes ou depois, eu falo de cada administrador.

Administrar no Brasil é gerenciar bem um hospital; administrar bem o sistema de saúde do Brasil é administrar um sistema que permita atender a todos, que não exclua ninguém. Uma coisa é o engenheiro construir no Brasil, outra coisa é o engenheiro construir o Brasil. O engenheiro, ao construir uma escola, ele está construindo no Brasil; o engenheiro que quer construir o Brasil, ele tem que lutar que nenhuma criança fique fora da escola, para que aquela escola que ele faz tenha professores bem remunerados, com exigências fortes sobre eles para que sejam bons professores.

É completamente diferente ser um profissional no Brasil ou ser um profissional a serviço do Brasil.

Eu quero falar para vocês, administradores, do que o Brasil precisa, não da fábrica onde vão trabalhar, não do hospital onde vão trabalhar, não da unidade econômica onde vão trabalhar.

O administrador no Brasil só precisa ter técnica; o administrador do Brasil, além da técnica, precisa ter ética e política; ética no coração e participação política para fazer com que a ação que ele exerce dentro daquela unidade de produção colabore para um Brasil melhor de que a gente precisa e não trabalhar eficientemente isolado do resto, para um Brasil que será pior mesmo que o administrador esteja cumprindo bem a sua tarefa.

E quero me prender a um assunto que está agora em momento de discussão. Está-se propondo aumentar para 10% os gastos a serem feitos com a saúde, 10% do PIB. Se aprovarmos esses 10%, professor, vai facilitar a vida do administrador no Brasil, mas talvez não facilite o papel do administrador do Brasil, porque começar com mais dinheiro nem sempre é a primeira solução.

Administrar bem a saúde brasileira e não os hospitais no Brasil, que é o que os administradores em geral fazem. Para administrar bem a saúde no Brasil, antes de se falar em dinheiro, tem que se começar

falando sobre qual o sistema será mais eficiente para chegar a todos em condições iguais.

Uma saúde que é desigualmente ofertada a uma população nega o sentimento mais profundo do direito à vida de cada pessoa que nasceu, porque, com dinheiro uns vivem mais, sem dinheiro uns vivem menos. Isso é uma imoralidade, isso não é uma desigualdade, é uma imoralidade.

E aí vem a pergunta: qual o sistema que a gente pode ter para melhorar a saúde de todos os brasileiros, antes de discutir quanto custa, antes de discutir o imposto novo que a gente vai criar para financiar isso? Qual o sistema que funciona bem? É um sistema puramente estatal ou é um sistema de cooperação entre governo e setores privados? Funciona melhor o SUS se todos os servidores forem funcionários do Estado ou funciona melhor o SUS se a gente puder ir a um médico privado e o governo pagar a esse médico privado? Estou colocando como uma pergunta que muitos não querem fazer.

É mais eficiente o que é estatal ou é eficiente o que é privado? Ou, mais importante ainda, o que é que faz uma atividade ser pública, independente de ser estatal ou privada?

Então, a primeira pergunta é: qual é o sistema ideal para a saúde de todos os brasileiros? Não estamos discutindo isso. Estamos discutindo quanto colocar mais no atual sistema. E, quando a gente joga muito dinheiro numa coisa que não funciona, joga dinheiro fora. Se a gente deixar cair de um helicóptero dinheiro no quintal de um hospital ou no quintal de uma escola, na primeira chuva esse dinheiro vira lama.

O dinheiro só tem utilidade quando a gente sabe como é que ele chega até a sala de operação; como é que chega até a alta que o paciente recebe. Isso é um trabalho de gestão, isso é um trabalho de política, isso é um trabalho de ética. Vocês têm que participar disso.

Como é o sistema ideal? O sistema ideal é começar pelo médico ou pelo engenheiro do saneamento? É começar pelo cirurgião ou pelo médico de atendimento dos problemas da família, antes de precisar da cirurgia? Tudo isso exige uma reflexão grande sobre como revolucionar o atual sistema de atendimento médico, porque, como ele está, não está bem e não só por falta de dinheiro, mas por falta de estrutura de sistema organizado e por falta de gestão.

Só depois de saber como é que deve ser o sistema é que a gente faz as contas de quanto custa. Por que 10% e não 12%? De onde surgiu esse número mágico? Se for 12%, por que a gente vai ficar com 10% e deixar gente morrendo? E se for 8% não é muito melhor, porque sobram 2% para outras coisas? Quanto custa, alguém já fez as contas de quanto custaria? Se

a gente chegar a 10%, vai ter quase R\$400 bilhões sendo gastos com a saúde. Quantos países do mundo têm R\$400 bilhões de Produto Interno Bruto? Poucos. Quatrocentos bilhões são mais de 20 mil/ano/habitação. Portanto, é um dinheiro muito alto que a gente vai gastar. Será que tudo isso é necessário realmente?

Vamos fazer a pergunta: como deve ser? Quanto custa? Depois a gente discute de onde vem o dinheiro; se é preciso mais do que se está gastando, o que eu acho que vai precisar. Como é que a gente obtém esse dinheiro? E a primeira maneira de ver de onde vem o dinheiro – estou falando para administradores que querem, e eu desejo, construírem o Brasil e não apenas no Brasil – é saber se não há onde reduzir gastos. Será que o setor público brasileiro não tem onde reduzir gastos? É necessário que o Congresso funcione sempre com essa temperatura pelo ar condicionado? Qualquer um grau acima dessa temperatura já economiza dinheiro.

Será que a gente não está gastando mais dinheiro aqui? Não está gastando mais dinheiro em outros setores da sociedade brasileira, que poderiam ser poupadados para investir na saúde, atendendo ao custo de uma atividade funcionando eficientemente, que é o trabalho dos administradores?

Eu creio que daria para conseguir pelo menos uma parte do dinheiro necessário, se é que será necessário, reduzindo gastos. Mas vamos supor que não pode. Vamos supor que já estamos no limite e que reduzir o gasto do ar condicionado piora o funcionamento da democracia. Vamos supor isso. Aí a gente discute como aumentar a carga fiscal, mas depois de esgotar tudo isso. E, na hora de aumentar a carga fiscal, a gente tem perguntar como aumentar nos atuais impostos, sem criar um novo.

Será que o aumento do imposto sobre álcool não seria tão benéfico? Seria mais dinheiro para a saúde e menos doente, porque o alcoolismo provoca doenças. Será que o aumento do imposto sobre automóveis não daria mais dinheiro e reduziria o custo saúde? Porque uma parte razoável de gastos com saúde no Brasil é resultado de acidentes de trânsito.

Uma melhoria no sistema de trânsito reduz o gasto com saúde. Essa cidade foi prova disso. Nós fizemos aqui uma grande campanha pela paz no trânsito. Aqui você chega numa faixa de pedestre põe o braço e o carro para, porque a gente controlou as velocidades. Reduziu o número de acidentes, reduziu o número de gastos.

Tinha doente no chão, nos domingos e segundas-feiras, pelos acidentes que aumentam no sábado e domingo. Depois da campanha, passou a sobrar leitos em hospitais. Então, por que a gente não aumenta

impostos naqueles setores que prejudicam a saúde? Pode conseguir mais dinheiro e melhorar a saúde.

Diz-se que no Brasil se consome mais açúcar do que deveria, por isso a taxa de diabéticos, que pressiona o serviço de saúde. De repente, com menos açúcar, e aí entra a educação. Gastar em educação melhora a saúde.

Só depois de discutir que não é possível aumentar alíquotas dos atuais impostos é que a gente pode aceitar discutir a criação de um novo imposto. E eu não sou contra um novo imposto para a saúde se for provado que o sistema vai funcionar, se for provado que vai custar mais do que se gasta hoje, se for provado que as atuais alíquotas não permitem. Aí a gente vai e constrói um novo.

Mas mesmo assim tem o passo seguinte: como garantir que esse dinheiro vai ser gasto na saúde.

Hoje, Senador Cyro, se houvesse muito dinheiro para a saúde, não tenho dúvida de que era capaz de estarem usando o dinheiro da saúde para construírem estádios para a Copa do Mundo. Diriam que mais dinheiro faz uma construção mais segura, há menos riscos de desabar e, portanto, é bom para a saúde. Não duvido de que haveria gente com essa artimanha de gastar o dinheiro da saúde em estádios; ou diriam que botar ar-condicionado nos estádios melhoraria a saúde das pessoas, ou que se divertir, assistindo a um bom jogo de futebol, melhora a saúde, e por isso justifica – justificaria, para não pensarem que estou defendendo – a construção de estádios com o dinheiro da saúde. Tínhamos que ter, se for necessário um novo imposto, a garantia de que esse dinheiro vai chegar à saúde, e não apenas aos gastos com a saúde.

Para concluir, quero dizer que quem quer construir, administrar o Brasil, e não apenas no Brasil, tem que ter claro que gastos às vezes significam desperdício; e desperdício para mim é o maior pecado de um administrador. O maior pecado de um administrador é o desperdício. Ele tem o direito de cometer uma porção de erros, mas não o erro da ostentação desnecessária.

Se a gente fizer tudo isso, podemos dizer aqui, Senador Cyro, professores, que estamos comemorando o dia não apenas do administrador, mas do administrador que, além da técnica que permite construir no Brasil, estamos diante de cidadãos e de cidadãs que têm a técnica da administração, mas que querem construir o Brasil, um novo Brasil, um Brasil onde administrar uma fábrica seja administrar o Brasil pelo aumento do Produto Interno Bruto, da renda, pela distribuição da renda; onde administrar uma fábrica de ônibus seja administrar no Brasil, mas seja administrar o Brasil pela melhoria do transporte público, pelo que isso representa no bem-estar da população. Aquele que ad-

ministra um hospital no Brasil melhora a situação dos que vão àquele hospital, mas aquele que administra um hospital sob a ótica de administrar o Brasil garante que todos terão direito a um hospital; se não àquele, a outros, e que todos eles vão funcionar bem.

Nós precisamos muito de vocês, o Brasil, mas precisamos que vocês tenham a técnica, tenham a ética e tenham a política; tenham a técnica de como fazer a coisa funcionar ali, naquele lugar, no Brasil, mas juntem a isso a ética de saber como é que queremos um Brasil melhor e a política de saber o que fazer para que esse Brasil fique melhor.

Não se contentem em ser uma coisa; vocês têm que ser três coisas. Não se contentem em ser o técnico da administração; sejam também a pessoa que usa a ética para saber como a administração no Brasil pode fazer a administração do Brasil e usem a política, porque, se ficarem só na ética, serão apenas sonhadores sem as mãos para transformar a realidade, porque a política é que transforma a realidade.

Por isso, comemoremos o dia, refletindo: como pode cada um de vocês ser bom administrador no Brasil e bom administrador para o Brasil.

Agradeço, como brasileiro, que vocês tenham escolhido essa profissão, fundamental, determinante no Brasil de hoje e no mundo de hoje, mas faço este apelo como brasileiro e como Senador: não se contentem apenas em administrar no Brasil; queiram ser administradores que façam o Brasil ser melhor para todos os brasileiros.

Grande abraço para cada uma e para cada um de vocês. Parabéns! E não se esqueçam de que eu os parabenizei fazendo minha cobrança: sejam administradores do Brasil, e não apenas no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, por sua contribuição. Realmente, não precisamos de mais verbas, mas de planejadores. O senhor tem toda razão.

Eu convido, para fazer parte da Mesa, a representante das Administradoras, a Professora e Administradora Hélcia Daniel da Silva, da Unifan.

Concedo a palavra ao nobre colega Exmº Senador Valdir Raupp e também Administrador de Empresas.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Sr. Presidente Senador Cyro Miranda, que preside esta sessão e é autor do requerimento que deu origem a esta sessão de homenagem; o Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque, professor que tem desempenhado grande papel na Educação em nosso País, como Ministro que foi, como educador

e também aqui no Senado Federal; o Presidente do Conselho Regional de Administração do Estado de Goiás, Sr. João Divino de Brito, Presidente da Associação Goiana de Administração, Sr. Samuel Albernaz, Diretor Superintendente da Faculdade Alfa de Goiânia, Sr. Nelson de Carvalho Filho, cumprimento todas as senhoras administradoras, senhores administradores, senhoras e senhores diretores, professores e estudantes do curso de Administração de todo o Brasil, demais autoridades presentes, senhoras e senhores, Senadores e Senadoras, é com enorme satisfação que venho render minhas homenagens aos administradores do Brasil, pelo transcurso de sua data nacional. Embora deva confessar, Senhor Presidente, que esta manifestação se configura um pouco autorreferenciada e até um pouco interesseira, dada a minha condição de bacharel em administração de empresas e meu filho estar cursando também a Faculdade de Administração.

O fato é que existem motivos para saudarmos, com grande entusiasmo, os integrantes desta categoria profissional. Afinal, o trabalho que vem desenvolvendo no nosso país é do mais alto valor. Se atentarmos para a história universal, senhoras e senhores, veremos que a profissão é bem antiga. No século XVII, a Companhia Inglesa de Navegação, ou melhor, as companhias, porque eram várias, já tinham em seus quadros administradores profissionais com perfil e forma de atuação semelhante, sob certos aspectos, aos dos administradores atuais.

Bem mais a frente, já na transição do século XIX para o século XX, Fayol elabora na França a teoria clássica da administração. Enquanto isso, nos Estados Unidos, Taylor lança as bases da administração científica, e nós aprendemos muito sobre as teorias de Taylor e Fayol na faculdade.

Aqui no Brasil um passo decisivo rumo à profissionalização da atividade foi dada em 1938. Criou-se o Dasp, Departamento Administrativo do Serviço Público. Mais tarde, em 1952, a matéria ganha novo impulso com a criação, pela Fundação Getúlio Vargas, da Escola Brasileira de Administração Pública.

Seguem-se outros eventos – também importíssimos –, como a fundação, em 1954, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, até chegarmos, Senhoras e Senhores Senadores, àquele 9 de setembro de 1965, quando a Lei nº 4.769 vem dispor sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração e, ao mesmo tempo, criar o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Técnicos de Administração.

Desde então, Senhor Presidente, e especialmente nos últimos anos, a profissão vem ganhando uma relevância que se faz cada vez maior. Basta dizer que cerca de 15% das matrículas nas instituições de

ensino superior, em nosso País, estão concentradas atualmente nos Cursos de Administração.

Nos Conselhos Regionais de Administração, temos registradas cerca de 300 mil pessoas físicas e 35 mil pessoas jurídicas, sem contar, é claro, as centenas de milhares de bacharéis em Administração que, embora não cadastrados no sistema CFA/CRAs, atuam no mercado de trabalho.

Há também que destacar, Senhoras e Senhores Senadores, que a profissão é cada vez mais valorizada pelos jovens, ou seja, por aquela parcela da sociedade que representa, efetivamente, o futuro do País.

Algum tempo atrás, por exemplo, pesquisa realizada pelo CFA mostrou que a maioria dos administradores brasileiros, aqueles que administram as nossas empresas, pequenas, médias e grandes empresas, está na faixa etária de até 30 anos e é composta por recém-formados – aí demonstra a valorização que os nossos empresários estão dando aos administradores de empresas. Não é de surpreender, já que as características que se exigem do Administrador são condizentes com o figurino de nossa juventude, cada vez mais atuante, cada vez mais interessada no desenvolvimento de suas potencialidades.

O profissional da área – todos sabemos – deve aliar o pleno domínio de habilidades técnicas, ou seja, o conhecimento dos princípios, das teorias, dos métodos, instrumentos e ferramentas da Administração, a um domínio igualmente amplo de habilidades relacionais, como a capacidade de lidar com pessoas, comunicar-se com desembaraço, negociar com sabedoria e solucionar conflitos.

E são esses, exatamente, os atributos que vêm sendo explorados nos cursos de Administração em todo o País, que têm procurado, também, adaptar-se à complexidade do mundo atual, desdobrando-se em especializações que buscam atender a todas as nuances, a todas as exigências e a todos os desafios do mercado.

Em 1991, isto é, vinte anos atrás, tínhamos, no Brasil, 351 cursos de Administração, dos quais 333 de Administração propriamente dita, 13 de

Administração Rural e 5 de Administração de Cooperativas.

Hoje, temos cerca de dois mil cursos, distribuídos em dezenas de áreas. Cursos que cuidam de aspectos tão distintos da Administração como aqueles referentes aos agronegócios, aos serviços de saúde e aos sistemas de informações, já referido aqui pelos Senadores Cristovam Buarque e Cyro Miranda, que tratam de Administração bancária, hotelaria, industrial e mercadológica, que formam especialistas em Administração de eventos e de recursos humanos, que co-

locam, enfim, a disposição do mercado, uma variada gama de profissionais.

Por tudo isso, Senhor Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senador, é fácil prever que os profissionais da Administração serão cada vez mais reconhecidos em nossa sociedade; serão cada vez mais bem-vindos em qualquer empresa, seja pública, seja privada, e irão desempenhar um papel cada vez mais decisivo no desenvolvimento de nosso País. A eles, portanto, o meu reconhecimento e as minhas congratulações.

Parabéns a todas as administradoras e a todos os administradores do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Raupp, por suas palavras e parabenizo-o também por seu dia. Quero salientar que o Senador Raupp é uma pessoa competentíssima nesta Casa, é imprescindível em todos os nossos trabalhos. Nossa muito obrigado.

Convidado para fazer uso da palavra o Presidente da Associação Goiana de Administração, o Sr. Samuel Albernaz, homem obstinado pela Administração.

O SR. SAMUEL ALBERNAZ – Exmº Sr. Cyro Miranda, signatário da presente sessão especial; Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque; Exmº Sr. Senador Valdir Raupp; Presidente do Conselho Regional de Administração de Goiás, Administrador João Divino de Brito; Diretor Superintendente da Faculdade Alfa, Administrador Nelson de Carvalho Filho; Professora Administradora Hélcia Daniel; Diretoiros aqui presentes; Veronildo; Amílcar; Professora Sejana Martins; prezados amigos, professores, administradores, empresários e meus queridos acadêmicos de Administração, bom-dia a todos

É um prazer muito grande, nobre Senador Cyro Miranda, estar nesta Casa de Leis comemorando o Dia Nacional do Administrador. Neste mês de setembro, em todos os Estados do Brasil, comemora-se esta data tão importante para nós, administradores. Esta sessão solene, propositura de V. Ex^a, Senador Cyro, culmina importantes comemorações para a valorização e o reconhecimento desse profissional tão importante nas empresas e também nos órgãos públicos.

Temos muito a comemorar, mas também temos de fazer algumas reflexões.

Nesses 46 anos de regulamentação da nossa profissão, muitas conquistas e muitas lutas foram travadas. Conseguimos incluir o Administrador nas juntas comerciais de todo o Brasil, no Conselho Administrativo Tributário. Nas empresas, já está sendo reconhecida a participação, a presença importantíssima desse profissional. Aquelas organizações que ainda não têm o

profissional Administrador estão fadadas ao fracasso, o que foi comprovado por uma pesquisa do Sebrae sobre a ausência de gestão profissional nas organizações. Então, precisamos conscientizar ainda mais os empresários da grande importância da presença do Administrador nas organizações. Aí, sim, teremos uma menor mortalidade dessas empresas, estaremos gerando renda e trabalho.

Reflexão: por que precisamos ainda ocupar espaços, principalmente na Administração Pública? Das mais de cinco mil prefeituras existentes hoje no Brasil, mais de quatro mil ainda não têm o cargo de Administrador, Senadores Valdir Raupp e Cristovam Buarque.

Tramita, na Câmara Federal, propositura do Administrador e Deputado Federal Sandro Mabel, um projeto que idealizamos para obrigar todas as prefeituras a terem o cargo de Administrador. Acreditamos que, assim, essas prefeituras terão uma gestão altamente profissional. E não é o corporativismo que estamos pregando; trata-se, sim, do desejo de realmente tornar as prefeituras mais profissionalizadas. Que possamos ter esse profissional qualificado, preparado para bem administrar, para bem auxiliar, para bem assessorar os nossos prefeitos. Com certeza, quem ganhará com a aprovação da PEC nº 317, de 15 de setembro de 2004, é a sociedade, Senadores Cyro Miranda, Valdir Raupp e Cristovam Buarque. O projeto já passou em todas as Comissões da Câmara Federal, está apenas aguardando para ser submetido à apreciação dos nobres Deputados Federais. Quem ganhará com a aprovação dessa Emenda à Constituição é a sociedade, em todos os seus parâmetros, poderemos ter melhores dias para o nosso Brasil.

Realizamos, de 15 a 17 de setembro, Senador Cyro Miranda – o senhor foi testemunha, porque esteve conosco participando daquele grandioso evento –, o Conad, a sua 16ª edição, com mais de três mil participantes de todo o Brasil.

Gostaria de fazer um convite neste momento, Exmº Sr. Senador Cyro Miranda, aos dois Senadores que compõem essa seleta mesa de autoridades. Gostaria de convidar, de público, os Senadores presentes nesta sessão solene, os Exmºs Srs. Senadores Cristovam Buarque e Valdir Raupp, a estarem conosco em Goiânia, de 27 a 29 de setembro de 2012, quando estaremos comemorando os 47 anos da profissão de Administrador. (Palmas.) Estamos comemorando, em 2011, os 46 anos da regulamentação da profissão, e o Administrador Samuel Albernaz, em nome dessa categoria à qual eu pertenço, gostaria de convidar os três Senadores presentes nesta sessão solene a estarem conosco em Goiânia para marcarmos os 47 anos da profissão de Administrador. Será uma honra

muito grande contar com esses três nobres Senadores na 17ª edição do Conad. Os senhores e as senhoras estão todos convidados a participarem conosco desse grandioso evento – hoje o Conad é o maior congresso da categoria das Américas.

Não vou me alongar muito aqui, porque os três Senadores que me antecederam na tribuna foram muito felizes e falaram tudo sobre a Administração para o Brasil, no Brasil, da Administração Pública, da Administração na iniciativa privada. Eu quero, em nome dessa categoria, Senador Cyro, agradecer a V. Exª e a todos os Senadores que aprovaram a realização desta sessão especial. Em nome dos Administradores do Brasil, queremos agradecer a V. Exª e a todos os Senadores que aprovaram esta sessão solene em homenagem aos 46 anos desta profissão que tanto amamos – sou apaixonado por ela!

Parabéns a todos os Administradores e Administradoras que fazem a diferença em nosso Brasil. Muito obrigado e um bom-dia a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, administrador Samuel Albernaz. O empenho que o senhor tem dedicado a essa categoria tem um valor inestimável.

Os senhores podem ter a certeza de que nunca houve uma pessoa com tanta dedicação no nosso Estado como o administrador Samuel Albernaz.

Com muito prazer, agora, concedo a palavra, para falar em nome de todos os centros de ensino aqui presentes, o administrador de empresas e superintendente da Faculdade Alfa, Sr. Nelson de Carvalho Filho.

O SR. NELSON DE CARVALHO FILHO – Exmº Sr. Senador Cyro Miranda, que preside esta sessão solene, orgulho-me muito da sua amizade. É uma satisfação enorme falar aqui, hoje, em nome do setor de educação e de administração do nosso Estado de Goiás.

Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque, sua tradição e sua história o precedem, e somos testemunhas vivas do quanto o senhor tem se dedicado à educação em nosso País.

Exmº Sr. Senador Valdir Raupp, permita-me, colega administrador, orgulha-me tê-lo como Senador da República, representando também nossa categoria profissional.

Nosso amigo João Divino de Brito, Presidente do Conselho Regional de Administração do Estado de Goiás; nosso grande amigo Samuel Albernaz, Presidente da Associação Goiana dos Administradores; Digníssima Professora Hélcia Daniel, aqui representando os acadêmicos de Administração; estudantes; colegas diretores de outras instituições; professores; acadêmicos, é uma satisfação enorme representar os senhores e as senhoras no agradecimento a esta homenagem.

Acompanhei, atentamente, todas as palavras que nos foram dirigidas e por elas somente posso agradecer, pela sensibilidade, pela forma como caracterizaram a profissão e, sobretudo, a função e a missão do administrador em nosso País. A lucidez com que os Srs. Senadores colocaram suas impressões a respeito da nossa missão e da nossa profissão nos deixa profundamente enaltecidos e, sobretudo, cheios de responsabilidade no encaminhamento do destino da nossa Nação.

Há aproximadamente 34 anos, milito nessa área, como administrador formado por uma instituição de ensino no litoral de São Paulo, uma faculdade privada. Graças ao estudo que recebi, consegui, ao longo desses 34 anos, trilhar uma trajetória de sucesso por empresas conceituadas e, de alguma forma, deixei minha contribuição para o sucesso e o engrandecimento dessas empresas. Mas hoje, quis o destino, atuo no segmento da educação, dirigindo uma instituição de ensino superior.

Assim, não posso deixar de aceitar a provocação do Senador Cristovam Buarque e de pedir licença para adicionar ao desafio do tratamento da saúde no Brasil o tratamento da educação no Brasil e para o Brasil.

Temos crescido a uma taxa considerável em termos de tamanho da nossa economia, mas, se não cuidarmos com muita atenção da formação dos profissionais e da mão de obra que atua em favor dessa economia, importaremos, muito em breve, muito mais profissionais que o que já importamos nos últimos cinco anos. Apenas para que fique o registro, quero dizer que, nos últimos cinco anos, foram concedidos vistos de trabalho a mais de duzentas mil pessoas de outros países, para atuarem principalmente no eixo Rio-São Paulo, por falta de talentos, por falta de pessoas capacitadas para atuar com a tecnologia que se coloca à disposição da nossa economia.

O nosso Estado de Goiás ainda tem muito a crescer, sobretudo no segmento da educação. Nesse particular, como representante do segmento da educação superior privada do nosso Estado, quero deixar o registro de como tem sido difícil atuar nesse segmento em nosso País, sobretudo no nosso Estado.

Fica, aqui, nosso agradecimento pela homenagem e pela sensibilidade com que conduziram esta cerimônia.

Tenho a certeza de que, da mesma forma que eu, todos os administradores aqui presentes sentem-se honrados pela homenagem e provocados, aceitando, da mesma forma, o desafio que nos foi colocado nesta manhã.

Agradeço a todos. Um forte abraço a todos! Sejam todos muitos felizes!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Nelson de Carvalho Filho, pelas suas palavras. Também o parabenizo pelo seu dia.

Quero comunicar os cumprimentos do nobre colega Sandro Mabel, Deputado Federal, um defensor da causa, que nos encaminha um ofício, parabenizando todos.

Mais uma vez, parabenizo todos e quero renovar a crença que temos nos senhores, que são e serão responsáveis por um Brasil melhor, um Brasil mais justo, um Brasil mais ético, um Brasil planejado. Tenham a certeza, senhores, de que essa crença é uma realidade.

Só os senhores poderão nos ajudar, para que este Brasil, que tem uma potencialidade imensa, vá para seu caminho justo, seu caminho correto. O administrador tem essa propriedade, e, acima de tudo, os senhores têm as ferramentas necessárias para realizar isso.

Quero parabenizar todos e deixar aqui nossa esperança nos senhores. Esta Casa de leis estará sempre à disposição de todos os senhores.

Quero parabenizar este grande idealista Samuel Albernaz, homem incansável na busca do desenvolvimento da profissão do administrador.

Antecipadamente, também quero dar os parabéns ao Professor Samuel, administrador, que, amanhã, completa mais um ano de vida. Fica aqui o nosso carinho e a nossa homenagem a esse grande idealista.

Quero agradecer a todos os meus companheiros de Mesa, em especial aos Senadores Cristovam Buarque e Valdir Raupp, que abrilhantaram também esta sessão.

Agradeço, especialmente, a todos os diretores, professores e estudantes dos cursos de Administração dos centros de ensino aqui presentes: Faculdade Aphonsiano de Trindade; Centro de Ensino Superior de Catalão; Faculdade Brasileira de Educação de Goiânia; Unifan de Aparecida de Goiânia; Faculdade Araguaia de Goiânia; Faculdade Lions de Goiânia; Faculdade Brasil Central de Goiânia; Faculdade Unicamps de Goiânia; Faculdade Padrão de Goiânia; Faculdade Universo de Goiânia; Pontifícia Universidade Católica de Goiânia e Faculdade Anhanguera de Anápolis. A todos os senhores, o nosso muito obrigado. Tenham uma carreira profícua! O Brasil conta muito com todos os senhores.

Cumprida a finalidade da sessão, agradeço às personalidades que nos honraram com suas presenças.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Está encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 19 minutos.)

Ata da 169ª Sessão, Não Deliberativa, em 26 de setembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Geovani Borges, Mozarildo Cavalcanti,
da Srª Ana Amélia e do Sr. Paulo Paim*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 8 minutos e encerra-se às 18 horas e 19 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Of. Nº 137/2011 – CCT

Brasília, 22 de setembro de 2011

Senhor Presidente,
Encaminho para conhecimento cópias dos Atos nº 01, de 2011 – CCT e nº 02, de 2011 – CCT aprovados nas datas 1º de junho de 2011 e 14 de setembro de 2011, respectivamente, nesta Comissão.

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

ATO Nº 1, DE 2011 – CCT

Disciplina os procedimentos a serem observados nas designações de relatoria dos Projetos de Decreto Legislativo de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática resolve:

Art. 1º De conformidade com o art. 104-C, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal e Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a fim de instruir parecer do Plenário da Comissão, designará relator, que elaborará relatório prévio, sobre pedido de outorga ou renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Art. 2º É vedada a designação, a que se refere o art. 1º deste Ato, de Senador eleito pela mesma unidade da Federação, a que se localizar a prestação de serviço objeto do Projeto de Decreto Legislativo em apreciação.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011. – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

ATO Nº 2, DE 2011 – CCT

Disciplina o tratamento a ser dado aos Avisos Ministeriais de comunicação de alterações de controle societário em empresas executantes de Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática resolve:

Art. 1º Os Avisos Ministeriais que comunicam alterações de controle societário em entidades executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encaminhados ao Congresso Nacional por força do que dispõe o § 5º do art. 220 da Constituição Federal, submeter-se-ão, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, às regras de tramitação estabelecidas neste Ato.

Art. 2º Os processos referentes a Avisos datados a partir de 1º de janeiro de 2011 deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I – Data de publicação do ato de outorga;
- II – Data de publicação de ato que tenha autorizado a última alteração de controle societário, se existir;
- III – Nome ou razão social das pessoas que passaram a compor o capital social da entidade, com indicação da participação de cada uma, e os

respectivos números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas;

IV – Comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha qualquer participação no capital social da entidade

§ 1º As informações faltantes serão solicitadas ao Ministro de Estado competente, na forma prevista no § 2º do art. 50 da Constituição Federal.

§ 2º Não serão apreciados relatórios relativos a processos com informação incompleta ou cuja resposta a pedido de informação não tenha sido recebida pela Comissão.

Art. 3º A Secretaria da Comissão providenciará a constituição de um banco de dados eletrônico para abrigar informações essenciais relativas a atos de outorga, renovação e alteração de controle societário de entidade executantes de serviço de radiodifusão, que deverá ser consultado para subsidiar a análise dos processos pela Comissão.

Art. 4º A Comissão tomará conhecimento das informações prestadas pelo Ministério das Comunicações e encaminhará ao arquivo os processos referentes a avisos datados até 31 de dezembro de 2010, preferentemente anexados aos respectivos processos de outorga ou renovação.

§ 1º Os processos a que se refere o **caput** deste artigo serão encaminhados por meio de despacho do Presidente da Comissão.

§ 2º A Secretaria da Comissão fará uma triagem dos processos recebidos e preparará o encaminhamento conforme disposto neste artigo.

Art. 5º Após analisados pela Comissão, os processos referentes aos avisos objeto do presente ato deverão ser encaminhados à Câmara dos Deputados.

Art. 6º Este Ato entra em vigor a partir da publicação da Ata da sessão da aprovação.

Sala da Comissão, 14 de setembro de 2011. – Senador **Eduardo Braga**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, parecer que será lido.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 984, DE 2011

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 321, de 2010 (nº 694/2010, na Casa de origem), da Senhora Presidente da República, que enca-

minha ao Senado Federal, em cumprimento ao disposto no inciso XL do art. 8º da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e no inciso XLI do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC 2009.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Por meio da Mensagem nº 321, de 2010, a Presidência da República encaminha ao Senado Federal o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) 2009.

A matéria foi distribuída exclusivamente à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O relatório está dividido em onze capítulos, que passamos a resumir:

1. ANAC: Principais Atribuições

Descreve as atribuições legais da Agência, com destaque para a regulação técnica, que busca garantir a segurança de passageiros e usuários, mediante certificação e fiscalização da indústria, e para a regulação econômica, que busca maximizar a eficiência de empresas aéreas e aeródromos. Esclarece que não são atribuições da agência a investigação de acidentes aeronáuticos e o controle do tráfego aéreo.

2. Regulação Técnica

No âmbito da infraestrutura aeroportuária, dez resoluções foram editadas após consulta pública, com destaque para as relativas a projetos de aeródromos e ao Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis (SESCINC). Além disso, 185 aeródromos foram registrados e 35 tiveram registro cancelado. Também foram realizadas fiscalizações de qualidade nos principais aeroportos, visando avaliar a qualidade dos serviços.

Na área de aeronavegabilidade, foi emitido Certificado de Homologação de Tipo (CHT) da aeronave EMB-505 e iniciada a certificação das aeronaves EMB-545 e EMB-550, da Embraer. Foram emitidos 24 certificados de homologação de tipo de aeronaves, motores e hélices, e aprovadas 380 modificações de projeto de aeronaves. Vinte oficinas de manutenção foram certificadas e 466 certificados de aeronavegabilidade foram emitidos para aeronaves importadas. No âmbito da regulação, foram emitidos oito regulamentos, quatro instruções suplementares e 29 manuais de procedimento.

No que diz respeito à segurança operacional, foi implantado o Programa Brasileiro de Segurança Operacional, em cumprimento a orientações da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI). O processo de habilitação de Mecânicos de Manutenção Aeronáutica foi agilizado. Foram emitidos 46 pareceres sobre simuladores de voo. Alterou-se o procedimento de certificação de empresas aéreas. Foi elaborado relatório sobre o perfil antropométrico dos usuários de transporte aéreo, a fim de avaliar o conforto das configurações de assento no interior das aeronaves.

3. Regulação/Fiscalização Econômica

Duas resoluções estabeleceram a liberdade tarifária no transporte internacional. Instituiu-se comitê de coordenação interinstitucional, para melhor alocação de slots. Liberou-se o aeroporto Santos Dumont para voos originados ou destinados a qualquer cidade. Os procedimentos de concessão de HOTRAN e de fiscalização de empresas foi informatizado. Editou-se resolução sobre a alocação de áreas nos aeroportos.

4. Relações Internacionais

Quinze acordos bilaterais foram renegociados, a fim de se expandir a oferta de serviços aéreos. Além disso, foram mantidos 29 acordos de aeronavegabilidade, que viabilizam a exportação de aeronaves brasileiras. Realizou-se no Rio de Janeiro a Conferência de Aviação e Combustíveis Alternativos, da OACI.

5. Relacionamento com Usuários

Por meio do meio de comunicação “Fale com a ANAC”, que opera por internet e central de atendimento telefônico, foram recebidas mais de 25.000 manifestações de público. Também foram instalados dez postos de atendimento nos principais aeroportos. Foi informatizado o sistema de atendimento da ouvidoria, que avalia denúncias contra a própria ANAC e seus servidores.

6. Representação Institucional

Participação em seis feiras de aviação civil. Promoção do Seminário Internacional de Ocorrências Aeronáuticas. Campanha junto aos atores da aviação geral, para adoção de procedimentos de segurança operacional.

7. Capacitação

Iniciados os Polos de Capacitação Aeronáutica de São José dos Campos e de Minas Gerais. Firmados dezenove convênios com aeroclubes, para formação de 235 pilotos. Desenvolvidos currículos mínimos para

formação de piloto privado e comercial de aviação e helicóptero. Editada a “Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores da ANAC”. Os cursos ministrados a servidores totalizaram aproximadamente dez mil horas-aula.

8. Auditorias Ocorridas

A OACI auditou a ANAC e os órgãos da Aeronáutica no que diz respeito à sua capacidade em prover supervisão de segurança sobre todas as áreas da aviação civil. O balanço preliminar indica que 84% dos 700 protocolos de segurança sob a responsabilidade da ANAC foram atendidos.

Também a FAA, órgão regulador da aviação nos Estados Unidos auditou a aviação brasileira com relação à segurança. A aprovação foi de 100%, o que habilita as empresas brasileiras a voarem para aquele país sem restrições.

A Auditoria Interna da ANAC realizou 20 auditorias e emitiu 125 recomendações, das quais 70 já foram implantadas. Também foram atendidas diversas demandas do Controle Interno do Ministério da Defesa e do Tribunal de Contas da União.

9. Governança

Foi realizado o 2º concurso público da ANAC, para preenchimento de 365 vagas, necessário em função do término de contratos temporários, da reversão de militares e do retorno de funcionários da Infraero.

Novos imóveis foram alugados em São Paulo e no Rio de Janeiro, visando acomodar melhor os servidores da agência.

Implantados dois sistemas informatizados de apoio às atividades da agência: SINTAC — Sistema Integrado de Informações de Aviação Civil e SACI — Sistema da Aviação Civil.

Realizado planejamento estratégico da agência, com identificação de sete objetivos: redução de acidentes aéreos; ampliação de rotas e frequências internacionais; aumento do número de passageiros transportados; informatização de todos os processos da agência; ampliação da política de capacitação; adequação dos atos normativos à lei de criação da agência; e aprimoramento da governança da agência.

Publicação de 63 Resoluções e 16 Instruções Normativas.

10. Acompanhamento Legislativo

Participação em nove audiências públicas e duas reuniões externas realizadas pela Câmara dos Deputados e quatro audiências públicas no Senado.

Indicadores de 2009: as Realizações da Agência em Números

Tabela com realizações nas áreas de aeronavegabilidade, segurança operacional, regulação econômica e infraestrutura aeroportuária.

II — Análise

Nos termos da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, compete à Anac “elaborar e enviar o relatório anual de suas atividades ao Ministério da Defesa e, por intermédio da Presidência da República, ao Congresso Nacional” (art. 8º, XL).

A intermediação do Ministério da Defesa e da Presidência da República não é mera formalidade, tendo em vista que a Agência está obrigada legalmente a observar a orientação do Conselho de Aviação Civil (CONAC), que, nos termos do art. 1º do Decreto nº 3.564, de 2000, “órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação da política de ordenação da aviação civil”:

Art. 3º A ANAC, no exercício de suas competências, deverá observar e implementar orientações, diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho de Aviação Civil — CONAC, especialmente no que se refere a:

I — a representação do Brasil em convenções, acordos, tratados e atos de transporte aéreo internacional com outros países ou organizações internacionais de aviação civil;

II — o estabelecimento do modelo de concessão de infraestrutura aeroportuária, a ser submetido ao Presidente da República;

III — a outorga de serviços aéreos;

IV — a suplementação de recursos para aeroportos de interesse estratégico, econômico ou turístico; e

V — a aplicabilidade do instituto da concessão ou da permissão na exploração comercial de serviços aéreos.

A Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) é de responsabilidade, portanto, da Presidência da República. Tanto é assim que a PNAC em vigor foi aprovada pelo Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009.

Antes da manifestação do Congresso Nacional, é importante, assim, que o Conac emita um parecer sobre o relatório da Agência que avalie até que ponto

a implementação de suas políticas tem sido satisfatória, o que não ocorreu no presente caso.

É preciso considerar, ainda, que a Anac não é o único órgão federal competente para atuar na aviação civil. Também integram o Sistema de Aviação Civil os seguintes organismos, todos vinculados ao Ministério da Defesa: o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA) e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO).

Além disso, a política de aviação deve ser harmonizada com outras políticas setoriais, como a de comércio exterior, sob a responsabilidade dos Ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e de logística e transportes, sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes.

O ideal seria, portanto, que a Presidência da República encaminhasse ao Congresso Nacional o relatório de atividades de todo o Sistema de Aviação Civil, do qual o relatório de atividades da Anac seria parte integrante.

Lamentavelmente, a previsão legal diz respeito apenas às atividades da Anac. É importante registrar entretanto, que, embora a Agência tenha sido instalada em 20 de março de 2006, por meio do Decreto nº 5.731, editado na mesma data, a Presidência da República ainda não encaminhou ao Poder Legislativo os relatórios referentes aos anos de 2006, 2007 e 2008. Consideramos esse fato grave, tendo em vista que foi nesse período que ocorreu o chamado “caos aéreo”, com frequentes atrasos de voos e dois acidentes aéreos de grande magnitude.

No que diz respeito ao relatório de 2009, entendemos que ele demonstra o esforço da Anac em cumprir suas atribuições legais. Notamos, entretanto, a ausência de indicadores de desempenho mais precisos e de um diagnóstico mais amplo de cada área de atuação da Agência.

III — Voto

Ante o exposto, voto pelo conhecimento do Relatório e, não havendo providências a serem tomadas, pelo arquivamento da matéria.

Sala da Comissão, — Senadora Lúcia Vânia, Presidente — Senador Flexa Ribeiro, Relator.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Mensagem (SF) nº 321, de 2010

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 22/09/2010, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)

LINDBERGH FARIAS	1- HUMBERTO COSTA
DELcíDIO DO AMARAL	2- JOSÉ PIMENTEL
JORGE VIANA	3- WELLINGTON DIAS
WALTER PINHEIRO	4- MARCELO CRIVELLA
BLAIRO MAGGI	5- VICENTINHO ALVES
ACIR GURGACZ	6- PEDRO TAQUES
ANTONIO CARLOS VALADARES	7- RODRIGO ROLLEMBERG
INÁCIO ARRUDA	8- VANESSA GRAZZIOTIN

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

VALDIR RAUPP	1- ROMERO JUCÁ
WALDEMAR MOKA	2- GEOVANI BORGES
LOBÃO FILHO	3- ROBERTO REQUIÃO
VITAL DO RÉGO	4- JOÃO ALBERTO SOUZA
RICARDO FERRAÇO	5- WILSON SANTIAGO
EDUARDO BRAGA	6- CASILDO MALDANER
CIRO NOGUEIRA	7- EDUARDO AMORIM
FRANCISCO DORNELLES	8- REDITÁRIO CASSOL

Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)

FLEXA RIBEIRO	1- AÉCIO NEVES
LÚCIA VÂNIA	2- ALOYSIO NUNES FERREIRA
CYRO MIRANDA	3- ALVARO DIAS
DEMÓSTENES TORRES	4- JAYME CAMPOS

PTB

FERNANDO COLLOR	1- ARMANDO MONTEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	2- JOÃO VICENTE CLAUDINO

PSOL

1-

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 598, DE 2011

Incluir §§ 1º-A e 5º no art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, para alterar os valores definidos no art. 22 do Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, para verificação da faixa de isenção e das faixas de alíquotas de 10%, 20%, 30% e 40%, relativas ao cálculo e ao pagamento de participações especiais, bem como alterar a destinação da receita federal adicional para o Fundo Especial, a ser distribuída entre todos os Estados e Municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar acrescido de § 1º-A e de § 5º, com a seguinte redação:

“Art. 50.

.....
§ 1º-A. A apuração e o pagamento de participações especiais decorrentes da aplicação de tabela prevista nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 22 do Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, serão atualizadas para considerar a grande rentabilidade decorrente de variações nos preços do petróleo e do gás, observado o seguinte:

I – serão atualizados os valores:

a) de volume de produção trimestral fiscalizada, mencionados na primeira coluna de cada tabela;

b) de referência a serem multiplicados pela receita líquida da produção do campo, para fins de apuração da parcela a deduzir, mencionados na segunda coluna de cada tabela;

II – os novos valores a serem utilizados para o cálculo das faixas de isenção e das faixas de alíquotas de 10% a 40%, na forma prevista no inciso I deste parágrafo, serão iguais ao produto da multiplicação dos valores men-

cionados nas tabelas do art. 22 do Decreto nº 2.705, de 1998, pela razão entre o preço de referência do petróleo ou do gás em agosto de 1998 e o respectivo preço no período-base, ambos fixados pela ANP;

III – o disposto no inciso II deste parágrafo será apurado por campo de produção e, caso este não tenha preço equivalente para agosto de 1998, será considerada a média dos preços fixados para aquele período-base;

IV – os valores serão atualizados pelos critérios previstos nos incisos II e III deste parágrafo, em cada período-base de apuração da participação especial.

.....
§ 5º O acréscimo de recursos da participação especial da União, decorrente de atualização da apuração promovida nos termos do § 1º-A deste artigo, será destinado integralmente para a constituição do Fundo Especial de que trata o Art. 49, inciso II, alínea e, desta Lei, a ser distribuído entre todos os Estados e Municípios, segundo os critérios de rateio vigentes dos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios, respectivamente, não se aplicando o disposto nos incisos I e II do § 2º deste artigo.” (NR)

Art. 2º O disposto nesta Lei não se aplica a períodos-base de apuração de valores, devidos a título de participação especial, que sejam pretéritos à data de publicação desta Lei ou que seja concomitante com a publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei se aplica aos contratos de concessão de exploração de petróleo e gás natural em execução na data de sua publicação, e o novo cálculo das participações especiais será aplicado e devido a partir do primeiro período-base imediatamente seguinte àquele em que esta Lei for publicada.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Trata-se de um Projeto simples de ser justificado. Objetiva restaurar o princípio que justifica a cobrança da participação especial dentre as participações governamentais na exploração de petróleo e gás: deveria constituir compensação financeira extraordinária nos casos de grande volume de produção e de grande rentabilidade. Os critérios se tornaram defasados diante da mudança do cenário econômico e se faz necessário editar lei que reponha o equilíbrio entre governo e concedentes.

Os volumes de isenção para o pagamento de participações especiais no Brasil são exageradamente altos. Por isso, apenas 4% (quatro por cento) dos campos de petróleo estão pagando participação especial – ou seja, segundo a ANP, no início de 2011, apenas 18 campos pagaram PE e, pior, 7 deles concentram 96% do recolhimento total.

A produção e a rentabilidade do setor aumentaram fortemente e não houve reflexo na participação especial. Entre 2000 e 2010, o aumento da produção de petróleo foi de 50% (de 1.810 para 2.723 mil barris) e o dos seus preços foi de 96% (de US\$ 28,66 para 79,61 por barril/brent médio, ou 267%, se convertidos em reais). Porém, esses ganhos não foram captados na arrecadação da PE: gerou 0,31% do PIB, em média (desde 2003).

Comparações internacionais apontam o Brasil como um dos países de menor participação governamental. Estudo do FMI, para subsidiar reforma na Rússia, apontou o Brasil como o que menos cobra entre uma dúzia de países (já excluídos os árabes), saltando aos olhos a pouca progressividade com respeito ao preço do óleo e aos custos de extração, que seria justamente a função da participação especial no regime de concessão.

Todas essas distorções tem uma razão: os volumes de isenção foram calculados em 1998, data do obsoleto Decreto ainda em vigor, quando o barril do petróleo custava apenas 13 dólares. Então, na época, volumes altos de petróleo não significavam tantos dólares assim.

Hoje, ao contrário, com o barril de petróleo variando entre 70 e 100 dólares, a União e os demais entes federados perdem bilhões em arrecadação de participações especiais, provocando lucros exagerados e injustos a diversas concessionárias de exploração de petróleo.

A forma como as tabelas progressivas foram fixadas não permitiram a PE captar os ganhos extraordinários decorrentes da expressiva elevação dos preços, dentre outros fatores que melhoraram a produção e a rentabilidade na extração de óleo e gás no Brasil. Logo, a sistemática vigente não atende ao seu princípio básico de constituir uma participação governamental especial e o equilíbrio contratual, que foi perdido nesses anos, precisa agora ser recomposto.

A solução para tal disparate é: restabelecer o equilíbrio das participações governamentais contratadas, atualizando as tabelas previstas no Decreto de 1998, em atenção ao princípio jurídico de que correções monetárias não são alterações de contrato, mas mera recomposição do equilíbrio entre prestação e contraprestação existente na data da celebração do contra-

to. Alíquotas seriam mantidas. Como foram balizadas em volume físico, caberia corrigir as faixas (isenção e parcela a deduzir) proporcionalmente à variação dos preços observados desde a edição do decreto até cada trimestre em que for feita a apuração, aplicado para cada campo de produção (lembrando que a ANP já publicou tais preços e o apura por campo). Ajustados os valores balizadores da faixa de isenção, os que definem cada intervalo de alíquota e também os que são aplicados para definir a parcela a deduzir, aí continuaria sendo aplicada a mesma sistemática atual, em que se aplica a alíquota efetiva sobre a receita líquida de cada campo de produção, e isso tudo a cada trimestre.

Quanto à distribuição da receita adicional de participação decorrente da aplicação da atualização aqui proposta, é sugerido que todos os recursos federais sejam vinculados ao fundo especial, já previsto no caso dos **royalties** e destinado a beneficiar todos os Estados e todos os Municípios segundo os critérios de rateio vigentes para o FPE e para o FPM. A proposta preserva a divisão entre níveis de governo.

Solicito, assim, o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste Projeto, que é de relevante interesse econômico e social.

Sala das Sessões, – Senador **Francisco Dornelles**, PP – RJ – Senador **Lindbergh Farias**, PT – RJ – Senador **Ricardo Ferraço**, PMDB – ES.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

Art. 50. O edital e o contrato estabelecerão que, nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade, haverá o pagamento de uma participação especial, a ser regulamentada em decreto do Presidente da República. (Vide Lei nº 10.261, de 2001)

§ 1º A participação especial será aplicada sobre a receita bruta da produção, deduzidos os **royalties**, os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação e os tributos previstos na legislação em vigor.

§ 2º Os recursos da participação especial serão distribuídos na seguinte proporção:

I – quarenta por cento ao Ministério de Minas e Energia, para o financiamento de estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de

~~petróleo e gás natural, a serem promovidos pela ANP, nos termos dos incisos II e III do art. 8º;~~

I – 40% (quarenta por cento) ao Ministério de Minas e Energia, sendo 70% (setenta por cento) para o financiamento de estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de combustíveis fósseis, a serem promovidos pela ANP, nos termos dos incisos II e III do art. 8º desta Lei, e pelo MME, 15% (quinze por cento) para o custeio dos estudos de planejamento da expansão do sistema energético e 15% (quinze por cento) para o financiamento de estudos, pesquisas, projetos, atividades e serviços de levantamentos geológicos básicos no território nacional; (Redação dada pela lei nº 10.848, de 2004)

~~II – dez por cento ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, destinados ao desenvolvimento de estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo;~~

II – 10% (dez por cento) ao Ministério do Meio Ambiente, destinados, preferencialmente, ao desenvolvimento das seguintes atividades de gestão ambiental relacionadas à cadeia produtiva do petróleo, incluindo as consequências de sua utilização: (Redação dada pela lei nº 12.114, de 2009)

a) modelos e instrumentos de gestão, controle (fiscalização, monitoramento, licenciamento e instrumentos voluntários), planejamento e ordenamento do uso sustentável dos espaços e dos recursos naturais; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

b) estudos e estratégias de conservação ambiental, uso sustentável dos recursos naturais e recuperação de danos ambientais; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

c) novas práticas e tecnologias menos poluentes e otimização de sistemas de controle de poluição, incluindo eficiência energética e ações consorciadas para o tratamento de resíduos e rejeitos oleosos e outras substâncias nocivas e perigosas; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

d) definição de estratégias e estudos de monitoramento ambiental sistemático, agregando o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental específicos, na escala das bacias sedimentares; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

e) sistemas de contingência que incluam prevenção, controle e combate e resposta à poluição por óleo; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

f) mapeamento de áreas sensíveis a derramamentos de óleo nas águas jurisdicionais brasileiras; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

g) estudos e projetos de prevenção de emissões de gases de efeito estufa para a atmosfera, assim como para mitigação da mudança do clima e adaptação à mudança do clima e seus efeitos, considerando-se como mitigação a redução de emissão de gases de efeito estufa e o aumento da capacidade de remoção de carbono pelos sumidouros e, como adaptação as iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

h) estudos e projetos de prevenção, controle e remediação relacionados ao desmatamento e à poluição atmosférica; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

i) iniciativas de fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

III – quarenta por cento para o Estado onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção;

IV – dez por cento para o Município onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção.

~~§ 3º Os estudos a que se refere o inciso II do parágrafo anterior serão desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso IX do art. 8º. (Revogado pela Lei nº 12.114, de 2009)~~

§ 4º Nas áreas localizadas no pré-sal contratadas sob o regime de concessão, a parcela da participação especial que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata este artigo. (Redação dada pela Lei nº 12.351, de 2010).

.....

DECRETO N° 2.705, DE 3 DE AGOSTO DE 1998

Define critérios para cálculo e cobrança das participações governamentais de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, aplicáveis às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e dá outras providências.

.....

Art. 22. Para efeito de apuração da participação especial sobre a produção de petróleo e de gás natural serão aplicadas alíquotas progressivas sobre a receita líquida da produção

trimestral de cada campo, consideradas as deduções previstas no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 1997, de acordo com a localização da lavra, o número de anos de produção, e o respectivo volume de produção trimestral fiscalizada.

§ 1º No primeiro ano de produção de cada campo, a partir da data de inicio da produção, a participação especial será apurada segundo as seguintes tabelas:

I – Quando a lavra ocorrer em áreas de concessão situadas em terra, lagos, rios, ilhas fluviais ou lacustres.

Volume de Produção Trimestral Fiscalizada (em milhares de metros cúbicos de petróleo equivalente)	Parcela a deduzir da Receita Líquida Trimestral (em reais)	Alíquota (em %)
Até 450	-	isento
Acima de 450 até 900	450xRLP÷VPF	10
Acima de 900 até 1.350	675xRLP÷VPF	20
Acima de 1.350 até 1.800	900x RLP÷VPF	30
Acima de 1.800 ate 2.250	360÷0,35xRLP÷VPF	35
Acima de 2.250	1.181,25xRLP÷VPF	40

onde:

RLP – é a receita líquida da produção trimestral de cada campo, em reais;

VPF – é o volume de produção trimestral fiscalizada de cada campo, em milhares de metros cúbicos de petróleo equivalente.

II – Quando a lavra ocorrer em áreas de concessão situadas na plataforma continental em profundidade batimétrica até quatrocentos metros.

Volume de Produção Trimestral Fiscalizada (em milhares de metros cúbicos de petróleo equivalente)	Parcela a deduzir da Receita Líquida Trimestral (em reais)	Alíquota (em %)
Até 900	-	isento
Acima de 900 até 1.350	900xRLP÷VPF	10
Acima de 1.350 até 1.800	1.125xRLP÷VPF	20
Acima de 1.800 até 2.250	1.350xRLP÷VPF	30
Acima de 2.250 até 2.700	517,5÷0,35xRLP÷VPF	35
Acima de 2.700	1.631,25xRLP÷VPF	40

III – Quando a lavra ocorrer em áreas de concessão situadas na plataforma continental em profundidade batimétrica acima de quatrocentos metros.

Volume de Produção Trimestral Fiscalizada (em milhares de metros cúbicos de petróleo equivalente)	Parcela a deduzir da Receita Líquida Trimestral (em reais)	Alíquota (em %)
Até 1.350	-	isento
Acima de 1.350 até 1.800	1.350xRLP÷VPF	10
Acima de 1.800 até 2.250	1.575xRLP÷VPF	20
Acima de 2.250 até 2.700	1.800xRLP÷VPF	30
Acima de 2.700 até 3.150	675÷0,35xRLP÷VPF	35
Acima de 3.150	2.081,25xRLP÷VPF	40

§ 2º No segundo ano de produção de cada campo, a partir da data de inicio da produção, a participação especial será apurada segundo as seguintes tabelas:

I – Quando a lavra ocorrer em áreas de concessão situadas em terra, lagos, rios, ilhas fluviais ou lacustres.

Volume de Produção Trimestral Fiscalizada (em milhares de metros cúbicos de petróleo equivalente)	Parcela a deduzir da Receita Líquida Trimestral (em reais)	Alíquota (em %)
Até 350	-	Acima de 350 até 800
Acima de 350 até 800	350 x RLP÷VPF	10
Acima de 800 até 1.250	575xRLP÷VPF	20
Acima de 1.250 até 1.700	800xRLP÷VPF	30
Acima de 1.700 até 2.150	325÷0,35xRLP÷VPF	35
Acima de 2.150	1.081,25xRLP÷VPF	40

II – Quando a lavra ocorrer em áreas de concessão situadas na plataforma continental em profundidade batimétrica até quatrocentos metros.

Volume de Produção Trimestral Fiscalizada (em milhares de metros cúbicos de petróleo equivalente)	Parcela a deduzir da Receita Líquida Trimestral (em reais)	Alíquota (em %)
Até 750	-	isento
Acima de 750 até 1.200	750xRLP÷VPF	10
Acima de 1.200 até 1.650	975xRLP÷VPF	20
Acima de 1.650 até 2.100	1.200xRLP÷VPF	30
Acima de 2.100 até 2.550	465÷0,35xRLP÷VPF	35
Acima de 2.550	1.481,25xRLP÷VPF	40

III – Quando a lavra ocorrer em áreas de concessão situadas na plataforma continental em profundidade batimétrica acima de quatrocentos metros.

Volume de Produção Trimestral Fiscalizada (em milhares de metros cúbicos de petróleo equivalente)	Parcela a deduzir da Receita Líquida Trimestral (em reais)	Alíquota (em %)
Até 1.050	-	isento
Acima de 1.050 até 1.500	$1.050 \times RLP \div VPF$	10
Acima de 1.500 até 1.950	$1.275 \times RLP \div VPF$	20
Acima de 1.950 até 2.400	$1.500 \times RLP \div VPF$	30
Acima de 2.400 até 2.850	$570 \div 0,35 \times RLP \div VPF$	35
Acima de até 2.850	$1.781,25 \times RLP \div VPF$	40

§ 3º No terceiro ano de produção de cada campo, a partir da data de início da produção, a participação especial será apurada segundo as seguintes tabelas:

I – Quando a lavra ocorrer em áreas de concessão situadas em terra, lagos, rios, ilhas fluviais ou lacustres.

Volume de Produção Trimestral Fiscalizada (em milhares de metros cúbicos de petróleo equivalente)	Parcela a deduzir da Receita Líquida Trimestral (em reais)	Alíquota (em %)
Até 250	-	isento
Acima de 250 até 700	$250 \times RLP \div VPF$	10
Acima de 700 até 1.150	$475 \times RLP \div VPF$	20
Acima de 1.150 até 1.600	$700 \times RLP \div VPF$	30
Acima de 1.600 até 2.050	$290 \div 0,35 \times RLP \div VPF$	35
Acima de 2.050	$981,25 \times RLP \div VPF$	40

II – Quando a lavra ocorrer em áreas de concessão situadas na plataforma continental em profundidade batimétrica até quatrocentos metros.

Volume de Produção Trimestral Fiscalizada (em milhares de metros cúbicos de petróleo equivalente)	Parcela a deduzir da Receita Líquida Trimestral (em reais)	Alíquota (em %)
Até 500	-	isento
Acima de 500 até 950	$500 \times RLP \div VPF$	10
Acima de 950 até 1.400	$775 \times RLP \div VPF$	20
Acima de 1.400 até 1.850	$950 \times RLP \div VPF$	30
Acima de 1.850 até 2.300	$377,5 \div 0,35 \times RLP \div VPF$	35
Acima de 2.300	$1.231,25 \times RLP \div VPF$	40

III – Quando a lavra ocorrer em áreas de concessão situadas na plataforma continental em profundidade batimétrica acima de quatrocentos metros.

Volume de Produção Trimestral Fiscalizada (em milhares de metros cúbicos de petróleo equivalente)	Parcela a deduzir da Receita Líquida Trimestral (em reais)	Alíquota (em %)
Até 750	-	isento

Acima de 750 até 1.200	$750 \times RLP \div VPF$	10
Acima de 1.200 até 1.650	$975 \times RLP \div VPF$	20
Acima de 1.650 até 2.100	$1.200 \times RLP \div VPFF$	30
Acima de 2.100 até 2.550	$465 \div 0,35 \times RLP \div VPF$	35
Acima de 2.550	$1.481,25 \times RLP \div VPF$	40

§ 4º Após o terceiro ano de produção de cada campo, a partir da data de início da produção, a participação especial será apurada segundo as seguintes tabelas:

I – Quando a lavra ocorrer em áreas de concessão situadas em terra, lagos, rios, ilhas fluviais ou lacustres.

Volume de Produção Trimestral Fiscalizada (em milhares de metros cúbicos de petróleo equivalente)	Parcela a deduzir da Receita Líquida Trimestral (em reais)	Alíquota (em %)
Até 150	-	isento
Acima de 150 até 600	$150 \times RLP \div VPF$	10
Acima de 600 até 1.050	$375 \times RLP \div VPF$	20
Acima de 1.050 até 1.500	$600 \times RLP \div VPF$	30
Acima de 1.500 até 1.950	$255 \div 0,35 \times RLP \div VPF$	35
Acima de 1.950	$881,25 \times RLP \div VPF$	40

II – Quando a lavra ocorrer em áreas de concessão situadas na plataforma continental em profundidade batimétrica até quatrocentos metros.

Volume de Produção Trimestral Fiscalizada (em milhares de metros cúbicos de petróleo equivalente)	Parcela a deduzir da Receita Líquida Trimestral (em reais)	Alíquota (em %)
Até 300	-	isento
Acima de 300 até 750	$300 \times RLP \div VPF$	10
Acima de 750 até 1.200	$525 \times RLP \div VPF$	20
Acima de 1.200 até 1.650	$750 \times RLP \div VPF$	30
Acima de 1.650 até 2.100	$307,5 \div 0,35 \times RLP \div VPF$	35
Acima de 2.100	$1.031,25 \times RLP \div VPF$	40

III – Quando a lavra ocorrer em áreas de concessão situadas na plataforma continental em profundidade batimétrica acima de quatrocentos metros.

Volume de Produção Trimestral Fiscalizada (em milhares de metros cúbicos de petróleo equivalente)	Parcela a deduzir da Receita Líquida Trimestral (em reais)	Alíquota (em %)
Até 450	-	isento
Acima de 450 até 900	$450 \times RLP \div VPF$	10
Acima de 900 até 1.350	$675 \times RLP \div VPF$	20
Acima de 1.350 até 1.800	$900 \times RLP \div VPF$	30
Acima de 1.800 até 2.250	$360 \div 0,35 \times RLP \div VPF$	35
Acima 2.250	$1.181,25 \times RLP \div VPF$	40

§ 5º A ANP classificará as áreas de concessão objeto de licitação segundo os critérios de profundidade batimétrica definidos neste artigo.

§ 6º A receita líquida da produção trimestral de um dado campo, quando negativa, poderá ser compensada no cálculo da participação especial devida do mesmo campo nos trimestres subseqüentes.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Convidamos o Senador Paulo Paim para assumir a tribuna desta Casa, como primeiro orador inscrito.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental de 20 minutos, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geovani Borges, Senadora Ana Amélia, Senadores e Senadoras, quero falar hoje, na sequência do que venho falando há alguns dias, sobre algumas propostas que esta Casa deveria ter votado há muito tempo.

Na sexta-feira, falei do aviso prévio, que precisou ficar por 20 anos tramitando. Foi preciso o Supremo exigir que a Casa votasse, para que, enfim, o Congresso deliberasse sobre a matéria.

Falei também, durante diversos meses, sobre a importância da Emenda nº 29, que é de autoria do Senador Tião Viana, e sempre deixei claro que entendo que os percentuais devem ser de responsabilidade do Município, do Estado e da União – 15%, 12% e 10%.

Hoje venho falar de outro tema, que para muitos é polêmico, emblemático e delicado; para mim, não é. Falo da proposta de emenda à Constituição, a famosa PEC nº 300, que tramita na Câmara dos Deputados.

Não custa lembrar que esta PEC (nº 41, na origem) aqui foi apresentada pelo Senador Renan Calheiros e foi aprovada por unanimidade pelo Plenário do Senado Federal.

Sr. Presidente, ninguém tem dúvida sobre a violência que campeia o nosso País. Todas as pesquisas mostram que o problema dos brasileiros reside na saúde, na educação e na violência.

Poderíamos lembrar a prática do *bullying* nas escolas e do caso, acontecido nesta última semana, do menino de dez anos que atirou na professora e, depois, se matou. A que ponto nós chegamos. Também não podemos nos esquecer dos acidentes de trânsito que causam tantas mortes e sequelas. Das verdadeiras brigas de rua que acontecem nos estádios e em muitas escolas envolvendo jovens. E por que não lembrar os conflitos acontecidos nas portas de bailes e boates. E dos acertos de contas entre quadrilhas. Isso apenas para demonstrar um pouco da violência que amedronta cidadãos e cidadãs, deixando a todos cada vez mais preocupados.

Essa situação, Sr. Presidente, decorre de inúmeros fatores, a começar pelo esgarçamento do tecido social, com a responsabilidade compartilhada que temos aqui, que envolve, inclusive, pais, educadores, instituições e, evidentemente, o Poder Público. A par de cada um dos atores sociais se empenhar para reverter essa situação, com ações no campo da educação e da ressocialização, urge estabelecer uma estratégia eficaz de repressão que intimide os transgressores e coíba a violência.

Sr. Presidente, esse foi um dos motivos que levou o Deputado Arnaldo Faria de Sá e o Senador Renan Calheiros, ambos nossos colegas de Parlamento há muitos e muitos anos, a apresentarem essas emendas à Constituição, estabelecendo uma remuneração digna para os policiais militares e bombeiros do nosso País.

Na justificativa da PEC nº 300, de sua autoria, avverte o ilustre Deputado Faria de Sá que a progressiva espiral de ações ilícitas que aflige o território brasileiro vai “abalar as instituições legalmente constituídas, se não o próprio Estado democrático de direito”.

Diz mais:

Os criminosos, condenados ou não, primários ou reincidentes, fora ou dentro das prisões, foragidos, integrantes de organizações criminosas que proliferam escoradas na fragilidade estatal, fustigam a sociedade, não temem as normas jurídicas, tratando, elas e o Estado detentor do jus puniendi, com notório desdém.

Enquanto isso, Senador Mozarildo, demais Senadores, os policiais militares, com armas, munições e demais equipamentos, muitas vezes e na maioria das vezes inferiores em quantidade e em qualidade aos das quadrilhas, arriscam suas vidas e recebem um salário irrisório. Arriscam-se para defender nossas vidas, com essa remuneração que beira o ridículo, sofrem mutilações e, muitas vezes, deixam as mulheres viúvas e os filhos órfãos, na maior penúria, devido ao baixo salário e, consequentemente, o direito que teriam os dependentes a receber benefícios.

Sr. Presidente, a remuneração digna do policial militar por si só não é que vai resolver a questão da violência, mas dará mais força para que esses homens e mulheres continuem a defender o nosso povo. Pode-se afirmar, em contrapartida, que os mais sofisticados equipamentos também não vão intimidar os bandidos, mas é importante ter o equipamento de qualidade para o confronto, claro que é! Muito pior é não ter.

Por isso, Sr. Presidente, nós queremos valorizar não só o salário dos policiais mas também a estrutura para que eles possam cumprir a sua função na segurança, quer seja pública ou privada.

Sr. Presidente, eu quero, neste momento, aqui, fortalecer esta PEC 300, lembrando que a Casa Civil, da Presidência da República, com a promulgação da Lei nº 11.361, de 2006, e da Lei nº 11.663, de 2008, melhorou, de forma significativa, a remuneração dos policiais, incluindo os bombeiros e também os delegados de polícia, mas está muito aquém daquilo que este setor entenda ser razoável para estes profissionais se manterem.

Nós vamos agora nos envolver, querendo ou não, todos nós, brasileiros e brasileiras, com a Copa do Mundo, 2014, Olimpíadas, e cada vez mais a segurança é fundamental.

Quero, Sr. Presidente Geovani, fazer aqui uma leitura rápida da situação dos salários dos policiais. Vamos começar com a leitura deste quadro que me passaram os líderes dos policiais: Brasília, o salário de um policial militar é de R\$4.129,73; Sergipe, R\$3.012,00; Goiás, R\$2.722,00; Mato Grosso, R\$2.176,00; São Paulo, R\$2.170,00; Paraná, R\$2.128,00; Amapá, R\$2.070,00.

Dois mil e setenta reais, Sr. Presidente, é o menor salário que a gente paga um auxiliar do nosso gabinete; um auxiliar do nosso gabinete, serviços gerais, não ganha menos que R\$2.070,00. Isso é um salário de um policial. Estou falando do sétimo Estado, o Amapá; daí para baixo, o salário é menor ao que ganha um auxiliar de serviços gerais no nosso gabinete.

Minas Gerais, onde começa a escala decrescente: R\$2.041,00; Maranhão: R\$2.037,00; Bahia: R\$1.927,00; Alagoas: R\$1.818,56; Rio Grande do Norte: R\$1.815,00;

Espírito Santo: R\$1.801,14; Mato Grosso: R\$1.779,00; Santa Catarina: R\$1.600,00; Tocantins: R\$1.572,00; Amazonas: R\$1.546,00; Ceará: R\$1.529,00; Roraima: R\$1.526,00; Piauí: R\$1.372,00; Pernambuco: R\$1.331,00; Acre: R\$1.299,00; Paraíba: R\$1.226,91; Rondônia: R\$1.251,00; Pará: R\$1.215,00; Rio Grande do Sul: R\$1.170,00; e Rio de Janeiro: R\$1.031,38.

Vamos pegar o último Estado, só como exemplo, Sr. Presidente. O auxiliar geral do nosso gabinete – não precisa entender de nada para o serviço geral – ganha R\$2.090,00. Ou seja, ganha o dobro do que um policial militar preparado do Rio de Janeiro e praticamente também o dobro do que ganha no Rio Grande do Sul.

É um problema que devemos enfrentar, Sr. Presidente. Por isso, a PEC 300 cumpre esse objetivo, porque vai haver uma compensação por parte da União, para que os Estados possam manter os policiais com o mínimo de qualidade de vida para viver com dignidade. Querer que um policial viva com R\$1mil – é praticamente isso que dá nos últimos Estados: Pará, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro – é inadmissível, Sr. Presidente.

Peço a V. Ex^a que considere na íntegra este pronunciamento.

E ainda vou me debruçar sobre outro assunto que, de forma rápida, vou apresentar nos últimos nove minutos de que disponho.

Hoje pela manhã, Senador Geovani Borges e Senador Mozarildo, com a presença da Senadora Ana Amélia e do Senador Simon, nós tivemos um debate, na Comissão de Direitos Humanos, sobre o Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal, conhecido pela sigla FPE.

O Fundo, por determinação prevista na nossa Constituição, é a transferência, da União para os Estados, de 21,5% da arrecadação do Imposto de Renda, IR, e do Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI.

Esses recursos representam importante fonte de receita para a execução das políticas públicas. Eu diria que o FPE, como disse hoje pela manhã, na abertura dos trabalhos, e o Fundo de Participação dos Municípios são os mais importantes instrumentos de reparação da renda nacional.

O objetivo do fundo é equilibrar a capacidade financeira dos Estados e auferir receitas. Porém, como é repassado em cotas fixas, mediante um coeficiente individual de participação, o entendimento é de que não traz a devida justiça aos Estados, especialmente os que possuem uma menor capacidade de arrecadação.

Após diversas ações, o Supremo Tribunal Federal, em fevereiro de 2010, declarou que é inconstitucional a forma da partilha e determinou ao Congresso Na-

cional que aprove as novas regras até 31 de dezembro de 2012.

Quero aqui cumprimentar tanto o Senador Randolfe como a Senadora Vanessa Grazziotin, porque tomaram a iniciativa de apresentar dois projetos para o debate. E, como disse o Senador Randolfe, a Comissão de Direitos Humanos hoje, por provocação dos três Senadores do Sul, iniciou esse debate. Iniciou com uma audiência pública, chamando o autor do projeto e chamando também secretários de Estados, para que se posicionassem sobre o tema. E quem sabe aí a gente construa de forma conjunta, eu diria Senadores de todos os Estados, uma redação que aponte para o campo do que a gente chama da razoabilidade e do bom senso, para o Fundo de Participação dos Estados.

Entendemos que qualquer ganho que se dê a um dos Estados da Federação... Como eu dizia hoje de manhã, não existe Papai Noel, alguém vai ter que perder. Por isso tem que haver uma compensação. E lá foi unânime, tanto de parte dos três Senadores do Rio Grande que estavam lá – o Senador Cristovam também esteve lá –, como dos painelistas, a opinião de que nós tínhamos que fazer um debate global, olhando para o pré-sal, olhando a reforma tributária, essa guerra fiscal que eu chamo guerra fiscal fraternal, porque é irmão querendo tirar direitos de irmãos, para que a gente avance numa proposta de entendimento.

Lembro que, caso não seja aprovada uma regra por nós, em 2012, fim de 2012, o Supremo vai acabar decidindo.

Na abertura dos trabalhos, Sr. Presidente, eu mostrei algumas preocupações minhas com a situação do nosso querido Rio Grande do Sul. Nesse sentido, quero salientar que, se mantivermos a regra do PLC nº 2.911, do meu caro amigo e Senador Randolfe Rodrigues, o Estado gaúcho poderá perder de R\$250 a R\$500 milhões. Felizmente, o Senador Randolfe Rodrigues diz que entende a situação do Rio Grande e que, se depender dele, o Rio Grande sairia de 1,8 para 2,5, o que não traria nenhum prejuízo na nova distribuição do FPE. Até dizia ele, lembro-me aqui que lá eu repeti, que o Estado de São Paulo vai acabar com essa redação, recebendo mais do que recebe hoje. E nós sabemos que é um dos Estados mais ricos da Federação.

Mas não é aqui a minha intenção fazer uma disputa de um Estado contra o outro, e, sim, construir um entendimento que permita ao Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo, enfim, todos os Estados entrarem numa linha de entendimento ou fazendo um debate global dessa questão dos recursos que cada Estado teria de direito.

Nós lembrávamos, lá na abertura, que o Rio Grande do Sul está com dívida em relação à União que chega mais ou menos a R\$44 bilhões. E tivemos também a exclusão do carvão da matriz energética brasileira, que vai fazer com que o Estado perca, tenha um prejuízo que pode ser de R\$6 bilhões a R\$10 bilhões pela falta de investimento, já que o famoso leilão A5, que vai ser concluído no dia 20 de dezembro, não está sendo permitido nem sequer que os empreendedores que têm essa visão de um carvão mineral com novas tecnologias, evitando a poluição, possam concorrer. Tanto que agora em setembro os projetos já foram apresentados.

Temos que lembrar também das obras do PAC que estão sendo em parte desativadas; da Lei Kandir, que só trouxe prejuízo para o Rio Grande, que é um Estado exportador; da desativação do sistema ferroviário; da guerra fiscal fratricida, tudo isso, e nós poderíamos ainda alavancar o contrabando de inúmeras mercadorias que chegam, via países vizinhos, ao Rio Grande do Sul e ainda os cambalachos que são permitidos via Mercosul, infelizmente, o que vamos ver se conseguimos mudar a partir da presença dos três Senadores do Rio Grande do Sul no Mercosul.

Eu também citava alguns dados da Fundação de Economia e Estatística, que diz que os gaúchos têm perdido, com certeza, muito nas vendas externas, em boa parte das categorias de produtos em relação a outros países. E aqui lembrava o calçado, o vinho e tantos outros. Segundo os dados da fundação, alguns dos produtos de exportação mais importantes da pauta gaúcha, como tabaco, soja em grãos, calçado, carne de frango, tiveram crescimento menor de embarques do Rio Grande do Sul nos últimos tempos.

Sr. Presidente, entendo que podemos chegar a um entendimento que contemple uma média de pensamento dos Estados no princípio do bom senso e da razoabilidade para se construir justiça. Cito aqui Rui Barbosa: "tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida das suas desigualdades". Mas é preciso que haja razoabilidade.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que, na audiência hoje pela manhã – tenho certeza de que será uma de tantas outras que virão –, em que tivemos a satisfação de iniciar este debate, tomaram-se algumas medidas de encaminhamento:

- 1) o Senador Randolfe Rodrigues, que é o autor desse projeto, concorda que o Rio Grande do Sul deveria passar de 1,8% para 2,5%. Com isso, o Estado não teria prejuízo com essa nova divisão do Fundo de Participação dos Estados;

- 2) que essa discussão se faça em conjunto com o debate do pré-sal, da reforma tributária e da própria guerra fiscal;
- 3) realizaremos outras audiências públicas unindo a CDH, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Assuntos Econômicos;
- 4) ouviremos também a Senadora Vanessa Grazziotin, que é autora de um outro projeto semelhante a esse que está em debate;
- 5) convidaremos também o Governador Tarso Genro, para falar em uma reunião, de preferência das três comissões, sobre esses temas, que vão desde o pré-sal à questão do carvão, como também do Fundo de Participação dos Municípios e da situação do nosso Estado, para termos uma base mais sólida de como fazer aqui um trabalho coletivo de cultivo e legislativo, olhando a realidade do Brasil e não somente do Rio Grande.

Todas essas propostas foram tiradas por consenso. Quero dizer que com a participação da Senadora Ana Amélia, do Senador Pedro Simon e também do Senador Cristovam, além dos nossos painelistas.

Por isso, Sr. Presidente, termino dizendo que o princípio da razoabilidade e o princípio da dignidade da pessoa, o que manda a nossa própria Constituição....

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador, Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Amélia, com alegria concedo um aparte a V. Ex^a, com tolerância. Citei o seu nome duas ou três vezes.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vi que V. Ex^a estava acompanhando o meu pronunciamento.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada. Senador Paim, eu queria aproveitar desde a primeira manifestação de V. Ex^a sobre a Emenda 29. Nós, que conhecemos a realidade dos Municípios gaúchos, sabemos que 100% deles aplicam mais do que determina a lei, que é 15%. A média é de 28% a aplicação dos Municípios do nosso Estado, sabendo que, desde 1988, eles tiveram queda na receita. Também queria estar junto com V. Ex^a na questão da PEC 300. Da mesma forma, temos esse compromisso. E, finalmente, cumprimentá-lo pela audiência de hoje de manhã, da qual tive a honra, junto com o Senador Pedro Simon, de participar, para debater um tema que diz respeito ao pacto federativo em relação à partilha dos recursos do Fundo de Participação dos Estados. É nessa medida que temos que trilhar juntos, como até reconheceu o próprio autor do projeto, Senador Randolfe Rodrigues, que o que pode prejudicar hoje o Estado do Rio Grande do Sul pode ser compensado

por outras alterações, no caso da partilha do pré-sal ou mesmo pelo fim da guerra fiscal. Então, eu queria parabenizá-lo pela iniciativa do debate que aconteceu hoje, de alto nível técnico e que terá, claro, repercussão política e institucional relevante. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia. E essa audiência de hoje pela manhã surgiu de um diálogo nosso com V. Ex^a, com o Senador Pedro Simon, mediante um documento que nós todos recebemos do Deputado Estadual Giovanni Feltes, do Rio Grande do Sul. E de posse desse documento, em que ele mostrou as suas preocupações, nós fizemos daí mesmo, da nossa banca, eu diria, do nosso assento, um contato com o Governador do Rio Grande do Sul, via Senador Pedro Simon, que também demonstrou as suas preocupações e, a partir dali, é que nós começamos a fazer esses encaminhamentos, inclusive dessa audiência pública, já que outras duas comissões já estão com audiências marcadas.

Espero que, com a vinda do Governador Tarso Genro, a gente consiga aprumar uma caminhada aqui, no Parlamento, que garanta os direitos legítimos do povo gaúcho.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Até por uma questão de justiça, devo dizer, Senador Paim, que o titular da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul me telefonou – imagino que tenha ligado para V. Ex^a e para o Senador Simon – para pontuar as posições do Estado a respeito da Emenda 29, que querem uma aplicação gradual dos **royalties** e também da PEC relativa ao Fundo de Participação dos Estados. Então, houve uma sinalização do que eles pensam e também da Lei Geral da Microempresa. Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Amélia.

E assim, Sr. Presidente, encerro este meu pronunciamento na certeza de que as próximas audiências públicas vão contribuir para que a gente chegue a um entendimento, respeitando o interesse de cada Estado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na sexta-feira, 16 de setembro, estive nesta Tribuna para falar sobre a importância da apreciação urgente da emenda 29 e hoje volto aqui para abordar outra proposição tão importante quanto aquela.

Falo da Proposta de Emenda à Constituição nº 300/2008 que tramita na Câmara dos Deputados apensada à PEC nº 446/2009.

E, não custa lembrar, essa PEC, de nº 41 na origem, é de autoria do ilustre Senador Renan Calheiros

e já foi aprovada por unanimidade pelo Plenário do Senado Federal, em 2009.

O Brasil, Senhor Presidente, tem se tornado um país violento. A prática do bullying nas escolas, os acidentes fatais no trânsito, as brigas envolvendo torcedores nos estádios ou os jovens que freqüentam bailes e boates, os acertos de contas entre quadrilhas do tráfico são algumas das facetas dessa espiral de violência que amedronta os cidadãos, que os deixa trancados em casa, que os priva da prerrogativa de exercerem seus direitos.

Essa situação decorre de múltiplos fatores, a começar pelo esgarçamento do tecido social, com a responsabilidade compartilhada pelos pais, pelos educadores, pelas instituições sociais e, evidentemente, pelo Poder Público.

A par de cada um dos atores sociais se empenhar para reverter essa situação, com ações de educação e de ressocialização, urge estabelecer uma estratégia eficaz de repressão que intimide os transgressores e coíba a violência.

Esse é o principal motivo que levou o Deputado Arnaldo Faria de Sá e o Senador Renan Calheiros a apresentarem suas propostas de emenda à Constituição estabelecendo uma remuneração digna para os policiais militares e bombeiros militares de todo o País.

Na Justificação da PEC 300/2008, de sua autoria, adverte o ilustre Deputado Faria de Sá que a progressiva espiral de ações ilícitas que aflige o território brasileiro insinua “abalar as instituições legalmente constituídas, senão o próprio Estado Democrático de Direito”.

“Os criminosos – diz Faria de Sá –, condenados ou não, primários ou reincidentes, fora ou dentro das prisões, foragidos, integrantes de organizações criminosas que proliferam escoradas na fragilidade estatal, fustigam a sociedade, não temem as normas jurídicas, tratando, elas e o Estado detentor do jus puniendi, com notório desdém”.

Enquanto isso, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, os policiais militares, com armas, munições e demais equipamentos muitas vezes inferiores em quantidade e em qualidade aos das grandes quadrilhas, arriscam suas vidas por salários irrisórios. Arriscam-se, por essa remuneração que beira o ridículo, a sofrer graves mutilações, a deixar as mulheres viúvas e os filhos órfãos, na penúria.

Obviamente, a remuneração digna do policial militar, por si, não resolverá a questão da violência. Pode-se afirmar, em contrapartida, que os mais sofisticados equipamentos não intimidarão os bandidos se

não houver, no efetivo da segurança pública, policiais preparados, qualificados e valorizados, que não precisem buscar complementação de renda comoseguranças privados, que não precisem duplicar sua jornada de trabalho, que não se sintam atraídos ou humilhados pela remuneração das milícias paramilitares ou das quadrilhas de traficantes.

O Deputado Arnaldo Faria de Sá, ao justificar a PEC 300/2008, lembra que a Casa Civil da Presidência da República, com a promulgação da Lei nº 11.361, de 2006, e da Lei nº 11.663, de 2008, melhorou de forma significativa a remuneração dos policiais militares, aí incluídos os bombeiros, e das carreiras de delegado de polícia do Distrito Federal; e argumenta que tratamento idêntico deve ser dado aos policiais de outras unidades federativas, algumas das quais com índices de criminalidade muito mais proeminentes.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o Brasil vive um momento muito promissor no que concerne ao crescimento da economia, ao avanço tecnológico e à sua inserção no concerto das nações desenvolvidas.

Essa expectativa tem sido confirmada por fatos presentes, como a preferência crescente dos investidores externos, ou previstos para um futuro próximo, como a realização, em nosso território, da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

As atenções se concentram nos preparativos para esses mega-eventos, sugerindo discussões sobre a capacidade do Brasil de responder satisfatoriamente ou não aos desafios de reformar estádios, ampliar e modernizar aeroportos, equacionar o trânsito.

Nada disso será suficiente para garantir o êxito desses eventos, Senhor Presidente, se as forças de segurança não corresponderem à expectativa de manutenção da ordem pública, de proteção dos indivíduos e de seus patrimônios.

Ainda que a melhor expectativa se confirme, Senhor Presidente, pode não ser o suficiente. O Brasil precisa zelar por sua imagem no cenário internacional, mas antes disso precisa garantir, a qualquer momento e em todas as circunstâncias, a segurança de suas instituições e os direitos dos seus cidadãos. Para isso, precisamos de forças policiais equipadas, treinadas e bem remuneradas, que não precisem complementar seus salários fazendo “bicos” e que tenham orgulho do seu trabalho.

A segurança pública, nesse aspecto, requer o mesmo tratamento de urgência e de prioridade da saúde pública, que abordei inicialmente.

Assim, tendo já feito um apelo para que nós apreciemos urgentemente a regulamentação da Emenda 29, faço-o também para que a PEC 300/2008, que

melhora a remuneração e confere mais dignidade aos policiais militares dos Estados brasileiros, venha a ter o mesmo tratamento. No primeiro caso, trata-se de promover a saúde e a dignidade dos brasileiros que dependem do sistema público de saúde; no segundo, de conferir dignidade a quem deve zelar pela segurança de todos os cidadãos.

Vejam como é a tabela salarial dos policiais nos diversos estados brasileiros:

SALÁRIOS POLICIAIS BRUTOS DO BRASIL:

Colocação	Estado	Valor
01	Brasília	R\$4.129.73
02	Sergipe	R\$3.012.00
03	Goiás	R\$2.722.00
04	Mato Grosso do Sul	R\$2.176.00
05	São Paulo	R\$2.170.00
06	Paraná	R\$2.128,00
07	Amapá	R\$2.070.00
08	Minas Gerais	R\$2.041.00
09	Maranhão	R\$2.037.39
10	Bahia	R\$1.927.00
11	Alagoas	R\$1.818.56
12	Rio Grande do Norte	R\$1.815.00
13	Espírito Santo	R\$1.801.14
14	Mato Grosso	R\$1.779.00
15	Santa Catarina	R\$1.600.00
16	Tocantins	R\$1.572.00
17	Amazonas	R\$1.546.00
18	Ceará	R\$1.529,00
19	Roraima	R\$1.526.91
20	Piauí	R\$1.372.00
21	Pernambuco	R\$1.331.00
22	Acre	R\$1.299.81
23	Paraíba	R\$1.297.88
24	Rondônia	R\$1.251.00
25	Pará	R\$1.215.00
26	Rio Grande do Sul	R\$1.170.00
27	Rio de Janeiro	R\$1.031.38

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o debate da Comissão de Direitos Humanos, hoje pela manhã, versou sobre a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados. Conhecido pela sigla FPE.

O Fundo, por determinação prevista na Constituição Federal, é a transferência da União aos estados de 21,5% da arrecadação do Imposto de Renda-IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI.

Esses recursos representam importante fonte de receitas para a execução de muitas políticas públicas.

Eu diria que O FPE e o Fundo de Participação dos Municípios são os mais importantes instrumentos de repartição de renda nacional.

O objetivo do Fundo é equilibrar a capacidade financeira dos Estados de auferir receitas.

Porém, como é repassado em cotas fixas, mediante um coeficiente individual de participação, o entendimento é de que não traz a devida justiça aos Estados especialmente os que possuem uma menor capacidade de arrecadação.

Após diversas ações de constitucionalidade o Supremo Tribunal Federal, em fevereiro de 2010, declarou inconstitucional a forma de partilha e determinou que Congresso Nacional aprovasse novas regras até 31 de dezembro de 2012.

Quero parabenizar o Senador Randolfe pela apresentação do projeto, instrumento importante para fomentar o debate.

Diante da urgência de discutirmos sobre a maneira mais eficiente de distribuir o FPE entre os estados propomos essa audiência da maior relevância para todo o nosso país.

Entendemos que qualquer ganho que se dê a um dos Estados da Federação representará, sem dúvida, perda na participação dos demais.

Lembro que, caso não seja aprovada outra regra até o final do exercício de 2012, a lei atual perde a validade e os estados não receberão mais um centavo de repasse do FPE.

Minha maior preocupação e compromisso são com o Estado que represento. O meu Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, quero salientar que segundo a regra do PLS 289/2011, do caro Senador Randolfe Rodrigues, o estado gaúcho perderá R\$ 250 a R\$ 500 milhões anuais, trazendo sérios prejuízos aos cofres gaúchos.

O Rio Grande do Sul já passa por grandes dificuldades. A dívida do estado alcançou o montante de R\$ 44 bilhões.

Com a exclusão do carvão da matriz energética brasileira o Estado irá perder investimentos em torno de R\$ 6 bilhões de reais.

Temos que lembrar também das obras do PAC sendo, em parte, desativadas; da lei Kandir que, só para lembrar, nos trouxe prejuízo; da desativação do sistema ferroviário e da guerra fiscal fraticida entre os estados, que também só nos prejudica.

Segundo pesquisa da Fundação de Economia e Estatística – FEE os gaúchos tem perdido representatividade nas vendas externas em boa parte das categorias de produtos, em relação ao Brasil.

Segundo dados da Fundação, alguns dos produtos de exportação mais importantes da pauta gaúcha,

como tabaco, soja em grão, calçados e carne de frango, tiveram crescimento menor de embarques no Rio Grande do Sul do que no Brasil.

Entendo que podemos chegar a um entendimento que contemple todos os estados dentro dos princípios de igualdade e de justiça.

Falo aqui da igualdade preconizada por Rui Barbosa: "tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades"

Por tudo isso, Sr^{as}s e Srs. Senadores, nessa importante audiência pública chegamos a seguinte conclusão:

- 1) O Senador Randolfe concorda que o RS teria que passar de 1,8% para 2,5%. Com isso o estado não teria nenhum prejuízo, pelo contrário, teria ganho. Propus isso e ele aceitou.
- 2) que essa discussão se faça em conjunto com o debate do pré-sal, da reforma tributária e do fim da guerra fiscal
- 3) Realizaremos outra audiência pública unindo a CDH à Comissão de Desenvolvimento Regional de Turismo e à Comissão de Assuntos Econômicos
- 4) Ouviremos a senadora Vanessa Grazziotin que é autora de um projeto semelhante a esse que está em debate
- 5) Convidaremos o governador Tarso Genro para participar de uma audiência pública, de preferência aquela em que vão estar as três Comissões.

Temos que persistir no princípio da razoabilidade e da dignidade da pessoa humana, que é o que manda a Constituição.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, gostaria de registrar aqui, que estive no hospital Fundação Zerbini Incor, em Brasília, para visitar o nosso colega de Parlamento, Senador Casildo Maldaner.

Fiquei muito satisfeito porque o Senador Casildo está se recuperando bem.

Quero cumprimentar a Dra. Núbia e toda sua equipe pela excelência no pronto atendimento que foi prestado, e também destacar os serviços do Hospital Incor que sempre se mostra eficiente e muito bem qualificado.

Espero que o nosso amigo, Senador Casildo Maldaner, tenha pleno restabelecimento e que possa se juntar a nós e ocupar esta tribuna o mais breve possível.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Convidamos para ocupar a tribuna, como oradora inscrita, a Senadora Ana Amélia.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental de vinte minutos.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Presidente Geovani Borges, nosso constitucionalista Senador Mozarildo, tenho quarenta minutos aqui, como vai ser o Regimento? É a generosidade de Roraima com os gaúchos. Queria saudar os Senadores, as Senadoras, os nossos telespectadores da TV Senado e os nossos ouvintes da Rádio Senado.

As palavras da Presidente Dilma Rousseff na abertura da 66^a Assembléia Geral das Nações Unidas, muito comentadas na semana passada desta tribuna, e também na outra, resumem, com perfeição e precisão, o momento econômico por que passa o nosso País.

Disse a Presidente: "O Brasil tem sido até agora menos afetado pela crise mundial". E a frase mais importante da Presidente: "Mas sabemos que nossa capacidade de resistência não é ilimitada".

Em outras palavras, a Presidenta do Brasil, que é economista de formação, Sr. Presidente Geovani Borges, diz ao mundo que as indefinições do cenário econômico internacional irão, sim, atingir a economia brasileira. Não se sabe, hoje, qual é o tamanho desse impacto.

O Brasil não pode, esperar passivamente pelos desdobramentos da crise econômica mundial. É necessário um esforço concentrado para que soluções minimizem os efeitos dessa crise e que protejam a nossa moeda, os nossos empregos e as nossas empresas.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, a semana que passou foi marcada, mais uma vez, pelas incertezas na economia global. E quanto mais globalizada fica, mais interdependentes ficam as economias e maior impacto tem cada turbulência que acontece, seja no continente europeu, afetando o continente americano e vice-versa e a Ásia. Hoje, o planeta está globalizado do ponto de vista econômico e também das comunicações.

A indecisão política e a desarticulação dos grandes líderes das grandes economias mundiais, somadas ao ataque especulativo do mercado financeiro, provocaram a queda do valor das ações nas principais bolsas de valores do mundo e a valorização do dólar frente às moedas dos países emergentes, entre os quais o nosso, o Brasil. Dentre essas moedas – claro –, o real foi a moeda que mais sofreu desvalorização no período, em torno de 20%. Com a moeda desvalorizada, a dívida pública do País, que é calculada em dólares, aumenta em reais na mesma proporção da desvalorização, e o Produto Interno Bruto, que é gerado em reais, fica menor quando convertido em moeda estrangeira. Mesmo que o dólar não permaneça valorizado nos patamares atuais, os efeitos da sua volatilidade certamente vão ser sentidos nos índices da inflação

que já apresentam tendência de crescimento, na visão de alguns especialistas e economistas.

O consumo interno, que foi o principal instrumento de enfrentamento da crise em 2008, vai diminuir. A diminuição do poder de compra dos brasileiros, por sua vez, terá também reflexos numa área sensível que é a área social e a geração de empregos.

O aumento dos insumos agrícolas que têm seu preço baseado na moeda estrangeira, vai impactar diretamente no custo da produção da safra deste ano, 2011 a 2012, e, consequentemente, impacto no preço dos alimentos da cesta básica.

A produção de carnes e grãos, que desempenha papel estratégico na nossa economia, sendo responsável pelo resultado positivo da balança comercial nos últimos anos e por servir comida de qualidade a preços baixos na mesa dos brasileiros, vai enfrentar dificuldades com a desvalorização cambial. Infelizmente, Sr. Presidente, os primeiros sintomas do aumento do dólar na nossa economia serão percebidos pelos cidadãos brasileiros exatamente na hora da refeição.

Sr^{as} e Srs. Senadores, neste cenário de inquietações e de incertezas, aumentam também os compromissos do Poder Legislativo com os rumos da economia nacional. Há uma série de matérias relevantes que aguardam por deliberação na pauta da agenda legislativa do Congresso Nacional para o próximo trimestre.

Lembro muito bem – e eu não estava nesta Casa, Sr. Presidente – quando houve a crise, em 2008, quando rapidamente foi criada uma comissão especial, liderada por Francisco Dornelles, um especialista nas questões financeiras e econômicas, e encontrado ali o apoio do Poder Executivo, nesta Casa, para que imediatamente as medidas pudessem aprovadas e implementadas, assegurando tranquilidade na execução e na implementação das medidas. Assim como num grupo de Senadores, aqui nesta Casa, entre os quais os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Pedro Simon, Pedro Taques, Jarbas Vasconcelos e tantos outros, fizemos aqui uma manifestação de apoio coletivo às ações da Presidenta Dilma Rousseff, quando afastou dos cargos importantes dos Ministérios e também do primeiro e segundo escalões do Governo, nós aqui hipotecamos solidariedade política a essas ações. Isso para dizer que estávamos dispostos a dar-lhe um suporte necessário, a fim de que não ficasse ela refém de algum interesse escuso, ou que pudesse, de alguma maneira, torná-la refém dessas articulações que não dizem bem à gestão adequada, com responsabilidade e com ética, na administração pública de nosso País.

Da mesma forma, estamos aqui agora para, como aconteceu em 2008, estarmos ao lado para ajudar naquilo que for possível, a fim de que o País não sofra

as consequências nefastas desta crise internacional, como eu disse, cuja dimensão ainda não temos a exata noção do impacto negativo que se dará sobre a economia brasileira.

Aqui há uma série de matérias relevantes que aguardam por deliberação na pauta legislativa do Congresso Nacional para este trimestre. São projetos de lei, emendas constitucionais e medidas provisórias que promovem mudanças na legislação do campo e da cidade, das pequenas e das grandes empresas e da vida das famílias brasileiras.

Nós, Parlamentares, somos os responsáveis pelo cumprimento dessa agenda. A Câmara Federal e o Senado precisam, mais do que nunca, exercerem o seu papel no ordenamento institucional brasileiro e vencer essa pauta de discussões que a agilidade que o momento, como este que estamos vivendo, exige. Precisamos cumprir essa pauta sem deixar de aprofundar as discussões sobre cada um dos temas, para que as decisões aqui tomadas sejam construídas num ambiente de transparência, de responsabilidade, de ética, plena informação e certeza.

O Poder Legislativo, Sr. Presidente, que, nas últimas décadas, foi pautado pela agenda do Executivo e que é injustamente alvo de críticas da imprensa e da opinião pública, tem neste momento uma rara e grande oportunidade. O Parlamento, em meio às dificuldades conjunturais, tem a oportunidade de recuperar sua credibilidade junto aos brasileiros e mostrar que tem um importante papel na construção de alternativas que faz com que o Brasil saia, o mais rápido possível, dessa crise econômica mundial.

Sr^{as} e Srs. Senadores, permitam-me que apresente exemplos da relevância dessa agenda que tem relação direta com o enfrentamento da crise. As incertezas da produção agrícola podem ser amenizadas com a votação do novo Código Florestal. Esta matéria está prestes a chegar a plenário, e sua urgência se deve à necessidade de evitar que importantes culturas da produção de alimentos sejam colocadas definitivamente na ilegalidade. Elas precisam de total segurança jurídica. Sua votação só será possível porque, em sua tramitação, esse assunto tem contado com o comprometimento irrestrito dos relatores do projeto nas Comissões, os Senadores Luiz Henrique da Silveira e Jorge Viana. Seu empenho para que esse assunto seja debatido amplamente pelas Comissões desta Casa está contribuindo para a busca do equilíbrio entre a preservação do meio ambiente e a segurança jurídica na produção de alimentos. Esses dois fatores – preservação e segurança jurídica – são fundamentais para garantir a segurança alimentar da população brasileira.

O saldo da balança comercial será afetado pelo aumento do custo de produção dos insumos agrícolas também será influenciado pelo processo de desindustrialização brasileira. O Governo, para conter esse processo, reagiu com a publicação de um decreto aumentando o IPI dos automóveis importados. Mesmo tendo sido o aumento regido por um decreto presidencial, creio que esse assunto deva ser analisado com muita atenção por esta Casa, porque o Governo não pode utilizar o argumento da crise para promover o aumento de impostos que serão pagos inevitavelmente pelos consumidores. Além disso, a utilização de práticas protecionistas como instrumento de política industrial tem seus efeitos questionáveis e representa uma mudança de postura da política brasileira de comércio exterior.

Ao impor barreiras tributárias à entrada de automóveis importados no Brasil, o Governo diminui a concorrência na produção de automóveis. Determinar a concorrência em um setor como esse é diminuir os incentivos ao desenvolvimento tecnológico e, por consequência, a competitividade da própria indústria nacional. É uma medida arriscada, pois muda as regras do sistema tributário no meio do jogo, produzindo mais insegurança jurídica, o que não é nada bom para a imagem do nosso País no cenário internacional. Isso deve afugentar investimentos estrangeiros que são importantes para que um país com baixa taxa de poupança como o Brasil possa crescer.

Isso também provocou a ira dos nossos sócios dentro do Mercosul. O aumento da competitividade não acontecerá com o aumento dos impostos de produtos estrangeiros; o aumento da competitividade acontecerá quando o Brasil possuir políticas públicas permanentes de formação de mão de obra qualificada, principalmente engenheiros, capazes de desenvolver tecnologia nas indústrias brasileiras, e quando o Governo for capaz de promover um ajuste fino na administração pública que diminua o custo do Estado. Neste particular, dou um exemplo. Neste final de semana, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estive em uma região extremamente importante do Rio Grande do Sul, a região noroeste. Estive em Santa Rosa, muito conhecida porque lá começou o ciclo da soja, também porque lá a terra onde nasceu Xuxa Meneguel – quem não a conhece? Lá em Santa Rosa é também um grande núcleo da produção de máquinas e implementos agrícolas. Dali, fui a Três Passos, também importante centro da área de confecções, da área têxtil, e Palmeira das Missões, grande produção de laticínios, soja, agricultura de alta precisão; encerrando em Soledade, conhecida muito pela especialidade de suas pedras semipreciosas e pedras preciosas, onde faz, a cada ano, uma magní-

fica feira internacional desses produtos e também da produção agropecuária.

Pois ali ouvi, de um empresário médio, da cidade de Sarandi, pretendendo abrir uma fábrica em Soledade, com toda cadeia produtiva da área de têxteis e confecções. Pois o Bruno Rech, da Mirasul, me disse desolado:

Senadora, faz dois anos que eu tento me habilitar ao FUNDOPEM – o fundo de operação empresa do Rio Grande do Sul – e eu consigo, porque a cada dia que eu vou a Porto Alegre, capital do Estado, para tratar desses documentos, um burocrata me pede mais um documento, porque na vez anterior, a outra pessoa que estava me atendendo foi substituída, ou porque estava de férias ou porque não estava.

Não é possível, Sr. Presidente, aceitar uma forma tão burocrática, tão morosa, tão desqualificada no atendimento para quem quer, não só gerar empregos, desenvolvimento e – pasmem! – mais to de tributos, porque valor agregado significa aumento de receita para o Município e para o próprio Estado.

Então, é inadmissível que a burocracia do Estado emperre e dificulte tanto os empreendedores em nosso País. Talvez isso justifique porque tantos estão fugindo do meu Estado, talvez atraídos pela guerra fiscal, indo para o Nordeste, para o Centro-Oeste e até para a Argentina. Não é possível conviver com um ambiente em que a burocracia sufoca o objetivo e a tentativa de um empreendedor na geração de riqueza e na geração de emprego, sobretudo, considerando que o setor têxtil é um dos setores de maior competição predatória. Quando esse empresário compra um fio, faz a confecção, faz a tecelagem, tinge, cada fase dessa produção, Senador Mozarildo, está agregando valor, e aí criam-se todos esses óbices apenas burocráticos para impedir o desenvolvimento daquilo de que mais precisamos do ponto de vista social, que é a geração de empregos.

As grandes empresas estão apreensivas com as questões do câmbio. As micro e pequenas empresas brasileiras aguardam a aprovação do PLC 77, que propõe importantes alterações na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, como o aumento dos limites e das faixas de faturamento para permitir o enquadramento de empresas de até R\$ 3.600,00 no Simples. O PLC 77 também inclui nas regras do Simples a possibilidade do parcelamento de dívidas. Juntas, essas duas medidas irão evitar a exclusão de milhares de empresas desse sistema de tributação que é atualmente a única política pública de incentivos aos pequenos negócios no Brasil.

Esse projeto está sendo relatado competente-mente pelo nosso Colega, Senador e ex-ministro, José Pimentel, que é um profundo conhecedor da realidade dos micro e pequenos negócios brasileiros. Também deverá ser apreciado por este plenário nas próximas semanas.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos ter a consciência de que o projeto que está tramitando nessa Casa e que é fruto de intensas negociações entre a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, liderada por Pepe Vargas, o Comitê Gestor do Simples e o Governo, ainda precisa de aperfeiçoamentos. Aliás, teremos uma grande reunião na Comissão de Assuntos Econômicos para tratar desse tema.

Não estão contempladas no projeto as soluções para o problema da substituição tributária e também da cobrança do diferencial de alíquotas de operações interestaduais para as micro e pequenas empresas.

Esse dois instrumentos, quando aplicados a empresas que estão enquadradas no Sistema Simplificado de Tributação, tiram delas os benefícios constitucionais a que têm direito e fazem com que elas percam a condição de competir com grandes empresas, que já têm um ganho de escala para produzir ou adquirir mercadorias para revenda.

A implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, em 2006, foi um caso de sucesso da política desenvolvimentista brasileira.

A Lei Geral trouxe para a formalidade milhares de pequenos negócios, que passaram a pagar impostos contribuindo para o aumento da receita dos governos, dos entes federativos. Isso demonstra que é necessário modificar a legislação pra que outras empresas possam ingressar no Simples. Permitir o ingresso de novas atividades econômicas no Simples é uma questão justiça tributária; pequenas empresas são pequenas empresas, independente de sua atividade, precisam de incentivos para se desenvolver como qualquer outra empresa. As pequenas, um dia, poderão ser médias e até grandes, com acontece como histórico de empresas centenárias no nosso Rio Grande do Sul.

É por isso que enviei à Comissão de Assuntos Econômicos emendas ao projeto pra permitir a inclusão de novas atividades a esse sistema de tributação, com base em seu faturamento e não em sua atividade econômica.

Sr. Presidente Geovani Borges, Sr^{as} e Srs. Senadores, para finalizar esse pronunciamento gostaria de abordar dois assuntos, que, embora tenham pouca relação com a crise internacional, são de extrema relevância para o bem estar social dos brasileiros: a

regulamentação da Emenda nº 29, já referida anteriormente aqui pelo Senador Paulo Paim, e a apreciado do veto à Emenda que trata da partilha do **royalties** do petróleo.

A regulamentação da Emenda nº 29, que tramita no Congresso há mais de uma década, retorna a esta Casa para que o Senado Federal se pronuncia sobre o texto aprovado na Câmara. O texto que discutiremos não contém a obrigação da União investir 10% das suas receitas orçamentárias em saúde, mas também não contém a criação de um novo imposto para o financiamento da saúde. Precisamos trabalhar para que o percentual mínimo de investimento em saúde seja regulamentado e para manter o texto sem a criação de um novo imposto. A sociedade já não suporta mais aumento da sua carga tributária. A experiência da CPMF foi suficiente para sabermos que a criação de novos impostos não é capaz de promover a melhoria dos serviços de saúde e eu a arrecadação do Governo Federal cresceu mesmo com o fim desse imposto em 2007.

Com muita alegria concedo um aparte ao Senador médico, Mozarildo Cavalcanti, e que conhece profundamente as questões de saúde do seu Estado de Roraima e também do País.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB –RR) – Senadora Ana Amélia, realmente eu não poderia deixar de aparteá-la nesse ponto do seu pronunciamento sobre a questão da Emenda nº 29, tão falada e tão mal explicada para a população. Como disse V. Ex^a, há uma década que a regulamentação dessa Emenda está na Câmara. Foi de autoria do ex-Senador Tião Viana, hoje Governador do Acre.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP –RS) – Médico como V. Ex^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB –RR) – Exata-mente. Nada mais é do que definir o que cada esfera dos governos tem que gastar, o Municipal, Estadual e o Federal.

E definir o que é despesa com saúde, porque há muita malandragem nessa história.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É verdade.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Então, é muito importante que a gente aprove. Como disse V. Ex^a, é lamentável que não tenha havido a imposição de que o Governo Federal gaste 10%. É lamentável, mas é menos ruim do que não ter definição nenhuma.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Criar um imposto.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Porque, frisou muito bem V. Ex^a que, em catorze anos de CPMF, com cerca de R\$210 bilhões arrecadados, não melhorou o quadro da saúde no País. Eu fui a favor da extinção da CPMF, como, aliás, fui a favor da sua implantação. Porém, como com o passar do tempo a observação foi suficiente para dizer que não prestava, eu fui contra. No dia da votação, não pude estar presente por conta dos funerais do ex-Governador Ottomar, mas a minha não presença aqui significava não apoiar, exatamente porque não só debati, mas fui até retirado da Comissão de Constituição e Justiça, porque eu era contra a permanência da CPMF. Eu espero que o Senado faça o seu papel agora, aprovando, o quanto antes, essa regulamentação, porque é melhor ter uma regulamentação que não é a ideal do que não ter nenhuma.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço muito a valiosa colaboração com esse seu aparte, Senador Mozarildo Cavalcanti, porque é uma injustiça o que está acontecendo com os Municípios brasileiros. No caso dos do Rio Grande do Sul, 100% deles aplicam mais do que os 15% determinados pela regulamentação atual, 100% deles. A média de aplicação da receita líquida em saúde dos Municípios do meu Estado é de 22% a 28% e, no Município de Panambi, a que costumo me referir como exemplo, são 35% da receita em saúde. E, se os Municípios, desde 88 até agora, tiveram queda na sua receita e aumentada a sua competência e eles estão cumprindo o que determina a regulamentação sobre a questão da saúde, não é justo que, agora, a União, a prima rica da Federação, queria criar um novo imposto para cumprir um dispositivo da Constituição que ainda não foi regulamentado, que é aplicar 10% da sua receita, do seu Orçamento em saúde pública.

Lembrou bem V. Ex^a que, com a CPMF, o dinheiro acabou não indo para a sua finalidade, idealizada pelo grande cardiologista Adib Jatene, que era para financiar a saúde. Ela ia para o caixa único do Governo e, aí, não teve dinheiro para resolver.

Aqui em Brasília mesmo estamos vivendo isso. O Hospital de Base, que é um hospital de referência na capital da República, há poucas semanas, não tinha reagentes para fazer exames no seu laboratório. Mas a gente percebe que é mais uma questão de gestão do que propriamente de recursos.

O texto que discutiremos aqui da Emenda nº 29 não contém a obrigação da União, como bem lembrou o Senador Mozarildo, de investir 10% da receita em

saúde, mas também, claro, não contém a criação do novo imposto.

A experiência da CPMF já foi suficiente para sabermos que a criação de novos impostos não é capaz de promover a melhoria do serviço de saúde e que a arrecadação do Governo Federal cresceu bastante.

A apreciação do veto presidencial à emenda da partilha dos **royalties** – estou encerrando, Sr. Presidente – deve acontecer nos próximos dias. É, também, outro fator importante para que possamos conceder um pouco de autonomia tributária aos Estados e Municípios, enquanto a revisão do pacto federativo não se torna realidade.

Sabemos que os Estados e Municípios brasileiros sofrem com a concentração de recursos nas contas do Governo Federal, a famosa União, “prima rica” da Federação, e sabemos que os Estados produtores não podem perder as suas receitas de **royalties** de forma abrupta.

Portanto, a votação dessa matéria exigirá lucidez por parte de todos nós, Parlamentares, para que essa discussão aconteça de maneira a que não só os interesses dos Estados sejam postos à mesa, mas também os interesses da Nação brasileira, porque, afinal, o petróleo é um patrimônio de todos. Que os recursos que o Brasil receber no futuro, da exploração do petróleo, sejam utilizados na geração de mais desenvolvimento em todo o País; que o esperado aumento da receita possa resolver problemas estruturais de nossa sociedade, principalmente da educação e da ciência e tecnologia, para que os investimentos que forem feitos com esses recursos possam ser percebidos pelas futuras gerações e para que não sejam gastos apenas no consumo.

Diante de nós, está a oportunidade de mostrarmos à sociedade brasileira que esta Casa é, sim, um ambiente de muito trabalho e, sobretudo, de muita produtividade.

Muito obrigada, Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ana Amélia, o Sr. Geovani Borges deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Geovani Borges, do Estado do Amapá.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senado-

res, depois desse brilhante discurso da Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, que fez uma análise profunda, resta-me, nesta oportunidade, dar destaque, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, do querido Estado do Roraima, a uma matéria publicada no jornal **Aqui Amapá**.

Essa matéria tem o título, tem a seguinte manchete, em que eu aproveito para pedir às câmeras que deem um *close*: “Secretário Juliano Del Castillo [do meu Estado] é processado pela Band e [pelo jornal] **Aqui Amapá**”, pela TV, afiliada à TV Bandeirante, em nível nacional, no nosso querido Estado do Amapá, que tem como Diretor-Superintendente o empresário José Alcolumbre.

Diz o jornal:

O secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Tesouro, Juliano Del Castillo, utilizou a internet, através da rede social Twitter para fazer provocações que incomodaram a diretoria da TV Macapá – Band e do Jornal Aqui Amapá. Os termos usados pelo secretário foram considerados difamatórios a imagem dos veículos, diante do conteúdo de agressão explícita, a diretoria resolver cobrar na justiça explicações do secretário. A notificação da justiça já deve ter sido cumprida. José Samuel Alcolumbre, representante da empresa televisiva e deste periódico, alega crime de difamação praticado pelo agente do Governo do Amapá. A ação tramita na 2ª Vara Cível e de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado. Consta na citação movida pela TV Amazônia, que no último dia 2 de setembro, Del Castillo postou em seu Twitter, comentários deselegantes e difamatórios contra a empresa de comunicação e outros veículos do segmento. Segue transcrição do conteúdo: ‘Governo do Estado do Amapá (GEA) enfrenta um consórcio de oposição na mídia amapaense formado pelo jornal O Dia [da Família dos Pereira], Gazeta’ [do empresário Silas Assis, todos ligado a grupos políticos, que são jornais independentes]. A frase foi postada por Del Castillo, que continuou: ‘... sistema de rádios/TVs, Band [ligados a grupos políticos e ao Senador Gilvam também], muitos interesses contrariados com nossa chegada ao Governo. E ele finaliza: ‘No entanto, decisão política do Governador@Camilo40 é seguir avançando e contrariando interesses não republicanos que circundam o Governo do Estado.’

As insinuações virtuais do secretário ‘witter’ atingiram dois veículos de comunicação que decidiram cobrar, na Justiça, explicações acerca dos termos ‘está participando do ‘consórcio de oposição’ ao Governo do Estado do Amapá’.

A citação pede ainda que o Juliano esclareça ‘a TV Amazônia ou o Jornal Aqui Amapá é movido por ‘interesses não republicanos’ e, em caso afirmativo, quais são ‘estes interesses não republicanos’ (...).’

Chama-me atenção por que a mídia do Amapá, que tem uma posição independente, vários veículos, não possa exercer o livre arbítrio dentro de um processo democrático de emitir a sua opinião, de divulgar os fatos que ocorrem no nosso querido Estado. Preocupa-me muito esse comportamento do instituto da censura. Ainda mais aquela censura maldosa, aquela censura de intimidação, aquela censura que tenta amedrontar a forma independente, transparente, séria e responsável com que se divulgam as notícias do Estado do Amapá.

Quando peguei o jornal **Aqui Amapá**... E também o jornal **A Gazeta** tem colocado a sua posição de forma muito didática, muito séria, muito correta, independente e responsável, e o **Jornal do Dia**. Esse comportamento é uma atitude não republicana.

Então, fica aqui o nosso registro, a nossa preocupação, mas o caminho correto dentro de um Estado Democrático de Direito é procurar os caminhos da lei através da Justiça.

Era esse pequeno registro de comunicação inadável que eu tinha que proferir na tarde de hoje aqui da tribuna. Agradeço, inclusive, o tempo que V. Exª me proporcionou, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Convidado, para usar da palavra neste momento, o Senador Pedro Simon, por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srª Senadora Ana Amélia, estamos nós dois aqui – o Senador Paim já falou e teve que sair.

Foi interessante, hoje pela manhã, quando o Senador Paim, na Comissão de Direitos Humanos, fez uma análise referente aos projetos que estão em tramitação sobre a tão angustiante questão da distribuição da renda nacional entre União, Estados e Municípios.

O jovem e brilhante Senador Randolfe, que apresentou um dos projetos – o outro foi apresentado pela Senadora do Amazonas –, dizia hoje na comissão, e com toda razão, que, em relação a essa matéria, o Supremo deu prazo para que nós legislássemos – e temos a obrigação de fazer isso – para dar-lhe adaptação real, moderna e concreta.

Nós, do Rio Grande do Sul, através da cópia de uma mensagem que o Líder do PMDB na Assembleia Legislativa, Deputado Feltes, enviou ao Governador, mostramos as angústias e as preocupações dos nossos parlamentares com relação à situação do Rio Grande do Sul e aos prejuízos que teria no debate que está sendo travado neste momento nesta Casa. Nós achamos interessante discutirmos. Inclusive, foi feito um convite ao Governador do Rio Grande do Sul, o dinâmico e competente Governador Tarso Genro, para que viesse a esta Casa para, em uma reunião de várias comissões, discutir algumas pautas referentes ao momento e às dificuldades que vive o Rio Grande do Sul.

São várias as questões, e eu nem as analiso pensando no dia a dia, mas pensando num sentimento de certa mágoa do Rio Grande do Sul com relação ao tratamento que, ao longo da história, vem recebendo do Brasil. Eu digo isso com uma serenidade muito grande, porque muitas vezes nós, do Rio Grande do Sul, somos obrigados a reconhecer que fomos mais maltratados pelo Governo Federal quando gaúchos estavam na Presidência da República. Eu, admirador convicto do Dr. Getúlio Vargas, reconheço que, nos seus vinte anos, ele foi, indiscutivelmente, o maior administrador, o maior executivo, o maior líder da história brasileira, mas, em relação ao Rio Grande do Sul, não me lembro, não conheço nenhum grande feito do Dr. Getúlio a favor do seu Estado. Foi assim com o Dr. João Goulart, foi assim com os generais presidentes.

Hoje estamos tranquilos, primeiro porque temos muito carinho, muito respeito e muita confiança na Presidente Dilma. Não por acreditarmos que ela vá tratar o Rio Grande do Sul melhor do que os outros Estados, mas por acreditarmos que vá tratar o Rio Grande do Sul com o apreço que merece. Segundo: temos confiança no Governador Tarso Genro e sabemos que o esforço que sua administração vem fazendo no sentido de desenvolver e fazer avançar as questões referentes ao Rio Grande do Sul encontrará guarda no Governo Federal.

Eu tenho uma luta antiga aqui, Senadora Ana Amélia...

Parei de falar porque a Senadora Ana Amélia vai ocupar a Presidência e, com todo respeito ao Senador

que se afasta, fico muito satisfeito com a presença da Senadora Ana Amélia na Presidência. Agradeço a V. Ex^a essa gentileza. Agora podemos tratar com mais tranquilidade das coisas do Rio Grande do Sul.

Questões que estão em debate, em discussão...

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me dá a honra de merecer um aparte de V. Ex^a?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Em primeiro lugar, quero concordar com V. Ex^a. A Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, sua colega de bancada, realmente dá todo um charme a esta Casa quando preside a sessão e quando está na tribuna. Estou de pleno acordo com V. Ex^a. Em segundo lugar, quero dizer que tive a oportunidade, no Amapá, de assistir a uma participação de V. Ex^a, da Senadora Ana Amélia e do Senador Paulo Paim quando debatiam com profundidade assuntos que diziam respeito ao seu Estado, principalmente à economia do Rio Grande do Sul, particularmente à questão do carvão. O Estado realmente está muito bem representado por V. Ex^as. Assim, queria apenas me congratular com V. Ex^a e dizer da admiração e do respeito que tenho por V. Ex^a. Tive que me retirar da Presidência, Senador Pedro Simon, porque tenho um compromisso agora: foi confirmada uma audiência que estou persegundo há quase trinta dias. Vou ter que me ausentar, mas vou ficar sintonizado na Rádio Senado para continuar ouvindo V. Ex^a. Muito obrigado pela oportunidade e parabéns pela forma como, da tribuna, trata dos assuntos que dizem respeito aos interesses do seu Estado e do País.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu agradeço a gentileza de V. Ex^a. É que, como a Senadora Ana Amélia estava assumindo a Presidência, eu não poderia deixar de aproveitar a oportunidade e dizer que, a partir daquele momento, estávamos na tranquilidade: orador e Presidente defendendo a mesma bandeira.

Senadora Ana Amélia, antes de ser a brilhante Senadora que é, V. Ex^a foi uma das jornalistas, radialistas e comentaristas de televisão mais importantes do Brasil e acompanhou toda essa história. Portanto, V. Ex^a sabe: há mágoas e ressentimentos que, reciprocamente, nós e o Brasil temos. Volto a repetir perante V. Ex^a algo que somos obrigados a reconhecer: ninguém foi mais brasileiro do que os gaúchos na Presidência da República; ninguém quis ser mais imparcial e esqueceu tanto do Rio Grande do Sul quanto os gaúchos na Presidência da República. Eu dizia que, em cinco anos, Juscelino fez mais por Minas Gerais do que fizeram

pelo Rio Grande do Sul o Getúlio em vinte, o Jango em cinco ou os generais em quinze anos. Foi assim.

Estamos vivendo agora alguns momentos que são muito delicados. Para nós, é uma questão de honra o problema do carvão. Nós não aceitamos o que aconteceu: pura e simplesmente, sem nenhuma satisfação, tiraram o carvão da agenda dos leilões que vão ser feitos agora. Não aceitamos isso. Eu já disse mil vezes e repito aqui: se esse carvão que está lá no Rio Grande do Sul estivesse em São Paulo, talvez agora nós tivéssemos mais empresas de energia baseadas no carvão do que hidrelétricas. Mas não está, está no Rio Grande do Sul, na metade sul do Rio Grande do Sul. Então, que se dane, que fique lá.

A China está fazendo uma usina de carvão por semana, e o Brasil se dá ao luxo de importar carvão da Venezuela, de importar carvão da Colômbia, e não ter carvão do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina nos leilões a serem feitos. Isso vai ter que mudar. Essa é uma questão de honra, e acho que será uma das questões de que o Governador Tarso virá tratar aqui. Terá de mudar, terão de alterar. No próximo leilão, daqui a um mês, terá leilão para carvão. As empresas estão prontas, estão querendo. Isto é fantástico: elas estão querendo, a verba está à disposição, o dinheiro está pronto para ser aplicado. De repente, surpreendendo Deus e todo mundo, o Sr. Ministro Iá do Maranhão, que recebe carvão da Venezuela, diz: do Rio Grande do Sul não! Não é exatamente ele quem diz, mas é a equipe ligada ao Ministério dele que diz isso. Não vamos aceitar. Por isso, estamos convidando o nosso Governador para vir dizer isso aqui, no Senado, em nome do Rio Grande do Sul.

Sabemos que a situação dos transportes no Rio Grande do Sul é difícil, é muito difícil. Há três projetos que são considerados de vida ou morte: a Estrada do Parque – cá entre nós, um projeto de 35 a 40 km –; o último trecho que falta da BR-101, que está pronta em todo o Brasil, só falta um trecho no Rio Grande do Sul, que é Porto Alegre-Pelotas; e a Ponte Porto Alegre-Guaíba. As três, dizem, estão às vésperas de cair fora do PAC, as três estão às vésperas de serem cortadas. Amanhã vem uma caravana de metade do Rio Grande – por enquanto vem de avião, não vem a cavalo, mas vem vindo aí – para conversar com o Ministro, para fazer uma análise, um debate sobre a matéria, que, para nós, repito, é realmente muito importante.

Há também o problema do petróleo. O Deputado Ibsen apresentou uma emenda, aprovada quase unanimemente, fazendo uma distribuição equitativa. Quando veio para este Senado, o Deputado Ibsen nos

procurou e foi apresentada uma emenda à emenda dele, segundo a qual não se tiraria a parte do Rio nem do Espírito Santo nem de São Paulo, mas a União abriria mão de uma parte da imensidão que tem para fazer essa compensação. Estão nos levando.

O Presidente Lula foi muito fanático de um lado e esqueceu o resto, esqueceu o Brasil e, agora, estamos nessa situação. Aprovado pela unanimidade desta Casa, pela imensa maioria da Câmara, o veto está aí, e o ilustre Senador Sarney tende que dançar para não desagradar a Presidência, empurrando a apreciação do veto para amanhã, para não sei o quê, para não sei o quê.

Mas está acontecendo uma coisa interessante. Todos nós sabemos como é difícil derrubar um veto. Aliás, essa é uma vergonha, é uma das vergonhas do Congresso Nacional. O Presidente veta, está vetado. Nós temos mais de mil vetos parados aí sem ser votados. E fica por isso mesmo.

Agora, a reação é tão grande que esse veto vai ser votado, e esse veto vai ser derrubado, e vai valer o que nós e a Câmara dos Deputados votamos aqui – a menos que se chegue a um entendimento. Para isso, é bom também que o Governador Tarso venha a esta Casa, para mostrar a posição do Rio Grande do Sul. Ele, que tem tido uma atitude muito correta, muito firme, muito competente no sentido de buscar o entendimento e não a ruptura entre os Estados. Desde o início, inclusive na campanha que ele lançou no fim de setembro, disse que o petróleo é de todos nós. Que tenha uma justa distribuição – mas esse é outro assunto que fica na interrogação.

Eu creio. Eu tenho projetos aqui, Senadora Ana Amélia, que, inclusive, já foram aprovados, mas caíram no esquecimento. Agora, com V. Ex^a, que tem mais brilho e competência do que eu, talvez a gente consiga explicar para o Brasil que o Rio Grande do Sul é um grande Estado, potencialmente bom, com economia próspera e desenvolvida.

Mas nós temos hoje no Rio Grande do Sul uma questão muito séria: metade do nosso Estado vive numa posição que eu diria quase dramática. A metade do Sul está melhorando agora, com o Porto de Rio Grande tendo um impulso novo e podendo respirar melhor. Mas nós temos lá, no oeste do Rio Grande do Sul, de onde saiu quase um milhão de gaúchos levando o progresso e o crescimento para todo Brasil, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Norte, Goiás, Tocantins, Amazonas, Pará, Bahia, Piauí, Maranhão... A economia do Brasil se sustenta no agronegócio, e os gaúchos que vieram dessa re-

gião estão levando progresso e desenvolvimento, como aqui o Senador Maggi, gaúcho. Ele, criança, veio do Rio Grande do Sul. Seu pai veio e trouxe o progresso, transformando-se num dos grandes líderes da economia do oeste.

Nós podíamos até, Senadora, pedir uma espécie de *royalty* do que levaram, porque lá na terra que eles deixaram, hoje eu vejo uma situação difícil, que vive problemas sérios e que deveria ter uma atenção do Governo Federal.

Mais de um projeto já foi aprovado nesta Casa.

No norte de Minas Gerais, há uma região, um cantinho que é considerado Nordeste e está incluído na zona que tem privilégio especial com relação à indústria que lá se estabelece. Reivindicamos isso para o Rio Grande do Sul, para determinada região, por um determinado tempo, para que tenha condições e estímulo para se desenvolver, para crescer. Nós, do Rio Grande do Sul, inclusive nas nossas leis, nos projetos que buscam o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, damos condições especiais para as indústrias que se estabeleçam naquela metade sul e naquela zona fronteiriça. Acho que teríamos direito a isso.

O Brasil, durante cinquenta anos, colocou no Rio Grande metade do Exército brasileiro. Há cidades, como Santiago, com cinco quartéis do Exército. Em vez de colocarem ali cinco quartéis do Exército, poderiam ter colocado uma fábrica, mas foram proibidos de fazer isso. Foi proibido pelo Dr. Getúlio Vargas que, naquela região, houvesse indústria, porque era fronteira com a Argentina e porque podia haver uma guerra iminente com a Argentina. Essa é uma questão que devíamos discutir. Vamos abrir um espaço de tempo, uma perspectiva, para permitir que aquela região tenha estímulo especial para poder crescer, desenvolver-se, ter novas indústrias. Foi o contrário disso. A única coisa que existe é o carvão, que está lá, mas que de lá não pode sair. E está lá o empresário querendo aplicar, querendo fazer, mas lá o órgão do nosso amigo Ministro de Minas e Energia diz que não pode, não pode.

Por isso, é bom o nosso Governador vir aqui. É bom termos uma reunião com a Presidente Dilma para discutir essas questões.

Nós sabemos que tudo é difícil para o Rio Grande. Quando falei que nada foi feito, tenho de fazer justiça: quando Geisel era Presidente da República, defendeu-se no Rio Grande do Sul a construção do 3º Polo Petroquímico, e os Governadores Amaral e Triches, por conta própria, construíram toda a infraestrutura do 3º Polo, para buscar o 3º Pólo, com US\$1 bilhão. E aí queriam dar o 3º Polo para o Rio de Janeiro ou

duplicar o da Bahia. O Rio Grande se uniu, quase que fez uma nova Revolução Farroupilha, e o Presidente Geisel, colocado contra a parede, assinou o 3º Polo para o Rio Grande do Sul. E o 3º Polo foi construído, o mais moderno, na época, do mundo inteiro. O governo privatizou o Polo. Mas se o privatizou, cadê o nosso US\$1 bilhão? Nós fizemos o Pólo e nele gastamos US\$1 bilhão, mas nunca se falou em cobrar isso, porque isso era da União. Mas, de repente, privatizaram o Polo. Se o privatizaram, cadê o nosso US\$1 bilhão?

As coisas são assim no Rio Grande do Sul. Por isso, é muito bom um acerto de contas. É muito bom que haja uma conversa franca, primeiro, com o Governador aqui, no Senado Federal, e, segundo, entre nós todos, provavelmente com o Governador à frente, numa audiência – eu fui um dos muitos que a pediram. Pedi ao Presidente da Câmara dos Deputados que solicitasse à Presidência da República uma audiência com toda Bancada do Rio Grande do Sul. Não falei pelo Governador, nem tinha autorização para isso. Depois, li no jornal que o Presidente da Câmara dos Deputados comunicou que fazia dez dias que ele não conseguia falar com a Presidente. Esse é outro problema, mas acho que vamos conseguir fazer essa reunião.

É importante o diálogo entre a Senadora Ana Amélia, o Senador Paim e mim. Digo, com muita alegria, que, se eu for indicar duas pessoas no Senado a quem dou nota dez pelo seu trabalho, essas pessoas são Ana Amélia e Paim. Eu, mais velho, mais antigo, mais cansado, mas com o mesmo otimismo, procuro acompanhá-los. Temos feito bastante no conjunto, com grandeza, com respeito, numa linguagem elevada.

A imprensa do Rio Grande do Sul foi meio amarga nesse fim de semana, e até não concordamos com isso, pois achamos que houve exagero. Creio que as relações entre o Governo Federal e o Governo Estadual são muito boas. Não tenho dúvida nesse sentido. Acho que o prestígio do Governador Tarso Genro, em Brasília, é muito grande. O respeito que a Presidente tem pelo Rio Grande do Sul é muito grande. Mas vamos conversar e debater sobre essas questões, no Senado, com o nosso Governador, com a Presidente da República e com o Rio Grande do Sul.

Muito obrigado, Srª Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Geovani Borges deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amélia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Pedro Simon, pelas referências ao trabalho do Senador Paulo Paim.

De minha parte, quero dizer que V. Ex^a tira nota dez com estrelinhas, por sua experiência e por sua valiosa contribuição, tendo sido ex-Governador do nosso Estado e ex-Ministro da Agricultura. Portanto, é grande a sua contribuição para o debate de questões que interessam ao nosso Estado. Afinal, somos aqui, como Senadores, responsáveis por defender o interesse do Estado pelo qual fomos eleitos. Agradeço muito ao Senador Pedro Simon.

Lembro apenas que não gostaria que parecesse que eu, como Senadora independente, não reconheço o que é feito pela Presidenta Dilma Rousseff. Ao contrário, o Senador Pedro Simon lembrou-nos aqui o que foi feito com o Polo Petroquímico, à época, um projeto importante que mudou a fisionomia econômica do Estado. A Presidenta Dilma, quando Ministra de Minas e Energia, levou para o Rio Grande o Polo Naval, que está mudando o perfil da região Sul e que teve um impacto muito grande na diversificação econômica naquela época com a construção das plataformas marítimas da Petrobras.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti pelo tempo regulamentar e o faço por permuta com o Senador Aníbal Diniz.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Ana Amélia, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, na semana passada toda, estive no Estado de Roraima. Fui para lá para fazer missões em vários setores, mas uma especialmente trouxe-me muita felicidade. Eu me senti, vamos dizer assim, gratificado por participar dessas solenidades. Foram três solenidades, na verdade, de inauguração de obras, na Universidade Federal de Roraima, frutos de emendas parlamentares de minha autoria.

Falam muito mal dessas emendas parlamentares, e sempre digo que o problema não está nas emendas parlamentares, mas está na forma como alguém as apresenta, para quem elas são destinadas e como elas são aplicadas. Na verdade, quando um parlamentar age com seriedade e procura aplicar suas emendas nos Municípios na construção de escolas, de postos de saúde, de rodovias e de instituições sérias, como é o caso da nossa Universidade, essas emendas são fundamentais. Senadora Ana Amélia, qual é o técnico de Brasília, do Ministério da Educação – já que estou falando de universidade –, que vai ficar se preocupando com a Universidade Federal de Roraima e vai saber as suas peculiaridades?

Daqui a alguns dias, vamos inaugurar também lá as novas instalações do Diretório Central de Estudantes. As três obras inauguradas agora foram o Centro de Convivência da Comunidade universitária, dos estudantes; o Centro de Pesquisas da Universidade; e o Arquivo Geral.

A nossa Universidade fez 22 anos, Senadora Ana Amélia, no dia 8 de setembro, fruto de uma lei minha. Tenho muito orgulho de dizer que, como Deputado Federal, apresentei uma lei autorizativa, que, como o nome diz, apenas autoriza, não impõe, não manda. Esse projeto de lei que foi apresentado em 1983 terminou sendo aprovado na Câmara – repito que eu era Deputado – com certa dificuldade, porque vários colegas meus Deputados da região Norte, do Pará, do Amazonas, diziam que era demagogia pensar em criar uma universidade num Território Federal – que era o que Roraima era naquela época –, que tinha pouco mais de 150 mil habitantes. Pois bem, o projeto foi aprovado na Câmara, veio para o Senado, e aqui a situação era mais complicada, porque, nos Territórios Federais – tanto Roraima como o Amapá –, não havia Senadores. Então, eu me vali do Senador do Acre que tinha sido autor de uma lei que criou a Universidade Federal do Acre e que foi o defensor dessa matéria no Senado.

Portanto, ao final, o meu projeto de lei, do ano de 1983, terminou se transformando na Lei nº 7.364, de 12 de setembro de 1985. Relativamente, para os parâmetros normais de funcionamento, a tramitação foi até rápida, porque eu o apresentei em 1983, e, em 1985, a lei foi aprovada. Mas poderia ter ficado aí, Senadora Ana Amélia, porque, como eu disse, era uma lei autorizativa. O Poder Executivo a criaria quando quisesse, porque a lei diz claramente: “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Roraima e dá outras providências”. O Presidente à época, o Presidente José Sarney, sancionou a lei. Era Ministro da Educação o ex-Senador Marco Maciel, ex-Vice-Presidente da República. Eles tiveram a sensibilidade de não só aprovar a lei. A lei foi aprovada em 1985, só quatro anos depois de apresentado o projeto. E veio o decreto presidencial, também do Presidente Sarney, que instituiu a Universidade. Portanto, a Universidade, finalmente, foi instituída e, no dia 8 de setembro, completou 22 anos.

Quero ler uma parte da entrevista concedida pelo atual Reitor da Universidade, Professor Dr. Roberto Ramos, que, aliás, está concluindo seu segundo mandato e que fez um brilhante trabalho.

Inclusive, nessa minha última viagem a Roraima, como nas duas últimas anteriores, tive a segurança da Polícia do Senado, concedida pelo Presidente Sarney, em face das ameaças que venho sofrendo pelo Governador de lá, pelo fato de eu fazer oposição ao desgoverno dele. Todas as vezes que estou em Roraima, costumo visitar o *campus* e, dessa vez, visitei essas obras. Esses seguranças e outras pessoas de fora ficam assustados ao ver o tamanho da Universidade. Realmente, é uma surpresa muito agradável para todos e é, para mim, em especial, uma gratificação muito grande.

Quero ler, portanto, uma parte da matéria feita pela jornalista Vaneza Targino, que entrevistou o Reitor Roberto Ramos, que diz no início da entrevista:

Estamos no mesmo patamar de universidades maiores.

Considera a instituição de nível superior mais jovem do país, a Universidade Federal de Roraima (UFRR) comemora 22 anos de transformações por meio da produção e disseminando conhecimentos. A UFRR foi implantada em 1989, quatro anos depois de ser autorizada pela Lei nº 7.364/85. Atualmente, conta com 6.400 acadêmicos e 740 servidores da instituição, sendo 456 professores e 284 técnicos da área administrativa.

Vejam que é um quadro funcional pequeno. Este é o número de estudantes que estão hoje na Universidade: 6,4 mil. Mas a Universidade já formou, nesses 22 anos, mais de dez mil estudantes. Então, para um Estado como o nosso, pequeno, vindo de um Território Federal, esse é um serviço inestimável prestado à comunidade.

Senadora Ana Amélia, nasci em Roraima e de lá tive de sair com quinze anos de idade para cursar o ensino médio, à época chamado Segundo Grau. Fiz, portanto, o curso científico e o vestibular, cursei o curso de Medicina e voltei para Roraima. Por essa razão mesmo, por ter vivenciado e sentido na pele essa questão, foi que, quando eleito Deputado em 1982 – assumi em 1983 –, um dos meus primeiros projetos foi justamente a criação da Universidade Federal de Roraima, como também da Escola Técnica Federal, que não é o objeto deste pronunciamento.

A UFRR possui três **campi**, Paricarana, Cauamé e Murupu, para atender a 37 cursos de graduação nas mais diversas áreas do conhecimento, além do Colégio de Aplicação (Cap) e Escola Agrotécnica (EAgro) [que não

são escolas de curso superior]. Na pós-graduação, tem cinco cursos de mestrado: Agronomia, Física, Química, Recursos Naturais e Letras. Registra cinco cursos de especialização em andamento.

Para o reitor da UFRR, Roberto Ramos, a universidade ainda está caminhando para a sua consolidação. 'A universidade desenvolve ações que hoje são essenciais para que ela possa se constituir de fato como uma instituição de ensino, pesquisa e extensão. Uma meta da universidade é expandirmos as áreas de ciência e tecnologia, saúde e as áreas ligadas às artes', analisou.

Ramos destacou a importância de a UFRR formar profissionais que preencham as necessidades do Estado. 'Algo importante nesse contexto é tentar identificar a vocação econômica de Roraima e associar isso ao processo de expansão da instituição que dê suporte ao crescimento do Estado', ao lembrar que o desafio agora é atingir programas de doutorados.

Outro ponto destacado por Ramos é a contribuição para a economia de Roraima. 'Com o salário dos professores e projetos que desempenhamos, foram mais de R\$40 milhões nos últimos cinco anos', revelou, ao destacar a necessidade de levar a Universidade para o interior do Estado. 'Mas precisamos também oferecer condições para que o aluno do interior possa cursar uma universidade pública federal, com a mesma qualidade que os alunos da capital podem fazer.

Ele declarou ainda que o perfil da Universidade Federal mudou e conta hoje com mais doutores, o que vem ajudando a melhorar as avaliações junto ao Ministério da Educação (MEC). "Estamos no mesmo patamar de universidades maiores, com mais tempo." Justamente, como disse no início, por causa do número proporcional de doutores, de mestres, que já existem na nossa universidade. "Basta ver a última avaliação do curso de Geologia, antes mesmo de formarmos a primeira turma, nós tivemos a nota máxima e a maior da Região Norte", apontou.

Entre as conquistas destacadas estão os núcleos e unidades de pesquisa. Uma das maiores foi o Instituto Insikiran de Educação Superior Indígena, responsável por um dos projetos mais inovadores do Brasil, como a formação intercultural para professores indígenas.

Quanto à parte social, desenvolvida pela instituição, o reitor explicou que o objetivo é oferecer ao aluno mais condições para que permaneçam na universidade, para não abandonar o curso. "Se juntarmos todas as bolsas oferecidas pela universidade, nós chegamos a quase 20% do ensino superior com algum tipo de benefício dentro da UFRR, seja ela de monitoria, pesquisa e assistência estudantil. Isso é muito bom, porque faz com que a gente atenda mais esse aluno e dá para cumprirmos a nossa meta de consolidar a UFRR", enfatizou.

A conquista mais recente, segundo ele, foi a aquisição da rádio da UFRR. "Era uma proposta antiga dos alunos do curso de Comunicação, e isso é algo muito bom", para a Universidade e para o Estado. Para Ramos, a inserção internacional da UFRR também recebe destaque nesse período de comemorações.

Ele declarou:

Já mandamos estudantes para outros países, com intercâmbio e recebemos estudantes americanos e vamos receber estudantes da América Central, pois fechamos uma parceria com as organizações dos estados americanos, e receberemos alunos para cursos de pós-graduação dentro da UFRR. Vamos receber estudantes mexicanos e estamos interagindo para tentar construir um conhecimento mais amplo para os nossos estudantes e contribuir na formação de mais estudantes [fundamentalmente aqueles mais carentes]. A UFRR vem caminhando e a nossa expectativa é que ela, nesse caminho, possa trilhar mais ainda e venha a ter o mesmo reconhecimento regional, nacional e internacionalmente.

Quanto à biblioteca, foi ampliada a estrutura das duas bibliotecas, a do **campus** do Paricarana e a do campus do Cauamé, que somam 45 mil livros, além da biblioteca virtual, com 30 bases de dados nacionais e estrangeiros.

A universidade implantou a Editora e Livraria da Universidade Federal de Roraima, que, em poucos anos de existência, já publicou e comercializou mais de 40 obras de autores locais.

Mais de 1.500 publicações científicas de seus professores em jornais e revistas especializados, tanto nacionais quanto internacionais.

E, aqui também quero fazer um registro que consta dessa reportagem, que o Professor Antônio Benício Sales, Professor já aposentado, vai lançar um livro que conta a história da Universidade Federal de Roraima.

Ele acredita que, até o final do ano, será lançado pela editora da universidade.

Para ele, houve avanços na Universidade, pois quando chegou a Roraima, em 1983, não existia curso superior. "Tinha apenas ensino da formação de professores para o magistério. Em 1989, foi fundada a universidade e começou em 1990, com muita dificuldade. Estou aqui efetivo desde 1991 e depois desses mais de 20 anos, contribuindo para a universidade, posso dizer que foi um divisor de águas para o desenvolvimento de Roraima" – palavras do Professor.

Quando a Universidade surgiu, segundo o professor, tinha apenas um bloco.

Hoje o local é um verdadeiro canteiro de obras. Mas também fomos conquistando aos poucos os avanços. O campus foi todo integralizado e, depois conquistamos o campus do Cauamé, que, hoje, é o Centro de Ciências Agrárias, onde funcionou a antiga escola Agrotécnica, que foi transferida para o Murupu. Leciono lá a disciplina de Língua Portuguesa e Redação.

Numa análise, o professor destaca que a UFRR mudou a fisionomia cultural de Roraima.

Hoje temos vários profissionais formados aqui nesta casa, em várias áreas e que hoje são as pessoas que estão à frente do Estado, que são filhos de Roraima. Antes, todos os professores eram de fora.

E quero aqui fazer um aparte no que estou lendo do Professor, para dizer que tenho muita honra de ter formado duas filhas na Universidade Federal de Roraima, e uma delas passou num concurso para juíza aqui, no Distrito Federal, em primeiro lugar. Formou-se no curso de Direito da Universidade Federal de lá. Então, a qualidade do ensino na nossa universidade não fica nada a desejar em relação a qualquer universidade do Brasil. É uma pretensão dizer isso talvez para o ouvido de muitos bons acadêmicos, mas esta é a realidade que vivenciamos.

E continua o Professor:

Para os novos alunos da Universidade, o Professor Benício disse para que continuem acreditando na universidade.

Quando nós começamos, muita gente não acreditou no que estávamos fazendo aqui. E hoje a nossa universidade está provando, cada vez mais, a que ela veio. Podemos dizer que a nossa universidade é uma instituição de

ensino de referência nacional e um respeito até internacionalmente. Avançamos muito e ainda continuamos. A administração da UFRR tem procurado trabalhar em benefício da sociedade e, em vários eventos que acontecem em Roraima, a universidade está à frente.

E aí vem a palavra dos acadêmicos, Senadora Ana Amélia, que talvez seja o mais importante.

Os acadêmicos apontam melhorias nos aspectos físicos e no ensino.

As melhorias físicas da Universidade Federal de Roraima foram apontadas com destaque pelos acadêmicos. Para o Presidente do Diretório Central dos Estudantes, Janilton Oliveira, a universidade vem com um patamar de desenvolvimento acelerado:

Temos uma estrutura enorme e que não tínhamos antes. A parte administrativa vem evoluindo e atendendo nossas expectativas com novos cursos, incentivando os alunos palestrantes para fazerem parte da universidade, aproximando a comunidade da UFRR.

Ele revelou que o Diretório Central dos Estudantes vem conquistando mais espaço e a gestão comemora muitas conquistas com dois novos prédios do DCE, do dormitório.

Teremos um prédio com salas amplas, auditório e também acesso aos portadores de deficiência, como cadeirantes. É uma satisfação para gente, porque, além do prédio, pode-se inaugurar o alojamento para abrigar 50 acadêmicos.

Fazendo parte da programação de aniversário, a UFRR promoveu o evento “Vozes da Fronteira” em comemoração aos seus 22 anos, reunindo grupos artísticos do Brasil, da Guiana, Suriname e Venezuela. Este ano, a atração foi o grupo amazonense Imbaúba. O grupo tem um trabalho musical acústico, basicamente instrumental.

A programação foi gratuita e aberta à comunidade em geral como forma de promover o intercâmbio cultural entre as pessoas, os grupos e os países que fazem fronteira com o Estado de Roraima e com o Brasil.

Além dos shows culturais ocorrido nos dois dias, a programação contou com a realização de uma mesa redonda: “A construção sonora da cultura”, promovida pelo projeto Conexões Criativas, do grupo de pesquisa observatório Amazoom/Coordenação de Curso de Artes Visuais da Universidade Federal de Roraima e

com a Feira de Artes, promovida pelo programa Pólo-Arte na Escola.

Senadora Ana Amélia, eu quero aqui reiterar a questão das emendas. Falei das três obras de que eu tive a honra de participar da inauguração. Mas, durante o período de 2000 a 2011, eu destinei várias emendas para a Universidade Federal de Roraima, totalizando R\$32.533.381,00. Então, veja bem, que há uma preocupação do parlamentar, e acredito que seja da grande maioria dos parlamentares, notadamente os Senadores e Deputados Federais, de incentivar, de atender.

Lógico que, no nosso Estado, temos também uma universidade estadual, que também recebe nossa atenção. Nós temos outras instituições, como é o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que se originou da Escola Técnica Federal. Então, são várias instituições, mas, só para a UFRR, quero deixar aqui registrado, já destinei essa quantia de R\$33 milhões, em números redondos. E quero pedir a V. Ex^a que autorize a transcrição, como parte integrante do meu pronunciamento, de uma matéria intitulada “Histórico da Universidade Federal de Roraima”, assim como o Projeto de Lei de minha autoria que deu origem à lei que criou a Universidade Federal, bem como o Decreto do Presidente Sarney, que instituiu a universidade. Essa é, digamos assim, uma exposição histórica da nossa Universidade Federal de Roraima.

Fico muito feliz de dizer que foi fruto, realmente, do conhecimento, do sofrimento por que eu e tantos outros companheiros passamos, que tivemos de sair de Roraima para estudar em vários Estados, notadamente no Estado do Pará, mas em vários Estados, no Amazonas, no Rio e em outros. E hoje vemos que, como citei o exemplo aqui, os nossos filhos e os nossos netos não precisarão mais sair de Roraima, embora muita gente continue dizendo que lá é o fim do mundo, é o fim do Brasil. Mas lá é o começo do Brasil, e nós estamos lutando para que, realmente, seja assim, começando por dar ao povo, especialmente às pessoas mais pobres, a oportunidade de avançar na vida, cujo único caminho, cujo único instrumento realmente confiável é a educação. Então, é com muito orgulho que faço este registro e termino, portanto, reiterando a V. Ex^a a autorização para transcrever as matérias a que me referi.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, Inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

UFRR faz 22 anos em busca de consolidação

VANEZA TARGINO

Considerada a instituição de nível superior mais jovem do país, a Universidade Federal de Roraima (UFRR) comemora 22 anos de transformações por meio da produção e disseminando conhecimentos. A UFRR foi implantada em 1989, quatro anos depois de ser autorizada pela lei nº 7.364/85. Atualmente conta com 6.400 acadêmicos e 740 servidores da instituição, sendo 456 professores e 284 técnicos da área administrativa.

A UFRR possui três campi, Paricarana, Cauamé e Murupu, para atender 37 cursos de graduação, nas mais diversas áreas do conhecimento, além do Colégio de Aplicação (Cap) e Escola Agrotécnica (EAgro). Na pós-graduação, tem cinco cursos de mestrado: Agronomia, Física, Química, Recursos Naturais e Letras. Registra cinco cursos de especialização em andamento.

Para o reitor da UFRR, Roberto Ramos, a universidade ainda está caminhando para a sua consolidação. “A universidade desenvolve ações que hoje são essenciais para que ela possa se constituir de fato como uma instituição de ensino, pesquisa e extensão. Uma meta da universidade é expandirmos as áreas da ciência e tecnologia, saúde e as áreas ligadas às artes”, analisou.

Ramos destacou a importância de a UFRR formar profissionais que preencham as necessidades do Estado. “Algo importante neste contexto é tentar identificar a vocação econômica de Roraima e associar isso ao processo de expansão da instituição para que dê esse suporte ao crescimento do Estado”, ao lembrar que o desafio agora é atingir programas de doutorados.

Outro ponto destacado por Ramos é a contribuição para a economia de Roraima. “Com os salários dos professores e projetos que desempenhados, foram mais de R\$ 40 milhões nos últimos cinco anos”, revelou, ao destacar a necessidade de levar a universidade para o interior do Estado. “Mas precisamos também oferecer condições para que o aluno do interior possa cursar uma universidade pública federal, com a mesma qualidade que os alunos da capital podem fazer”.

Ele declarou ainda que o perfil da UFRR mudou e conta hoje com mais doutores, o que vem ajudando a melhorar as avaliações junto ao Ministério da Educação (MEC). “Estamos no mesmo patamar de universidades maiores, com mais tempo. Basta ver a última avaliação do curso de Geologia, antes mesmo de formarmos a primeira turma, nós tivemos a nota máxima e a maior da Região Norte”, apontou.

Entre as conquistas destacadas estão os núcleos e unidades de pesquisa. Uma das maiores foi o Instituto Insikiran de Educação Superior Indígena, responsável por um dos projetos mais inovadores do Brasil, com a formação intercultural para professores indígenas.

Quanto à parte social, desenvolvida pela instituição, o reitor Roberto Ramos explicou que o objetivo é oferecer ao aluno mais condições para que permaneçam na universidade, para não abandonar o curso. "Se juntarmos todas as bolsas oferecidas pela universidade, nós chegamos a quase 20% do ensino superior com algum tipo de benefício dentro da UFRR, seja ela de monitoria, pesquisa e assistência estudantil. Isso é muito bom, porque faz com que a gente atenda mais esse aluno e dá para cumprirmos a nossa meta de consolidar a UFRR", enfatizou.

A conquista mais recente, segundo ele, foi a aquisição da rádio da UFRR. "Era uma proposta antiga dos alunos do curso de Comunicação, e isso é algo muito bom". Para Ramos, a inserção internacional da UFRR também recebe destaque nesse período de comemorações.

"Já mandamos estudantes para outros países, com intercâmbio e recebemos estudantes americanos e vamos receber estudantes da América Central, pois fechamos uma parceria com as organizações dos estados americanos, e receberemos alunos para cursos de pós-graduação dentro da UFRR. Vamos receber estudantes mexicanos e estamos interagindo para tentar construir um conhecimento mais amplo para os nossos estudantes e contribuir na formação de mais estudantes. A UFRR vem caminhando e a nossa expectativa é que ela, nesse caminho, possa trilhar mais ainda e venha a ter o mesmo reconhecimento regional, nacional e internacionalmente", declarou.

BIBLIOTECA – Foi ampliada a estrutura das duas bibliotecas (Paricarana e Cauamé), que somam 45 mil livros, além da biblioteca virtual, com 30 bases de dados nacionais e estrangeiros. A universidade implantou a Editora e Livraria da UFRR, que em poucos anos de existência já publicou e comercializou mais de 40 obras de autores locais.

Mais de 1.500 publicações científicas de seus professores em jornais e revistas especializados, tanto nacionais quanto internacionais.

Livro vai contar aspectos históricos da universidade

Os aspectos históricos do surgimento da Universidade Federal de Roraima (UFRR) serão contados no livro que está sendo escrito pelo professor Antônio Benício de Sales, que atua na instituição há mais de 20 anos. Ele está atendendo um convite feito pelo reitor Roberto Ramos. "Acredito que até final do ano estaremos lançando pela editora da universidade", disse o autor.

Para ele, houve avanços na universidade, pois quando chegou a Roraima, em 1983, não existia curso superior. "Tinha apenas ensino da formação de professores para o magistério. Em 1989, foi fundada a universidade e começou em 1990, com muita dificuldade. Estou aqui efetivo desde 1991 e depois desses mais de 20 anos, contribuindo para a universidade, posso dizer que foi um divisor de águas para o desenvolvimento de Roraima", analisou.

Quando a universidade surgiu, segundo o professor, tinha apenas um bloco. "Hoje o local é um verdadeiro canteiro de obras. Mas também fomos conquistando aos poucos os avanços. O campus foi todo integralizado e depois conquistamos o campus do Cauamé, que hoje é do Centro de Ciências Agrárias, onde funcionou a antiga escola Agrotécnica, que foi transferida para o Murupu. Leciono lá a disciplina de Língua Portuguesa e Redação".

Numa análise, o professor destaca que a UFRR mudou a fisionomia cultural de Roraima. "Hoje temos vários profissionais formados aqui nesta casa, em várias áreas e que hoje são as pessoas que estão à frente do Estado, que são os filhos de Roraima. Antes, todos os professores eram de fora".

Para os novos alunos da UFRR, o professor Benício disse para que continuem acreditando na universidade. "Quando nós começamos, muita gente não acreditou no que estávamos fazendo aqui. E hoje a nossa universidade está provando, cada vez mais, o que ela veio fazer. Podemos dizer que a nossa universidade é uma instituição de ensino de referência nacional e um respeito até internacionalmente. Avançamos muito e continuamos. A administração da UFRR tem procurado trabalhar em benefício da sociedade e vários eventos que acontecem em Roraima, a universidade está à frente", disse.

Acadêmicos apontam melhorias nos aspectos físicos e no ensino

As melhorias físicas da Universidade Federal de Roraima (UFRR) foram apontadas com destaque pelos acadêmicos. Para o presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Janilton Oliveira, a universidade vem com patamar de crescimento acelerado.

"Temos uma estrutura enorme que não tínhamos antes. A parte administrativa vem evoluindo e atendendo a nossas expectativas, com novos cursos, incentivando os alunos palestrantes para fazer parte da universidade, aproximando a comunidade da UFRR", disse Oliveira.

Ele revelou que o DCE vem conquistando mais espaço e a gestão comemora muitas conquistas, como dois novos prédios do DCE e do dormitório. "Teremos um prédio com salas amplas, auditório e também acesso aos portadores de deficiência, como cadeirantes. É uma satisfação para gente, porque, além do prédio, podendo inaugurar o alojamento para abrigar 50 acadêmicos", destacou.

EVENTO – Fazendo parte da programação de aniversário, a UFRR continua hoje com o evento “Vozes da Fronteira”, em comemoração aos seus 22 anos, reunindo grupos artísticos do Brasil, Guiana, Suriname e Venezuela. Este ano, a atração principal será o grupo amazonense Imbaúba. O grupo tem um trabalho musical acústico, basicamente instrumental.

A programação será gratuita e aberta à comunidade em geral, como forma de promover o intercâmbio cultural entre as pessoas, os grupos e os países que fazem fronteira com o Estado de Roraima e com o Brasil.

Além dos shows culturais nos dois dias, a programação contará com a realização de uma mesa redonda, “A construção sonora da cultura”, promovida pelo projeto Conexões Criativas, do grupo de pesquisa Observatório Amazoom/Coordenação do Curso de Artes Visuais da UFRR e com a Feira de Artes, promovida pelo programa Pólo-Arte na Escola.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Histórico

Implantada em 1989, quatro anos após ter sido autorizada pela Lei nº 7.364/85, a UFRR é a primeira Instituição Federal de Ensino Superior a instalar-se em Roraima e é considerada uma das mais novas do País. Há 22 anos, vem produzindo e disseminando conhecimentos, trabalhando na busca contínua de padrões de excelência e de relevância no ensino, na pesquisa e na extensão.

Ao longo destes anos, a UFRR tem renovado sua missão de contribuir para o desenvolvimento do Estado, sugerindo soluções para os desafios amazônicos, estimulando o convívio entre as populações do espaço fronteiriço e elevando a qualidade de vida na região. Conta com três campi: Paricarana, Cauamé e Murupu.

Possui 37 cursos de graduação nas mais diversas áreas do conhecimento, além da Colégio de Aplicação (CAp) e Escola Agrotécnica (EAgro). Na pós-graduação, tem sete cursos de mestrado: Agronomia, Física, Química, Recursos Naturais, Letras, Geologia e Ciências da Saúde. Registra cinco cursos de especialização em andamento.

Tem atualmente núcleos e unidades de pesquisa, como: Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) Núcleo Amazônico de Pesquisas em Relações Internacionais (NAPRI), Núcleo de Recursos Naturais (NUREN); Biofábrica; Núcleo Histórico Sócio-ambiental (NUHSA); Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe (NECAR); Núcleo de Estudos Semióticos da Amazônia (NUPS); Núcleo de Estudos de Línguas Estrangeiras (NUCELE); Núcleo de Pesquisas Energéticas (NUPENERG), Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (NUPEPA), Núcleo de Estudos do Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Sustentável (NEEDS) e Núcleo ObservaRR.

Conta ainda com o Instituto Insikiran de Educação Superior Indígena, responsável por um dos projetos mais inovadores do País: a formação intercultural para professores indígenas. Para promover ações afirmativas e discussões sobre inclusão, foi criado o Núcleo Construir de Acessibilidade.

A UFRR oferece programas de bolsas nas áreas de ensino (Monitoria, Mobilidade Acadêmica e Educação Tutorial - PET), de pesquisa (PIBIC, PIBIC Jr., PICI) e extensão (Conexões de Saberes, trabalho, alimentação, transporte urbano).

Na Extensão, a UFRR vem contribuindo para a socialização do conhecimento produzido junto às comunidades, articulando-o à realidade nacional e regional.

e integrando-o às necessidades da sociedade como um todo. Os programas e projetos de extensão da UFRR estão presentes em 100% dos municípios de Roraima.

A Instituição também ganha espaço com a publicação científica de seus professores. São mais de 1.500 publicações em jornais e revistas especializados, tanto nacionais quanto internacionais.

Vale ressaltar a ampliação da estrutura das nossas duas bibliotecas (Paricarana e Cauamé), que somam mais de 45 mil livros, além da biblioteca virtual com 30 bases de dados nacionais e estrangeiros. Implantou a Editora e livraria da UFRR, que em poucos anos de existência já publicou e comercializou mais de 40 obras de autores locais. Atualmente a UFRR conta com 456 professores e 284 técnicos servidores.

Novos projetos - A expansão física da UFRR tem gerado emprego e renda à inúmeras famílias roraimenses e fomentado a construção civil no estado. A instituição tem trabalhado firme estes últimos anos para oferecer novos espaços físicos para melhorar a qualidade de vida da comunidade acadêmica.

É o caso das obras em construção do Centro Amazônico de Fronteiras (o primeiro Centro de Convenções do Estado, com auditório para 1.200 lugares, sala de cinema, hall para exposições, etc); o Centro de Convivência da UFRR (com espaços para shows, correios, agências bancárias, etc); o Centro de Desenvolvimento do Servidor, que irá proporcionar atividades sócio-culturais e desportivas aos técnicos; Restaurantes Universitários para os campi Cauamé e Paricarana, prédio para organizar e modernizar o arquivo geral da instituição e muito mais.

Investimentos - Em seis anos de gestão foram investidos em obras e equipamentos mais de 40 milhões provenientes de diversas fontes: emendas parlamentares e captação de recursos em projetos junto ao Ministério da Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia. Isso significa que em seis anos, no período de 2004 a 2009 a UFRR captou e mobilizou mais recursos do que nos seus primeiros 14 anos.

Grupo Coimbra - Os reitores membros da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o reitor da Universidade de Coimbra (UC), Fernando Seabra Ramos, que preside a Associação das Universidades Portuguesas, encontraram-se no Rio de Janeiro (RJ) com os presidentes do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva e de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, para fechar a parceria em meados de 2008. Foi assinada a Carta de Intenções para a formação do Grupo Coimbra, que tem como meta aprofundar as relações entre as Universidades do Brasil e Coimbra.

Depois foi a vez dos reitores ligados à Andifes viajarem para Coimbra (Portugal) para participarem da criação do Grupo Coimbra e da assinatura do Protocolo de Cooperação Internacional entre as instituições. O acordo permite a realização conjunta de pesquisas e desenvolvimento de projetos. Recentemente, o CNPq e a UC assinaram a Carta de Entendimento para promoção de intercâmbios, pretendendo criar ferramentas para promover e estimular a participação de estudantes dos dois países em programa de intercâmbio de doutorandos, tipo sanduíche. A UFRR está presente, por meio da Andifes, desde o início dos trabalhos. A Instituição tem grande interesse na parceria, uma vez que permitirá o avanço das pesquisas e projetos da UFRR, num contexto amazônico e internacional.

PROJETO DE LEI Nº 1.272, DE, 1983
(Do Sr. Mozarildo Cavalcanti)

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Roraima e dá outras providências.

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças.)

Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal de Roraima, com sede e foro na cidade de Boa Vista, Território de Roraima.

Art. 2.º A Universidade Federal de Roraima será uma entidade diretamente vinculada ao Ministério da Educação e Cultura e reger-se-á por estatutos aprovados por decreto do Presidente da República.

Art. 3.º A Universidade referida no artigo anterior funcionará inicialmente com os cursos de Agronomia, Geologia, Economia, Administração, Pedagogia e Serviço Social.

Art. 4.º A instalação da Universidade Federal de Roraima, assim como das diversas unidades que a comporão, dar-se-á a partir do momento em que haja dotação orçamentária específica e suficiente, que deverá ser prevista para o próximo exercício financeiro.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Território de Roraima tem como principais atividades econômicas a agropecuária, a extração de madeiras e de minérios, e a indústria de transformação.

Possui cerca de quatro mil estabelecimentos agropecuários, sendo seus principais produtos: agrícolas - arroz, feijão, milho, banana, mandioca e outros; rebanhos - bovinos, suínos, aves.

Entre os principais minérios, destacam-se o ouro, o diamante e a cassiterita.

Com o objetivo de povoar e colonizar Roraima, foi lançado pelo Governo, um plano de estímulo à migração de pequenos agricultores, através de um programa de assentamento dirigido, dando terras - módulos de até 300 hectares - e facilitando o financiamento bancário para que se estabeleçam. Com isso, pretendem as autoridades que 1,5 milhão de hectares, hoje improdutivos, passam a produzir, elevando as rendas do Território.

Em fevereiro de 1989, o Presidente Figueiredo assinou alguns decretos organizando a administração do Território, visando a criação de condições que possibilitem a ascensão de Roraima à categoria de Estado.

Roraima conta com um alunado superior a trinta mil estudantes de 1.º e 2.º graus. Ressalte-se, contudo, da inexistência de escolas de nível superior.

A vocação agropecuária da região, sua riqueza mineral, e a indústria de transformação justificam a implantação de cursos superiores nas áreas de Agronomia, Geologia, Economia e Administração.

O curso de Pedagogia, para formação de pessoal docente, também se faz indispensável.

Para melhoria do nível de vida e promoção social da população, é justificável o funcionamento de um curso de Serviço Social.

A Universidade Federal de Roraima terá assim a função de formar profissionais capacitados nas áreas científicas, tecnológicas e humanas, além do desempenho de seu papel no campo da pesquisa, com o que promoverá, com toda certeza, a exploração do imenso potencial de toda aquela rica região.

Ao apresentar este projeto de lei esperamos contar com o apoio dos ilustres membros do Congresso Nacional, apoio este indispensável à concretização da medida pleiteada.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1983. - **Mozarildo Cavalcanti.**

(DCN – Seção I – 15.06.1983 – pág 5155)

LEI N° 7.364, DE 12 DE SETEMBRO DE 1985.

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Roraima e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal de Roraima, com sede e foro na cidade de Boa Vista, Território de Roraima.

Art. 2º A Universidade Federal de Roraima será uma entidade diretamente vinculada ao Ministério da Educação e reger-se-á por estatutos aprovados por decreto do Presidente da República.

Art. 3º A Universidade referida no artigo anterior funcionará inicialmente com os cursos de Agronomia, Geologia, Economia, Administração, Pedagogia e Serviço Social.

Art. 4º A instalação da Universidade Federal de Roraima, assim como das diversas unidades que a comporão, dar-se-á a partir do momento em que haja dotação orçamentária específica e suficiente. (VETADO).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 12 de setembro de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

JOSÉ SARNEY

Marco Maciel

DECRETO N° 98.127, DE 8 DE SETEMBRO DE 1989

Dispõe sobre a instituição da Universidade Federal de Roraima, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições previstas no art. 84, item IV, da Constituição Federal, e nos termos da Lei nº 7.364, de 12 de setembro de 1985,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, de acordo com a determinação contida no art. 1º da Lei nº 7.364, de 12 de setembro de 1985, a Universidade Federal de Roraima, com sede e foro na cidade de Boa Vista.

Art. 2º A Universidade Federal de Roraima, Fundação Pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, nos termos da Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, vinculada ao Ministério da Educação, terá por objetivos ministrar o ensino e desenvolver as ciências, as letras e as artes, regendo-se por Estatuto e Regimento Geral, aprovados na forma de legislação vigente.

Art. 3º A Universidade Federal de Roraima adquirirá personalidade jurídica de direito privado a partir da inscrição de seu ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas, do qual será parte integrante o Estatuto legalmente aprovado.

Art. 4º O patrimônio da Universidade Federal de Roraima será constituído:

- pelos bens e direitos que a Fundação vier a adquirir ou lhe venham a ser doados pela União, Estados, Municípios e por entidades públicas e particulares.

§ 1º Os bens e direitos da Fundação serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos.

§ 2º No caso de extinguir-se a Fundação, seus bens e direitos serão incorporados ao Patrimônio da União.

Art. 5º Os recursos financeiros da Universidade Federal de Roraima serão provenientes de:

I - dotação consignada anualmente no Orçamento da União;

II - doação, auxílios e subvenções que lhe venham a ser feitas ou concedidos pela União, Estados, Municípios e por quaisquer entidades públicas ou particulares;

III - remuneração por serviços prestados a entidades públicas ou particulares, mediante convênios ou contratos específicos;

IV - taxas, anuidades e emolumentos que forem cobrados pela prestação dos serviços educacionais, com observância das normas legais vigentes;

V - resultado de operação de crédito e juros bancários;

VI - receitas eventuais.

Art. 6º Fica assegurada à Universidade Federal de Roraima a imunidade prevista no art. 150, item VI, alínea *zaz*, da Constituição Federal.

Art. 7º A administração superior da Universidade Federal de Roraima será exercida pelo Reitor, pelo Conselho Diretor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no Estatuto e Regimento Geral.

§ 1º O Reitor, nomeado na forma da legislação vigente e com mandato nela estabelecido, exercerá a presidência dos Conselhos Diretor e Universitário.

§ 2º O Conselho Diretor e o Conselho Universitário serão constituídos na forma que dispuser o Estatuto e o Regimento Geral.

Art. 8º O Ministro de Estado da Educação designará Reitor *Pro Tempore*, com a incumbência de adotar as medidas cabíveis para a implantação da Universidade Federal de Roraima.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

JOSÉ SARNEY

Carlos Sant'Anna

Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.9.1989

EMENDAS DO SENADOR MOZARILDO PARA A UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (2000-2011)

TIPO	ANO	UND. GESTORA	BENEFICIÁRIO	OBJETO	VALOR EMENDA
INDIVIDUAL	2000	MEC	FUFRR	Infra-Estrutura Física	79.000,00
INDIVIDUAL	2001	MEC	FUFRR	Apoio a entidades de ensino superior	99.352,00
INDIVIDUAL	2002	MEC	FUFRR	Infra-Estrutura Física	90.000,00
INDIVIDUAL	2003	MEC	FUFRR	Laboratório	100.000,00
INDIVIDUAL	2004	MEC	FUFRR	Infra-Estrutura Física	100.000,00
INDIVIDUAL	2005	MEC	FUFRR	Reforma da estrutura física	75.000,00
INDIVIDUAL	2006	MEC	FUFRR	Infra-Estrutura Física	150.000,00
INDIVIDUAL	2007	MEC	FUFRR	Infra-Estrutura Física	150.000,00
INDIVIDUAL	2008	MEC	FUFRR	REFÓRMA E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NO ESTADO DE RORAIMA	400.000,00
INDIVIDUAL	2009	SUFRAMA	BOA VISTA - RR	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA TV EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - BOA VISTA - RR	1.000.000,00
INDIVIDUAL	2010	MEC	FUFRR	Reforma e Ampliação do Centro de Convivência Estudantil - No Estado de Roraima	400.000,00
INDIVIDUAL	2011	MEC	UFRR/MEC	Construção do sistema de macrodrenagem da UFRR - No Estado de Roraima	800.000,00
BANCADA	2000	SUDAM	FUFRR	Gestão de Projetos de Desenvolvimento Sustentável	8.478.128,00
BANCADA	2001	SUDAM	FUFRR	Gestão de Projetos de Desenvolvimento Sustentável	8.831.901,00
BANCADA	2002	SUFRAMA	FUFRR	Apoio a Tecnologia e Desenvolvimento	5.280.000,00
BANCADA	2003	SUFRAMA	FUFRR	Apoio a Tecnologia e Desenvolvimento	4.000.000,00
BANCADA	2004	SUFRAMA	FUFRR	Apoio a Tecnologia e Desenvolvimento	2.500.000,00
TOTAL DESTINADO A UFRR				32.569.834,00	

Formatação: AssTec/GSMCAV

Atualizado até: 15/9/2011

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Mozarildo, na forma regimental, sua solicitação será atendida.

Também queria cumprimentá-lo porque evidenciar a importância de uma verba bem aplicada, de sua autoria, da autorização para a Universidade Federal de Roraima, revela a importância que tem o investimento em educação. Imagino o quanto essa Universidade, no seu Estado de Roraima, representou para a formação de pelo menos uma geração, 22 anos, e o impacto que isso terá para o próprio Estado de Roraima. Cumprimento V. Ex^a.

Falará agora, por cessão do Senador Cristovam Buarque, o Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Ana Amélia.

Srs. Senadores, mais uma vez anunciou-se pela boca da Ministra Ideli Salvatti, que é hoje a principal porta-voz do Palácio do Planalto em Brasília, que o Governo deve insistir na tentativa de criar um novo imposto a pretexto de se dar sustentação aos serviços de saúde pública no País, como decorrência da regu-

lamentação da Emenda nº 29, que atribuiria encargos maiores à União.

Primeiro, trata-se uma afronta. E posso ir além, escárnio, desrespeito com compromissos da campanha eleitoral, quando nenhum candidato neste País ousou afirmar que defenderia aumento de impostos no Brasil, muito menos quem disputava a Presidência da República. É bom sempre repetir que foi a candidata Dilma Rousseff que, no debate da Rede Bandeirantes, afirmou taxativamente: "O Brasil vive momento de prosperidade, cresce e continuará a crescer. Não há hipótese de restabelecermos a CPMF ou de criarmos um novo imposto no País." Ao contrário, taxativamente também afirmou: "Queremos reforma tributária para reduzir a carga tributária brasileira, que é uma das maiores do mundo." São afirmativas que não podem ser esquecidas.

Alguns meses depois, já se esquecem dos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral. Além de subestimar a inteligência dos brasileiros, de abusar da generosidade dos contribuintes, trata-se de confissão de incompetência administrativa. Por quê? Porque o problema da saúde pública no Brasil não é de dinheiro. O Banco Mundial, há algum tempo, realizou um diagnóstico e concluiu que a questão é de incompetência de gerenciamento, ausência de planejamento e organização e de desonestade, com o desvio de bilhões de reais – o que foi agora confirmado pelo Tribunal de Contas, ao revelar que R\$2,3 bilhões foram desviados do setor de saúde pública no Brasil de 2002 a 2011, dia 30 de junho. Esse é um dado do Tribunal de Contas, mas não é o resultado do valor total dos desvios, porque é impossível para o Tribunal de Contas da União, com o limitado quadro de pessoal que possui, alcançar todos os repasses, todas as aplicações, todos os investimentos realizados na área de saúde pública, auditando a prática para verificação da correção ou da incorreção.

Portanto, esse é um valor que não corresponde à grandeza dos desvios que ocorrem na área de saúde pública neste País.

E é por essa razão, inclusive, que tentamos há algum tempo recolher assinaturas para a instalação de uma CPI na área de saúde, a fim de elaborar um diagnóstico, sem a pretensão de atingir quem quer que seja, a não ser que esteja envolvido em ilícitos eventualmente praticados, mas sem direcionarmos para este ou aquele partido, para este ou aquele governo, porque, como se sabe, a responsabilidade pela prestação dos serviços de saúde pública no País é do Governo da União, dos Estados e dos Municípios. Portanto, de todos os partidos.

Nós não tivemos, em nenhum momento, um propósito de interesse partidário. Ao contrário, o objetivo é o diagnóstico, a apresentação de propostas, a correção de rumos, a indicação de caminhos, para que o povo brasileiro possa ser atendido e não desatendido, como tem sido nos últimos anos, com corpos amontoados em corredores de hospitais, com filas enormes e pacientes que são levados à morte, porque a atenção do Poder Público não chega a tempo.

Mas falar em novo imposto? Não! Decididamente, não!

Nós verificamos que a receita cresce, e cresce significativamente, tendo como parâmetro períodos anteriores ou mesmo o Produto Interno Bruto do País.

Não há por que criar novo imposto. O dinheiro para o serviço de saúde pública de qualidade está depositado nos cofres da União, tem origem nos tributos recolhidos pela Receita Federal e esses valores serão consignados no orçamento quando da sua elaboração, atendendo ao percentual que a legislação impuser.

A saúde pública não é um setor alienígena da administração pública, que dependeria de uma moeda própria para a sua existência. É uma prioridade de governo. E os recursos consignados no orçamento da União os seriam de forma a atender às necessidades do setor prioritariamente.

É fácil para o Governo falar em criar imposto. Tem sido difícil para ele falar em realizar reforma administrativa, adotar programa de controle dos gastos públicos e combater implacavelmente o superfaturamento de obras. Tem feito o contrário: flexibilizado a legislação e limitado a capacidade de fiscalizar do Tribunal de Contas da União, facilitando a corrupção, impulsionando os preços das obras públicas no País, que já atingiram um patamar jamais alcançado, em tempo algum, no Brasil. Reforma, nenhuma!

Se nós temos a constatação de que a estrutura da administração cresceu exageradamente para dar resposta às demandas oriundas da base de sustentação, que cresceu exatamente em razão do apetite fisiológico que existe na política brasileira, cresce a base de apoio do Governo e a consequência é o crescimento da estrutura da administração direta e indireta.

Veja este dado da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): os postos de livre nomeação no Brasil chegam a 22 mil só na esfera Federal, na Administração Direta, sem contarmos a Administração Indireta – Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Eletrobrás, etc.–, 22 mil contra sete mil nos Estados Unidos da América, sete mil apenas; 780 na Holanda, apenas 780 na Holanda. Há Municípios no Brasil que têm mais cargo comissionados do que na Holanda; 837 no Chile, para ficar mais próximo.

Ora, o exemplo Federal é seguido nos Estados e nos Municípios. Esse modelo que se implantou em Brasília da relação de promiscuidade com o loteamento de cargos públicos entre os aliados chega aos Estados e aos Municípios, e o povo paga a conta, e paga sem poder pagar.

Não há como aceitar esse cenário de irresponsabilidade pública no Brasil. E o Governo quer encontrar saídas para escamotear a regulamentação da Emenda nº 29 no Senado Federal. Fala-se que o Senado, Senador Cyro Miranda, tem o dever de encontrar uma fonte de custeio, como se fosse tarefa do Senado Federal. Alguém se elege presidente da República e não assume as suas responsabilidades e quer transferi-las? Fonte? A fonte há. Os recursos existem. Estão nos cofres da União. O que se exige é competência para a sua aplicação com o estabelecimento de prioridade com correção e respeito, sobretudo, às aspirações da população, considerando que a saúde do povo tem de ser a suprema lei.

Vamos à Emenda nº 29. O Senado Federal aprovou-a aqui. A proposta não foi da Oposição. Foi de um Senador do PT, o Senador Tião Viana, hoje Governador do Acre. Um grande companheiro que tivemos aqui nesta Casa. Apoiamos a sua proposta. Ela foi à Câmara dos Deputados, onde dormiu nas gavetas durante meses, porque o Governo não queria a sua aprovação. E houve mudanças que comprometem o seu objetivo definitivo, que é, obviamente, compartilhar responsabilidades entre os entes federativos.

Desde a Constituinte de 88, os encargos são repassados aos Municípios brasileiros sem a contrapartida do compartilhamento dos recursos que ficam, de forma leonina, nos cofres da União. Discutir a Emenda 29 e a sua regulamentação é um pouco rediscutir o sistema federativo e a partilha correta e isonômica dos recursos públicos entre as Unidades Federativas. Como é também rediscutir o sistema federativo debater a distribuição dos **royalties** da exploração do petróleo no Brasil.

Pela lei que aprovamos aqui regulamentando a Emenda 29, do Senador Tião Viana, 10% sob responsabilidade da União, 12% Estados e 15% Municípios. Pelo texto aprovado na Câmara dos Deputados, a União é desafogada com redução de recursos que seriam repassados.

Em 2011, pelo texto aprovado aqui no Senado, caberia à União repassar R\$102,2 bilhões. Com o texto aprovado pela Câmara, R\$70,6 bilhões. Portanto, uma redução de quase R\$32 bilhões desafogando os cofres da União.

Em 2015 isso significaria o seguinte: com a emenda aprovada no Senado, R\$154 bilhões; com a pro-

posta aprovada pela Câmara, R\$106 bilhões. Portanto, quase R\$50 bilhões a menos da responsabilidade da União. Não há como não buscar aqui, no Senado Federal, restabelecer a forma de origem. Ela foi amplamente debatida aqui por governistas e oposicionistas, e houve consenso. Se não me falha a memória, houve a aprovação unânime. Não há razão para reduzirmos a responsabilidade da União, que é privilegiada em matéria de arrecadação de tributos no País.

Em relação à contribuição social para a saúde, a base de cálculo da contribuição social para a saúde, art. 16 do substitutivo, foi rejeitada na Câmara. No entanto, mantém-se o substitutivo, instituindo a contribuição social para a saúde, que é um dispositivo, do nosso ponto de vista, inconstitucional. Aqui, no Senado, devemos apresentar emenda suprimindo esse dispositivo.

Obviamente, a prioridade para nós é restabelecer a forma original, instituindo responsabilidade de 10, 12 e 15% aos Entes federativos, a partir da União até o Município, e eliminar esse fantasma que vai rondar a cabeça dos contribuintes brasileiros enquanto estiver inserido na legislação do País. São providências que devemos propor no debate dessa proposta que vem da Câmara no Senado Federal.

Olha, Srª Presidente Ana Amélia, o Senado não pode admitir essa alternativa da protelação. Já ouvimos que a proposta que veio da Câmara pode dormir na gaveta ou nas gavetas do Senado. Isso também é afronta, é desrespeito à sociedade.

Nós temos de enfrentar a realidade, debater a questão e deliberar sobre ela. Afinal, essa regulamentação está atrasada. É uma regulamentação que deveria ter sido aprovada, há vários anos. Querer protelar, imaginando o risco de alterações no Senado que possam desagrurar o Poder Executivo é afrontar a população do País, que não pode mais suportar esse atendimento de idade média em matéria de saúde pública no Brasil, ou esse atendimento da era das cavernas.

O que se verifica, especialmente em algumas localidades do Brasil, é o caos, uma afronta à dignidade humana. Não são poucas as reportagens de TV que, pelo fato de poderem apresentar imagens, provocam grande impacto na opinião pública brasileira.

Todos nós sabemos do desastre que é a gestão de saúde no País, mas, quando as imagens aparecem nas telas da TV, o espanto é maior. Por isso, Presidente Ana Amélia, creio que há uma prioridade, agora, que é indiscutível: aprovar essa regulamentação.

Desejamos o ideal, queremos que seja o texto elaborado pelo Senador Tião Viana e aprovado pelo Senado Federal, mas, se não for esse, que seja outro, mas que atenda às expectativas do País.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Alvaro Dias, a **Folha de S.Paulo** hoje apresenta uma pesquisa que fez com os Senadores segundo a qual a maioria confirma a necessidade de votar a matéria e se mostra favorável à regulamentação da emenda sem um novo imposto.

Obrigado a V. Ex^a, que falou em permuta com o Senador Cristovam Buarque.

Como orador inscrito, tem a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero iniciar meu pronunciamento de hoje fazendo uma homenagem a Juscelino Kubitschek, o grande transformador de toda a região Centro-Oeste e criador de Brasília que foi cassado como Senador do Estado de Goiás em 8 de junho de 1964, nosso querido e saudoso ex-Presidente.

E por que homenageio Juscelino Kubitschek neste momento? Porque tenho certeza de que, se Juscelino Kubitschek fosse vivo, como pessoa apaixonada e com imensa responsabilidade com o Distrito Federal, com o Estado de Goiás, que teve a honra de representar, e com o Brasil, estaria preocupado em formular alternativas para o desenvolvimento de toda a região geoeconômica do Distrito Federal e toda a região metropolitana de Brasília, conhecida como o Entorno do Distrito Federal.

E quero trazer hoje um debate a esta Casa para o qual espero receber as contribuições dos Senadores do Distrito Federal, de Goiás e de todo o Brasil, porque não podemos conviver com a situação de tragédia social e de abandono em que vivem as populações do Entorno.

Temos um país desigual, mas um país que, graças às políticas públicas desenvolvidas pelo Presidente Lula nos últimos oito anos e pela Presidenta Dilma nos últimos nove meses, vem conseguindo aliar o desenvolvimento econômico à redução da pobreza, redução das desigualdades sociais à ampliação do acesso ao emprego formal. Mas somos ainda um país muito desigual, com desigualdades sociais, com desigualdades regionais e com desigualdades até dentro dos mesmos espaços territoriais.

E é a partir da análise dessa realidade do Entorno, Senador Cristovam Buarque, que tenho procurado estudar soluções, com o apoio da Consultoria do Senado Federal, conversando com os prefeitos do Entorno, visitando as lideranças comunitárias e participando de audiências públicas, como a de participei na última sexta-feira, convocada pela Assembleia Legislativa do Novo Gama, e trago essa reflexão ao Senado.

O Distrito Federal, Senador Cyro, tem uma renda média **per capita** anual em torno de R\$45,8 mil por pessoa/ano. A média do Brasil está em torno de R\$15,8 mil/ano. No Estado de menor renda **per capita**, o Piauí, a renda média **per capita** é de R\$5,3 mil/ano. Nas cidades do Entorno – Águas Lindas é um exemplo –, a renda média **per capita** anual é de R\$2,8 mil. Na cidade do Novo Gama, temos uma renda média **per capita** anual de R\$3,317 mil; na cidade de Santo Antônio do Descoberto, R\$3,336 mil; na Cidade Ocidental, R\$3,471 mil; na cidade de Planaltina de Goiás, R\$4,195 mil; na cidade de Valparaíso de Goiás, R\$4,36 mil; em Abadiânia, R\$4,5 mil.

Todos esses municípios, com exceção de Abadiânia, até Valparaíso, são limítrofes ao Distrito Federal e todos eles têm uma renda média **per capita** anual bem menor do que a do Estado da Federação de menor renda **per capita** anual, enquanto, no Distrito Federal, temos a renda média **per capita** maior do País, de R\$45,8 mil.

Não podemos conviver com essa situação. Não temos muros entre nós, não queremos muros entre nós, não podemos ter muros entre nós. Chegou a hora de entender que, ou abordamos conjuntamente os problemas do Distrito Federal com os de toda a região geoeconômica, ou não resolveremos nem os nossos problemas nem os problemas dessa região.

Se eu passar para a análise da violência, veremos que os dados são ainda mais chocantes. Temos, no Brasil, um índice de homicídios por 100 mil habitantes extremamente elevado, em torno de 25 homicídios por 100 mil habitantes.

Vou citar os dados de algumas cidades do Entorno, para que V. Ex^{as} percebam a gravidade do que estou dizendo: na cidade de Cristalina, o índice é de 70,12%; na cidade de Santo Antônio do Descoberto, é de 73,53%; na cidade de Águas Lindas de Goiás, é de 62,16%. Apenas cito o exemplo de algumas cidades do Entorno do Distrito Federal.

E o que proponho? O Congresso Nacional aprovou, por emenda à Constituição, a criação do Fundo Constitucional do Distrito Federal e, depois, regulamentou-o por meio de lei, definindo que os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal sejam aplicados em segurança, saúde e educação no Distrito Federal. Proponho que uma parcela desses recursos possa ser aplicada nas cidades do Entorno em segurança, saúde e educação, mas com muitos critérios e de forma gradual, em primeiro lugar, priorizando os Municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e de menor renda **per capita** anual por habitante e, em segundo lugar, priorizando os Municípios fronteiriços ao Distrito Federal.

Citei aqui, Senadora Ana Amélia, os seis Municípios mais pobres da região do Entorno. Todos eles são Municípios fronteiriços ao Distrito Federal e têm uma característica comum: em todos eles, a participação da agricultura e da indústria na composição do Produto Interno Bruto é menor que 20%. Esses Municípios foram criados em função de Brasília, vivem em função de Brasília, e é mais do que justo que Brasília se preocupe com eles e neles invista, tendo uma visão generosa – tenho a certeza de que Juscelino Kubistchek a teria – de desenvolvimento dessa região.

Proponho que isso seja feito de forma gradual, Senador Cristovam, que, dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, o Distrito Federal possa investir 1% ao ano, gradual e cumulativamente, até alcançar 10%. Para que V. Ex^{as}s tenham ideia da dimensão do que estou falando, se esse projeto for aprovado neste ano, o Distrito Federal, no ano que vem, vai investir R\$100 milhões no Entorno; no ano seguinte, será investido o dobro disso, e assim sucessivamente. Comparativamente, isso representa 1/7 do que está previsto hoje para a construção do Estádio Nacional, no seu preço original, o que demonstra que não é muita coisa para o Distrito Federal, mas é muita coisa para a região do Entorno.

E mais: no projeto, condiciono a aplicação desses recursos a que a contrapartida do Estado de Goiás seja de igual valor, ou seja, o que vamos fazer, se aprovado esse projeto, é induzir que Goiás e Distrito Federal, com a colaboração da União, coloquem recursos nessa região, para o desenvolvimento integrado de todo o Entorno. Como faríamos isso? Utilizando a figura dos consórcios, já prevista na legislação. O Governo do Distrito Federal, juntamente com o Governo de Goiás, formaria um consórcio, que deveria ser aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal e pela Assembleia Legislativa de Goiás. Esse consórcio administraria os recursos destinados a investimentos nessa região.

Mas, preocupado com o controle social desses recursos e com sua boa aplicação, também proponho que, em cada plano anual de trabalho, a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, nos termos previstos no art. 1ºA, incluirá atividades de controle social e de desenvolvimento institucional e sistema de acompanhamento e avaliação com base em indicadores objetivos, na forma do regulamento a ser criado.

Ora, não tenho dúvida, Sr^a Presidenta, Sr^{as}s e Srs. Senadores, de que, para melhorar a qualidade de vida de toda essa região e os indicadores de saúde, de segurança e de educação, precisamos descentralizar esses investimentos. Grande parte da rede pública de saúde do Distrito Federal é utilizada por pessoas que

moram no Entorno, e, com toda justiça, essas pessoas o fazem não por que querem, mas por que não têm opção tão boa próxima às suas residências. Pergunto: será que não é muito mais inteligente, do ponto de vista do planejamento urbano e da economicidade, investir em atendimento básico na região do Entorno, para que haja hospitais de média complexidade no Entorno, para que haja hospitais regionais de alta complexidade na região do Entorno? Será que, numa situação em que a Polícia precisa agir em parceria com o Estado de Goiás, não é muito melhor ligar para uma delegacia, na região do Entorno, que está informatizada, com telefone e com viaturas adequadas para combater de forma cooperativa o crime? Ou será que vamos fazer uma linha imaginária entre o Distrito Federal e as cidades do Entorno?

Grande parte das pessoas que vêm para o Distrito Federal, que vêm para esta região, Senador Cyro, vêm em busca de mais oportunidades de trabalho, de melhor alternativa de educação, de melhores alternativas de saúde. Portanto, ao descentralizar essas ações, a oferta desses serviços públicos, contribuiremos para o desenvolvimento de toda a região.

Quero contar com a contribuição dos nobres Senadores e das nobres Senadoras neste debate. É claro que não temos a pretensão de apresentar e aprovar um projeto acabado. Queremos ouvir as críticas e as sugestões; queremos ouvir o Governo do Distrito Federal; queremos ouvir o Governo de Goiás; queremos ouvir as Prefeituras do Entorno; queremos ouvir os representantes do Estado de Goiás e do Distrito Federal; queremos ouvir o conjunto de Senadores desta Casa, que têm compromisso com Brasília, como Capital do País, para que possamos aprofundar esse debate, Senador Cristovam, e construir uma proposta que seja boa para o Distrito Federal, que seja boa para o Entorno, porque, sendo boa para o Distrito Federal e para o Entorno, será boa para o Brasil.

Ouço, com alegria, V. Ex^a, Senador Cyro.

O Sr. Cyro Miranda (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg. Quero parabenizá-lo por sua sensibilidade em torno de um assunto dos mais preocupantes e que, hoje, está envolvendo um bolsão de problemas na saúde, na educação, como citou V. Ex^a, e, principalmente, na segurança. Atingimos os piores índices de criminalidade neste País e no mundo.

A sua sensibilidade a esse problema nos deixa realmente entusiasmado, porque nós achávamos que estávamos sós nessa briga. Hoje eu vejo que o Estado de Goiás não tem três Senadores. A nossa bancada é de quatro ou provavelmente cinco Senadores, porque esse problema só será resolvido da maneira como V.

Ex^a está colocando: envolvendo Distrito Federal, Goiás e União. É uma caixa de retumbância. Isso vem e volta. Todos os problemas que acontecem no Entorno têm um reflexo grande no Distrito Federal e, principalmente, pela periculosidade de sermos a sede administrativa do País. Não vejo outra maneira de podermos resolver, hoje conversando com V. Ex^a, se não for por esse caminho em que o Governo de Goiás tem a responsabilidade, junto a um consórcio, de manter a sua parte administrativa e a sua parte financeira, junto com o Distrito Federal, conciliando com a União. Senão, nós teremos graves consequências, vamos continuar tendo graves consequências, piorando ainda mais. V. Ex^a hoje falava: não é possível resolvemos um problema no Distrito Federal e, do lado de cá, a uma rua, nós não termos condição de a polícia ter um computador numa delegacia, não ter uma viatura adequada. Então, os problemas seriam sempre insolúveis. De maneira que o senhor pode ter certeza de que estamos irmados. O nosso Governador hoje, já em contato com V. Ex^a, se colocou à disposição. Vamos trabalhar isso a varias mãos para chegarmos realmente a um modelo ideal. Tenho certeza de que a União não vai se furtar de estarmos juntos. Muito obrigado, Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cyro.

Senadora Ana Amélia, V. Ex^a é uma Senadora municipalista, tem orgulho de registrar isso sempre que possível.

Eu, nos últimos dias, discutindo essa proposta, conversei com vários prefeitos da região do Entorno. Estive com a Prefeita Lêda Borges, da cidade de Valparaíso. Estive com o Prefeito Doca, do Novo Gama. Estive com o Prefeito Célio, da cidade de Luziânia. Estive com a Sr^a Gisele, esposa do ex-prefeito da Cidade Ocidental, Plínio. E os Municípios brasileiros, de uma forma geral, estão vivendo uma crise de financiamento muito grave com a redução, especialmente este mês, com a redução do repasse para o Fundo de Participação dos Municípios. Se essa situação é grave no Brasil, ela ainda é mais grave nos Municípios do Entorno do Distrito Federal, porque os Municípios do Entorno do Distrito Federal crescem a taxas muito mais elevadas do que os demais Municípios brasileiros.

É claro que isso também acarreta problemas muito mais graves. Há um conjunto de problemas cada vez maiores, o que torna a situação ainda mais crítica.

Eu gostaria muito, ao finalizar este pronunciamento, de pedir uma atenção especial aos Senadores desta Casa na tramitação deste projeto, para que possamos fazer um amplo debate, um profundo debate sobre essa questão que, repito, é uma questão de âmbito nacional. Nós estamos falando de algo estratégico para o País,

que é o desenvolvimento de toda essa região, Senador Cristovam, e vou ouvi-lo em seguida. É a questão da obrigatoriedade que o Estado de Goiás compareça com o mesmo volume de recursos que o Distrito Federal colocará de recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal na região. Nossa preocupação era a de que o Estado não abrisse mão de sua responsabilidade para que o DF assumisse essa responsabilidade. Com isso estamos induzindo um volume maior de recursos para investimento na região do Entorno do Distrito Federal.

Ouço, com muita alegria, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Rodrigo Rollemburg, quero dizer que é com certo orgulho de Senador pelo Distrito Federal que ouço sua proposta. No momento em que o Brasil inteiro está vendo a luta para ver quem abocanha mais dinheiro dos **royalties** do petróleo e em que os Estados onde esse petróleo existe se consideram donos desses **royalties**, aqui vem o senhor, com a grandeza de alguém do Distrito Federal, e diz: "Nós temos **royalties**, que é o nosso Fundo Constitucional e queremos reparti-los com aqueles que estão ao nosso redor." Isso é um ato de grandeza, mas é um ato de inteligência. Investir ao lado onde se necessita é trazer benefícios aqui para dentro. O Distrito Federal tem esses **royalties**. São **royalties** que o Governo Federal paga porque aqui está a sede da República, porque aqui temos gastos adicionais com a polícia para proteger toda a Capital da República. Aqui temos gastos imensos, do pondo de vista de prefeitura, para manter a cidade limpa, para manter a grama cortada. Nós mantemos as escolas que servem aos funcionários públicos que há aqui em grande quantidade. São **royalties**. Nós recebemos **royalties**. E enquanto outros estão querendo abocanhar todos os **royalties**, aqui vem o senhor, com grandeza e inteligência, dizer: "Vamos repartir um pouco em benefício nosso e dos outros". Isso vale para nós e vale para o Brasil inteiro do ponto de vista dos **royalties** do petróleo. Então, minha primeira reação é de satisfação, como Senador, por estar aqui ao seu lado. Segundo, é a esperança que cria para mim que isso possa fazer com que o chamado Entorno, Senadora Ana Amélia, em vez de ser problema, seja solução para o Distrito Federal, seja um lugar para onde a gente des segue aqueles que têm o direito de vir morar na capital que é de todos os brasileiros, e não só dos que aqui vivem, como nós. O senhor está ajudando a fazer com que o Entorno seja uma solução. Quero acrescentar apenas duas coisas, uma do ponto de vista do conteúdo, outra do ponto de vista do procedimento. Do ponto de vista do procedimento, eu gostaria que esse projeto, de sua

iniciativa, com a sua criatividade, com a sua grandeza, com a sua inteligência, como estadista do DF, trouxesse para o lado todos os Senadores, os oito Deputados Federais e os vinte e quatro Deputados Distritais, sem deixar de ser a Lei Rollemberg. Vamos fazer com que isso seja um projeto de todos nós, e aí a gente vai dar uma lição grande ao Brasil inteiro de que **royalties** têm que ser distribuídos para todos, porque essa é uma posição inteligente. E, segundo, quero dar um passo adiante. Além do Fundo Constitucional, nós temos aqui um patrimônio recebido da União e administrado pro uma empresa chamada Terracap. É um patrimônio em terra. Estima-se entre R\$40 bilhões a R\$100 bilhões o patrimônio que aí está. Eu queria propor que esse um por cento também fosse sobre todas as vendas de terras da Terracap. Não tem sentido a gente vender uma terra que é da União, que nos foi repassada, para continuar gastando em coisas em que às vezes se gasta sem nenhum retorno concreto e definitivo. Essa Copa, por exemplo, está obrigando a Terracap a vender grandes extensões de terra. Por que um por cento, um por cento, a cada ano, até chegar a dez por cento, desse dinheiro não vai para o Entorno? É uma sugestão que quero fazer a V. Ex^a para incluir no seu projeto, se estiver de acordo. Se não, eu colocarei como uma emenda minha e a gente discutirá no futuro. Estas são as duas sugestões: que o procedimento envolva todos os Parlamentares e que esse gesto financeiro nosso para o Distrito Federal seja também sobre as vendas da Terracap. E eu digo que lamento que quando fui Governador não havia o Fundo Constitucional. Se houvesse, eu gostaria de ter tido um Governador como o senhor que trouxesse essa ideia para mim.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

O meu tempo está encerrando. Agradeço à Senadora Ana Amélia a generosidade de ter...

(Interrupção do som.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – ...concedido um pouco mais de tempo (*Intervenção fora do microfone.*) para a conclusão do meu pronunciamento.

Acolho a sua fala, Senador Cristovam, como parte deste pronunciamento. Vamos estudar, do ponto de vista legislativo, as suas sugestões, que acho extremamente pertinentes.

Quero convidar os nobres Senadores para que possamos fazer esse debate. Gostaria de pedir, neste momento, uma atenção especial a essa proposta pela importância que entendo ter não apenas – repito – para a nossa região – Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a que é uma brilhante Senadora do Estado de Goiás –,

mas também estrategicamente para o Brasil, já que estamos falando do desenvolvimento de toda a região metropolitana de Brasília, que é a Capital do País.

Muito obrigado, Senadora Ana Amélia

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pela ordem, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sim, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria apenas de ser inscrito para falar pela Liderança do PDT.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O senhor já está inscrito e vai usar a tribuna, agora, pela Liderança do Partido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito bem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Cristovam fala pela Liderança do PDT, pelo tempo regulamentar e regimental.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF). Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, nós acabamos de ouvir aqui, por meio do Senador Rodrigo Rollemberg, uma proposta que carrega aquilo de que a gente precisa quando faz atividade de Estado, atividade de Nação, atividade patriótica. Nós ouvimos um discurso carregado de inteligência e com visão de longo prazo.

O Senador Rodrigo Rollemberg fez a proposta de que nós, do Distrito Federal, abramos mão de uma percentagem do Fundo Constitucional que o Governo Federal repassa para o Distrito Federal, que abramos mão de uma parte disso para investir na parte do Estado de Goiás que fica ao lado do Distrito Federal.

Este é um gesto, em primeiro lugar, de generosidade: abrir mão de recursos que vêm para cá. Ao mesmo tempo, é um gesto de uma grande inteligência, porque investir onde estão as populações mais carentes beneficia as populações que não são carentes.

Talvez seja essa a maior dificuldade de este País ficar grande. É entender que distribuir soma. Em economia, distribuir soma; distribuir não subtrai.

Ele trouxe a proposta: distribuirmos para somar. E eu fico feliz que isso seja em nome do Distrito Federal e espero que tenha o apoio de todos do Distrito Federal.

Ao mesmo tempo, Senadora, aproveito para dizer que isso ajuda a levar adiante a justificativa da proposta que eu e o Senador Aloisio Nunes apresentamos na semana passada com o projeto de lei da distribuição dos recursos que virão do pré-sal.

O projeto que nós apresentamos já foi apresentado no ano passado por mim junto com o Senador Tasso Jereissati. Lamentavelmente, o relator não absorveu nossa proposta como uma emenda. Agora nós apresentamos como projeto de lei.

E essa proposta, Senador Simon, que tem trabalhado nesse assunto dos **royalties**, consiste em uma maneira muito simples: os **royalties** do pré-sal não seriam gastos no mesmo momento em que chegam. Eles iriam inicialmente para um fundo. Esse fundo aplicaria o dinheiro como se fosse uma caderneta de poupança e nós utilizariam apenas o rendimento da caderneta de poupança.

É mais ou menos como quando uma pessoa tira na loteria, Senadora Ana Amélia. Tem pessoas que tiram na loteria e saem gastando tudo. Dois anos depois estão pobres. Tem pessoas que tiram na loteria e colocam na caderneta de poupança e ficam ricas para o resto da vida. Não tanto quanto aquele que gasta tudo no primeiro ano, mas de uma maneira muito mais consistente e permanente.

Nossa proposta, em primeiro lugar, é que o dinheiro não seja usado imediatamente; que ele fique preso, concentrado, investido especialmente em títulos do Tesouro, que dão rentabilidade fixa, que chega hoje a 11%.

A segunda é que esse dinheiro que sair da rentabilidade do fundo não possa ser desperdiçado com obras suntuosas, com financiamentos de atividades do imediato; que ele seja investido para o futuro. Só tem um jeito de se fazer isso: educação e inovação.

Então o dinheiro, além de não ser gasto quando sai, somente a rentabilidade, essa rentabilidade seria concentrada na educação de base e nas atividades de inovação, o que implica em universidades.

Mas a distribuição é outra criação que nós colocamos no projeto.

O dinheiro será distribuído não conforme o Estado onde está o petróleo depois de 200 milhões de anos, ou seja, muito tempo antes de o Brasil existir. O dinheiro será distribuído conforme a população de crianças na escola que tenha cada Município brasileiro.

O Rio do Janeiro, que é um dos lugares onde há mais petróleo, seria um dos principais beneficiados, porque é um Estado com um número grande de pessoas e, portanto, de crianças na escola.

Esse projeto tem tudo a ver com o projeto apresentado pelo Senador Rodrigo Rollemberg. É um projeto daqueles que diz: O Brasil é maior do que o meu pedaço. Investir lá fora traz vantagens para mim. Essa é lógica. Não é a lógica da doação apenas, mas da recepção, também. É a lógica, como eu disse, de que a distribuição soma, ao invés de diminuir.

Quero concluir, Senadora, dizendo que há quase 200 anos quase, o Brasil tirou na loteria quando descobriu ouro nas Minas Gerais. Estima-se entre mil a três mil toneladas. Em preços de hoje, essas mil toneladas dariam R\$50 bilhões.

Sumiu tudo, Senador Simon, não ficou nada. Não ficou nada no Brasil, que era colônia; nem ficou nada em Portugal, que era metrópole. Aquele ouro foi todinho para a Inglaterra, salvo alguns altares de igreja e alguns objetos de luxo da corte. E, para a Inglaterra, esse dinheiro serviu para fazer a nação industrial que ela foi durante os séculos XVIII, XIX e até o XX, porque lá o dinheiro foi usado para produzir aquilo que a inovação estava inventando. Nada em Portugal.

Imaginem se, há 100, 200 anos, quando foi descoberto o ouro, ele tivesse sido guardado, investido e a rentabilidade que ele pudesse gerar usada? Essas mil toneladas continuariam lá até hoje. E se a rentabilidade desse ouro tivesse sido investida na educação das crianças portuguesas? Na construção de um sistema português de inovação? No financiamento de atividades de produção industrial, quando não existia indústria no mundo? Como estaria hoje Portugal se aquele ouro tivesse sido bem aplicado? Não ficou nada do ouro.

Pois bem, o petróleo não vai durar nem os 100 anos que durou o ouro no Brasil. Foram mais de 100 anos, da descoberta até a extinção do ouro. O petróleo não durará 30, 50 anos. Ele é um recurso esgotável. Imaginem se nós agora não estivermos usando as lições do passado. Ninguém pode acusar os portugueses daquela época, os dirigentes, os reis de Portugal, aqueles quatro, cinco ou seis daquele período de não terem usado bem o dinheiro. Não podemos acusar; não havia experiência. Não havia nem mesmo a indústria ainda; estava começando na Inglaterra. Eles não erraram; eles fizeram aquilo que era o normal. Mas aqui ninguém vai nos perdoar. Ninguém vai nos perdoar, àqueles que são Senadores, Deputados, Presidentes, Governadores, se nós não tomarmos a providência para usarmos essa segunda loteria que o Brasil tirou, essa segunda doação que a natureza nos deu; se não soubermos usar, de uma maneira que o resultados fiquem permanentes, que os resultados não acabem e que sirvam para aquilo que é o fundamental daqui para frente: o capital conhecimento.

Não temos o direito de errar uma segunda vez, como teriam errado os de antes se tivessem o conhecimento que temos hoje, e eles nem tinham. Por isso, aproveito o projeto que o Senador Rodrigo Rollemberg acaba de apresentar, no qual Brasília dá o exemplo ao Brasil, de abrir mão de uma parte dos nossos **royalties**, que é o fundo constitucional que recebemos, para acrescentar uma emenda no sentido de que uma par-

te também da venda dos terrenos públicos do Distrito Federal – aqui nós temos pelo menos R\$40 bilhões de terrenos que a União passou para o Distrito Federal; mas não para que nós façamos o que quisermos aqui – tem que ser bem usado na educação, na ciência e na tecnologia e, porque não, também, na educação das crianças do entorno. Porque essas crianças do entorno vão trazer soluções para o Distrito Federal, ou elas vão trazer problemas para o Distrito Federal. A diferença entre trazer soluções para o Distrito Federal ou trazer problemas para o Distrito Federal está em como nós aplicarmos agora o dinheiro que nós temos.

Vamos aproveitar o exemplo do Senador Rodrigo Rollemberg em relação à Brasília e levá-lo para o Brasil inteiro, servindo para convencer os brasileiros de que esses recursos do petróleo têm que ser tratados de tal maneira que nunca acabem.

Petróleo, a gente queima, mas o dinheiro que ele gera não. Deixa o petróleo virar fumaça, mas não deixemos virar fumaça o dinheiro, e que esse dinheiro, além de ser mantido no fundo, que ele seja usado corretamente para fazer do Brasil um riquíssimo País naquela que é a verdadeira fonte de energia que é a inteligência do seu povo, a inteligência que é capaz de transformar uma lama, sete mil metros abaixo do mar, em energia. É a inteligência que faz. Petróleo é uma lama até que a inteligência é capaz de transformar essa lama em energia. Vamos fazer com que o petróleo, essa massa preta que nós temos, se transforme numa massa cinzenta, que o povo brasileiro tem e que precisa ser desenvolvida.

Essa é a minha fala Senadora Ana Amélia, dando continuidade ao discurso muito oportuno e a proposta muito bem feita do Senador Rodrigo Rollemberg alguns minutos atrás.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque. Achei muito oportuna a figura usada por V. Exª em relação ao que ganha na loteria, ao que cuida do dinheiro e àquele que gasta tudo. Como somos perdulários, esse resguardo e essa prudência são fundamentais para um recurso que é de todos os brasileiros e que a educação precisa muito. Cumprimento V. Exª por esse pronunciamento.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, Senadora Lucia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO). Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Gostaria de me inscrever para falar pela Liderança da minoria.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está inscrita para falar em nome da minoria.

Queria também dar as boas-vindas aos visitantes que, nesta tarde, visitam aqui o plenário do Senado Federal. Boas-vindas por acompanhar o trabalho e a atividade das Srªs e dos Srs. Senadores.

Como orador inscrito, Senador Aníbal Diniz. (Pausa)

O senhor prefere? Pois não.

Senadora Lúcia Vânia, em nome da minoria.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO). Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes do meu pronunciamento, permita-me comunicar, Srª Presidente, que ontem, na cidade de Luziânia, distante daqui cerca de 40 quilômetros, participei, ao lado do Governador Marconi Perillo, da missa solene que devolveu à comunidade o restauro da Igreja Nossa Senhora do Rosário.

Construída em 1763, a Igreja é um patrimônio histórico de Goiás e um marco cultural e religioso daquela operosa cidade.

Com recursos provenientes de emenda de minha autoria, a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Goiás (IPHAN) procedeu à restauração arquitetônica dos bens móveis integrados da Igreja.

Saúdo as autoridades eclesiásticas da cidade, o Padre Simão, da Igreja do Rosário, o Bispo de Luziânia, Dom Afonso.

Saúdo os prefeitos da região que lá estiveram, o Deputado Estadual Cristóvao Tormin, Vereadores, Deputados, além do colega Senador Rodrigo Rollemberg.

Saúdo o povo de Luziânia, desejando que aquele monumento histórico continue a ser também o marco de fé almejado por todos os luzianenses.

Parabéns ao Prefeito daquela cidade, Sr. Célio da Silveira.

Srªs e Srs. Senadores, ocupo esta Tribuna, hoje, para chamar a atenção, mais uma vez, para a lamentável fragilidade dos instrumentos de acompanhamento e controle de obras financiadas com recursos públicos.

Desde o início desta Legislatura, na Comissão de Infraestrutura, a qual tenho a honra de presidir, tenho me dedicado a buscar compreender a fundo como funciona a utilização e a fiscalização dos recursos públicos destinados a financiar obras de interesse do Estado.

A Constituição Federal é absolutamente explícita e clara quando estabelece, no inciso X de seu artigo 49, competência do Congresso Nacional para “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

Como é fácil compreender, portanto, a fiscalização não constitui um atributo qualquer do Legislativo, mas

uma exigência da democracia e da transparência que devem prevalecer na administração pública.

Sem essa competente fiscalização, por exemplo, não há como garantir que, nas decisões de governo, prevaleça o interesse comum ao conjunto dos cidadãos, personificados no Estado, sempre acima das inclinações e desejos de agentes públicos que, eventualmente, estejam ocupando algum cargo.

Por isso é inadmissível que, em relação às obras financiadas por recursos da União, seja tão pouca a transparência das informações disponibilizadas para um saudável acompanhamento.

Na verdade, em relação a esse tema, informação relevante falta até mesmo ao Congresso Nacional, a despeito da total autoridade que lhe foi conferida, como disse aqui, pela Constituição.

Inicialmente, decidida a relevância da obra, é preciso ter um projeto e a previsão de quanto custará sua execução, de modo a permitir que se faça reserva dos recursos que nela serão alocados, o que é feito através da Lei Orçamentária Anual, a LOA.

Assim, inscrita na LOA e reservados seus recursos, uma obra está apta a ser licitada e contratada pela Administração, por iniciativa do órgão que a gerencia, seguindo-se o processo de acompanhamento, o que é feito com base no cronograma físico-financeiro. Esse cronograma permite que se vincule a cada etapa física da execução o seu correspondente e proporcional montante financeiro.

O que temos presenciado é uma espécie de manto escuro a encobrir as informações sobre o andamento físico das obras.

Na verdade, as informações de caráter financeiro estão em formato adequado, porque o próprio Legislativo fez um enorme esforço de sistematização dos dados, disponibilizados no Siga Brasil.

Embora relevante, os dados não permitem que os congressistas aquilatatem a relação entre dispêndio de recursos e o andamento das obras em si.

Todos sabemos que, no Brasil, grande parte da corrupção ligada ao Orçamento Federal reside precisamente na sobreliberação de verbas, sem a correspondente base de execução física.

Bom exemplo dessa situação é o levantamento das obras inacabadas, feito pelo Tribunal de Contas da União, em 2006, levando em conta o universo de obras contempladas com recursos oriundos da União.

Com grande esforço, foram identificadas, no total, cerca de quatrocentas obras paralisadas e inacabadas, obras essas cujo montante orçamentário subia a mais de R\$ 3 bilhões.

Um dos problemas enfrentados durante o projeto foi o fato de que nenhum órgão gestor possuía, à

época, sistema automatizado que permitisse acompanhamento adequado do andamento dos projetos.

E como estão esses mesmos contratos hoje? Ninguém sabe, uma vez que, das determinações feitas pelo TCU ao Governo, com o propósito de colocar ordem em tanta confusão, nenhuma sequer chegou a ser cumprida. Continuamos a dispor apenas dos dados da execução financeira.

Mas o problema é ainda mais grave do que parece à primeira vista. Em junho último, na condição de Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, solicitei à nossa Consultoria de Orçamentos que providenciasse um estudo especial, no qual ao menos estivessem devidamente levantadas e consignadas as programações financeiras referentes às obras do PAC.

E foi grande a minha surpresa ao ser informada, em resposta, que, devido a problemas operacionais relativos à formatação de dados disponíveis, até recentemente nenhuma informação originada na Administração Indireta poderia ser efetivamente tabulada e aproveitada.

Por isso, trago a este Plenário o tema relativo ao acompanhamento, pelo Congresso, das obras constantes da LOA.

Peço, portanto, o apoio de todas as bancadas para que, juntos, mudemos uma situação cuja natureza deve incomodar profundamente cada Senador e Senadora desta Casa – independente do bloco ao qual se filie: no apoio ao Governo ou na Oposição. Afinal, é contra o atrofiamento de toda uma função superior do Legislativo que me manifesto, neste caso.

A par de pedido de informação, tive conhecimento de que tramita o Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, que “estabelece normas relativas ao controle centralizado de informações sobre as obras públicas custeadas com recursos federais”.

O PLS soluciona o problema em parte, vez que cria um cadastro unificado de obras de engenharia e dos serviços custeados com recursos federais.

A matéria já foi aprovada na Comissão de Ciência e Tecnologia, a partir de parecer do Senador Cícero Lucena, e encontra-se atualmente na Comissão de Constituição e Justiça aguardando inclusão na pauta, já concluído o competente parecer favorável do Relator, Senador Pedro Taques.

Por isso, submeti ao Plenário o Requerimento nº 515, de 2011, com resultado favorável, para que a matéria venha a ser analisada também na Comissão de Serviços de Infraestrutura, onde espero seja convenientemente emendada no sentido de agregar principalmente determinações relativas ao fornecimento

de informação sobre o desempenho físico das obras ao Congresso.

Estamos certos de que os esforços nesse sentido representam um grande passo do Legislativo na direção do cumprimento mais pleno e vital de suas atribuições constitucionais. Por isso, vamos insistir nesse debate.

Era o que tinha a dizer.

Quero aqui, Sr^a Presidente, também comunicar que, a partir de amanhã, devo ocupar esta tribuna para me manifestar a respeito das tratativas que estamos tendo em relação à divisão dos **royalties** do pré-sal.

Todos nós que somos de Estados não produtores temos o interesse vital nesse projeto. Estamos atentos e tenho certeza de que vamos chegar a um acordo que vai evitar, sem dúvida nenhuma, a votação do voto, que é a última da situação quer queremos.

Deixo, portanto, já consignado o meu desejo de, amanhã, assumir esta tribuna para falar desse assunto.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senadora Lúcia Vânia, que falou pela Minoria.

O tema da derrubada do voto quanto à partilha dos **royalties** do pré-sal é tema de urgência, relevância e significado para todos os Estados não produtores, como o seu, o Estado de Goiás, e o meu, o Rio Grande do Sul.

Agora, como orador inscrito, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, telespectadores que acompanham a nossa sessão pela TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, nós estamos bem avançados em relação ao ano de 2011 e temos até o final de 2012 para definirmos um caminho em relação à redistribuição do Fundo de Participação dos Estados. Uma vez que o Supremo considerou inconstitucional a forma como se dá a partilha atualmente, caberá ao Congresso Nacional encontrar uma saída para que seja cumprido o que foi determinado pelo Supremo e para que, ao mesmo tempo, a gente possa avançar no sentido da construção do pacto federativo, contribuindo para o desenvolvimento daquelas regiões que são mais retraídas e que têm um desempenho econômico e social abaixo das regiões mais centrais e mais industrializadas do Brasil.

Nesse sentido, temos uma proposta apresentada pelo Senador Randolfe Rodrigues, juntamente com o Senador Romero Jucá, uma proposta de partilha que está configurada em um projeto de lei aqui do Senado. Nós apresentamos o nosso apoio a essa proposta, no sentido de que a gente tem, sim, que avançar na

construção de um acordo que seja bom para o País e bom para os Estados.

Nós sabemos que o Conselho Nacional dos secretários de Fazenda, o Confaz, também não tem uma posição unânime a esse respeito. Os próprios integrantes do Conselho, que são os secretários de Fazenda, não chegaram a um entendimento exatamente porque, em qualquer modificação na partilha, sempre há um Estado que se diz prejudicado. E, nesse sentido, o assunto vai sendo adiado, vai sendo protelado, e a gente vai ficar bastante preocupado com o que possa resultar dessa situação.

O mesmo nós podemos dizer em relação a essa redistribuição dos **royalties** do petróleo, um assunto também absolutamente atual que precisa de uma resposta. Há o compromisso do Governo de que a gente tivesse um entendimento agora, no início de outubro, para que, antes de ser votado o voto, tivéssemos um acordo que contemplasse todos os Estados, mas, pelas manifestações dos Senadores, do Governador do Rio de Janeiro e também do Governador do Espírito Santo, e pelas informações que surgiram a respeito de São Paulo, tudo indica que a gente não terá esse acordo. E, provavelmente, a gente vai ter um impasse construído aqui, no Congresso Nacional, porque o voto pode ser vetado envolvendo Câmara e Senado.

De qualquer maneira, é fundamental que os representantes dos Estados não produtores de petróleo estejam muito atentos a essa discussão, porque nós somos signatários e defensores de um acordo que contemple todos os Estados. O petróleo é uma riqueza nacional e é importante que essa riqueza nacional seja utilizada para o bem de todos os brasileiros. E não é justo que apenas os Estados ou Municípios produtores se sintam os donos do petróleo, os donos dessa riqueza, como se ela não fosse uma riqueza de todos os brasileiros.

Então, nesse sentido, eu acho que a gente deve buscar, sim, o caminho do entendimento. Mas, se não houver o entendimento, o caminho do voto pode ser, sim, um caminho a ser seguido, para que a gente encontre uma saída que contemple melhor os Estados e Municípios não produtores, que têm direito de usufruir desses benefícios dos **royalties** do petróleo.

Eu tenho utilizado sempre uma figura de linguagem que envolve a Amazônia. Se nós dos Estados amazônicos – Acre, Rondônia, Amapá, Amazonas, Pará – somos cobrados pela preservação da Amazônia e temos que pagar um preço alto em termos de subdesenvolvimento, exatamente porque temos que buscar o equilíbrio em um projeto de desenvolvimento com preservação das florestas, isso é para o bem de todo o Brasil. Se dos Estados amazônicos é cobrada

uma postura em relação ao seu desenvolvimento com preservação das florestas, que automaticamente retrai seu impulso econômico e, obviamente, o seu impulso social, logicamente também temos o direito de cobrar dos Estados produtores de petróleo que os **royalties** do petróleo sejam utilizados em benefício de todos os Estados, produtores ou não produtores.

Quanto aos termos dessa partilha aí, sim, tem que ser fruto do entendimento. A proposta do Senador Wellington Dias é uma proposta madura, foi amplamente refletida e deu uma resposta muito positiva ao que os Estados produtores chamaram de prejuízo. Ele apresentou um caminho que aponta os Estados produtores mantendo-se com os mesmos valores e com o crescimento progressivo a partir de agora, tendo preservado os valores iniciais. Mesmo assim, tudo indica que os Estados produtores não aceitaram a proposta nesses termos.

Ou seja, a gente vai ter de forçar um pouco a barra no sentido de que haja um entendimento. É preciso haver esse entendimento para o bem do Brasil. Se não houver, as bancadas dos Estados não produtores vão ter de mobilizar-se e, aí, vai valer o efeito pragmático da democracia: quem tem mais votos vence. Esse é o caminho que a gente pode ter de seguir se não houver um entendimento a contento.

Sra Presidenta, quero voltar a fazer menção ao que foi a participação da Presidenta Dilma na Assembleia Geral da ONU. Ela fez o seu pronunciamento como a primeira mulher a ocupar aquela tribuna para fazer a abertura da Assembleia, que compete ao Brasil como primeiro signatário do tratado das Nações Unidas. Por ser ela a primeira Presidenta da história do Brasil, foi a primeira mulher a ocupar a tribuna.

E por tudo o que foi dito, por tudo o que foi comentado pelos mais diferentes veículos de comunicação, o papel da Presidenta Dilma nessa Assembleia foi algo que colocou o Brasil em altíssima conta perante o mundo. E isso é mais um motivo de orgulho para todos nós, brasileiros.

Primeiro porque as mulheres brasileiras foram muito bem representadas pela Presidenta Dilma. O povo brasileiro, homens e mulheres, fomos muito bem representados. Mas ela fez questão de dizer uma frase muito interessante: que ela se sentiu realizada de ter representado, de maneira digna, as mulheres do mundo inteiro. Na realidade, ela representou não só as mulheres do Brasil, mas também as mulheres do mundo inteiro.

De tal forma que reafirmamos aqui o nosso orgulho, o nosso sentimento de realização por termos uma Presidenta com a qualidade da Presidenta Dilma e por tudo que o foi dito na imprensa a respeito da pre-

paração do seu discurso, de como ela pegou o texto, de como ela fez os reparos, os cortes para se ater aos 25 minutos que lhe cabiam. Ela não fez um discurso de 40 minutos nem de 50 minutos; ela se afeve aos 25 minutos. E trabalhou tudo isso com muita precisão, em um pronunciamento que tem exatamente o seu jeito de ser, o seu jeito de fazer política, o seu jeito de se expressar, mostrando claramente que ela é uma política com identidade própria, uma líder. E assim foi vista pelo mundo.

A revista **Newsweek** não deixou por menos: mostrou que, no Brasil, quem manda é as mulheres, e com a qualidade, com o ritmo e com a impressão digital desta mulher que é a Presidenta Dilma Rousseff.

Ouço, com atenção, o Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Anibal, quero somar-me às afirmações de V. Ex^a a respeito da participação da Presidenta Dilma na Assembleia da ONU, não só pela novidade de ser a primeira mulher a abrir a solenidade, mas também pela qualidade da presença dela. V. Ex^a disse isso também. Portanto, quero dizer que, como brasileiro, fiquei orgulhoso de ver uma Presidenta coerente, com um discurso apropriado, sem arrogância, sem pretender dar receita para o mundo, muito pé no chão. E isto é realmente do que o Brasil precisa, de pessoas competentes, comprometidas e sérias como a Presidente Dilma tem demonstrado ser, inclusive, vamos aqui reiterar, na sua intransigência no combate à corrupção, o grande mal que assola este País e que não tem deixado este Brasil ser o Brasil que ela quer, um Brasil sem miséria.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Incorporo, com muita alegria, a contribuição de V. Ex^a, Senador Mozarildo, reafirmando que todas as palavras contidas no pronunciamento da Presidenta Dilma mostram o nível de responsabilidade que o Brasil está tendo, seja nas relações planetárias que o Brasil estabelece, seja no combate à corrupção, seja no compromisso com a total transparência dos atos administrativos. Ela, inclusive, fez referência, na conversa que teve com o Presidente Obama, aos esforços que estão sendo empreendidos aqui, no Brasil, para que a gente tenha uma lei de livre acesso às informações, referindo-se ao PL nº 41, que está em tramitação aqui, no Senado, e que, se Deus quiser, neste ano vamos votar. A participação da nossa Presidenta nos deixou completamente orgulhosos.

Por último, eu queria fazer menção aqui à afirmação que saiu, na revista **Veja** da semana, de que o PT está articulando a reforma política para sair aos seus moldes e para atender apenas os interesses do PT e do PMDB. E mais, de que todos os aspectos apontados para a reforma política saíram da cabeça do Zé Dirceu.

Eu queria contrapor-me a essa informação. Primeiro, o PT não tem essa força nem no Senado nem na Câmara Federal. Se o PT tivesse essa força toda, certamente suas teses estariam com mais força junto às comissões, e não é isso que está acontecendo.

O PT defendia o voto em lista fechada, com alternância de gênero, mas isso não passou. A gente está agora com uma tentativa de recurso para ver se se restabelece a discussão em torno da paridade de gênero. Mas é uma tese que dificilmente será aprovada porque a gente não está conseguindo encontrar a interlocução necessária para a gente poder fazer essa tese ganhar força.

Nós defendemos, desde o início, a lista fechada e preordenada com financiamento público de campanha, defendendo a tese de que, se há financiamento público, não pode ser financiamento para o indivíduo, mas para as forças partidárias, e cada uma das forças partidárias apresentando o seu conjunto de nomes.

Essa tese também não logrou sucesso. O máximo que a gente pode vir a compor talvez seja uma lista com uma parte em lista fechada; outra, com voto distrital, proposta que tem sido também amplamente difundida e discutida. De tal maneira que não procedem essas insinuações de que a reforma política vai ganhar apenas a cara do PT e do PMDB. Está havendo o esforço de tanta gente, de tantos Senadores que têm se dedicado ao assunto no sentido de buscar o que é melhor para a situação política e eleitoral do Brasil.

O fato é que grande parte da corrupção que acontece nos processos eleitorais se deve a um sistema que não conseguiu dar resposta para o combate à corrupção no que diz respeito às eleições. E muitos dos que são eleitos se prevalecem, sim, do poder econômico, do poder da máquina que constroem em torno das suas candidaturas.

A busca de eleições mais limpas e transparentes, com financiamento público, é um desafio que está posto, sim, mas não é uma tese vencida até o presente momento, nem é uma tese para beneficiar o PT ou o PMDB, que são os maiores partidos no Congresso. É uma tese, sim, para tentar fazer com que haja igualdade de condições entre os candidatos, uma tese que vai favorecer todos os brasileiros.

Hoje, da forma como as eleições acontecem, os candidatos endinheirados, os candidatos que estão escorados em poder econômico, levam muito mais vantagem sobre os candidatos pobres. A partir do momento em que a gente institua um financiamento público, em que, havendo uma lista fechada, preordenada ou uma lista aberta dos partidos, mas que os partidos possam usufruir, de maneira igualitária, dos recursos dos fundos destinados a uma campanha, a gente acredita

que vai ser, sim, possível fazer eleições mais limpas, mais transparentes e com maior igualdade de condição para que a vontade do eleitor realmente se manifeste.

Agora, essa tentativa da revista **Veja** de expor o PT, como se o PT quisesse produzir um mal para a sociedade, não procede, é exagerada, e os integrantes das comissões todas que têm participado dessa discussão são testemunhas de que não tem havido esse tipo de articulação para querer favorecer um ou outro partido.

A busca de todos os Senadores, nesta Casa, é no sentido de buscar o que é melhor para o Brasil, qual o modelo que pode contribuir para que as eleições sejam mais transparentes e com maior igualdade de condição entre todos os candidatos.

Era isso, Srª Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Aníbal Diniz, os dois temas iniciais do seu pronunciamento, tanto a questão da lei que trata da repartição do Fundo de Participação dos Estados quanto a distribuição ou a partilha dos **royalties** do pré-sal têm um ponto em comum: pacto federativo.

Hoje, a Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Paulo Paim, debateu o projeto do Senador Randolfe Rodrigues, dentro de uma lógica de que precisamos, dentro desta Casa, encontrar uma saída – muito bem defendida por V. Exª –, através da negociação, para uma matéria relevante sob todos os aspectos. A negociação é o melhor caminho, porque evitaria não só votar uma derrubada de veto, sempre complexa, mas, sobretudo, a judicialização desses dois temas – já que, quanto à partilha do fundo de participação, houve uma determinação até do próprio Supremo Tribunal Federal, e não queremos que o Supremo também vá opinar sobre a partilha do pré-sal, caso não haja, nesta Casa, um entendimento em torno de matéria tão importante.

Concordo com V. Exª sobre a questão da reforma política.

Agradeço muito a V. Exª pelo pronunciamento.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Orador inscrito, Senador Benedito de Lira.

Queria aproveitar, enquanto chega o orador à tribuna, para cumprimentar e saudar os visitantes que acompanham, nesta tarde, os trabalhos do Senado Federal, desejando boas-vindas não só ao Senado, mas também a Brasília.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira, do PP de Alagoas, pelo tempo regulamentar.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr^a Presidente, o que me faz vir à tribuna na tarde de hoje é que amanhã estaremos comemorando o Dia Mundial do Turismo. O turismo é, a meu ver, uma indústria da maior importância para o País e para o mundo, haja vista o que se vê no mundo afora; o que representa o turismo para as pessoas e para os lugares onde as belezas naturais encantam.

O Brasil – sem que eu, com isso, possa dizer que é bairrismo – eu reputo como o melhor e o mais perfeito território do mundo para se exercitar a atividade turística.

Farei aqui algumas considerações, para que a gente possa, na verdade, homenagear o Dia Mundial do Turismo. Amanhã, teremos uma agenda completa, nos dois horários: no primeiro horário, começando pela Câmara dos Deputados; no segundo horário, aqui no Senado Federal.

Não há dúvida, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Brasil tem tudo para se afirmar nos próximos anos como um dos maiores e mais procurados destinos turísticos internacionais, atraindo milhões de turistas dos mais diversos cantos do mundo. São inúmeras as vantagens e as condições diferenciadas que nos levam a tal conclusão.

Em primeiro lugar, dispomos do mais belo litoral e das mais deslumbrantes paisagens naturais de todo o mundo, com uma diversidade climática e de ecossistemas absolutamente inigualáveis.

No Nordeste, temos lindas praias cuja beleza natural se associa a uma riquíssima culinária, um povo extremamente acolhedor e uma atmosfera que convida o turista a desfrutar de momentos únicos e redescobrir os verdadeiros prazeres da vida. Sem puxar a brasa para o meu Estado, mas Alagoas, Sr^a Presidente, em especial, oferece paisagens absolutamente deslumbrantes.

No Norte, temos a mais fascinante e conservada reserva florestal dos trópicos. Ao Sul, o clima ameno e temperado convida para a boa gastronomia e o turismo de inverno. No Centro-Oeste, dispomos de belíssimas chapadas, do fabuloso Pantanal e de excelentes sítios de ecoturismo e de aventura.

É com essa diversidade fabulosa e ímpar, Sr^a Presidente, que o Brasil deve se apresentar ao mundo e explorar, com sustentabilidade e profissionalismo, todo o imenso potencial de suas atrações turísticas.

Como nordestino e, com muito orgulho, alagoano, comprehendo perfeitamente a importância da indústria do turismo em nossa economia. Meu Estado, detentor de um dos litorais mais bonitos do mundo – não é exagero, mas apenas a configuração daquilo cuja natureza foi pródiga – deve à atividade turística grande

parte de sua receita e da geração de emprego e renda para a sua população.

Nesse sentido, devemos reconhecer que, a despeito dos avanços recentes na gestão do setor, ainda enfrentamos inúmeras carências e deficiências estruturais que atravancam o seu pleno desenvolvimento. Os problemas em nossos aeroportos, portos e rodovias, por exemplo, representam um grande obstáculo ao progresso do segmento turístico.

A situação do turismo receptivo, em nossos portos, a meu ver, é o mais grave. Com o imenso potencial do mercado de cruzeiros, que cresce vertiginosamente ano após ano, tínhamos a obrigação de investir maciçamente em nossos terminais de embarque e desembarques portuários, no sentido de oferecer ao turista marítimo uma opção segura, confortável, para visitar o lugar onde atraca.

Para os senhores e as senhoras terem uma ideia, de 2005 para cá, o mercado do cruzeiro marítimo no Brasil saltou de 140 mil passageiros para aproximadamente 600 mil na temporada passada.

Infelizmente, Sr^a Presidente, as salas portuárias de recepção desses turistas têm se mostrado insuficientes e bastante aquém de um padrão internacional mínimo de conforto e adequação para o seu atendimento. Em muitos portos, elas são inteiramente improvisadas e sem estrutura alguma.

Ora, dado o explosivo crescimento do setor de cruzeiros marítimos, entendemos ser urgente a reforma e adequação dos nossos portos para o recebimento dessas importantes parcelas de turistas, notadamente nas cidades nordestinas, que ainda não oferecem esse desembarque, justamente por falta de estrutura portuária receptiva.

Com a iminência dos grandes eventos internacionais que iremos sediar, a situação de nossos aeroportos também nos tem causado preocupação, mas a Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff já mostrou acompanhar de perto essa questão, gerando seu equacionamento até a realização da Copa do Mundo, com a mitigação dos problemas estruturais que afetam o setor.

O fato, Sr^a Presidente, é que o pleno desenvolvimento de nossa indústria turística depende, essencialmente, de um criterioso e abrangente planejamento estratégico do setor, acompanhado da profissionalização de sua gestão e de maciços investimentos em capacitação e infraestrutura. Não há mágica no trato da questão.

Devemos nos inspirar, sobretudo, em casos como o da Espanha, que, até a década de 1970, era um obscuro e pouco visitado destino europeu e, atualmente, é uma das grandes potências turísticas mundiais.

Cidades como Madri e, principalmente, Barcelona foram objeto de grandes investimentos e pequenas revoluções urbanas, que acabaram por evidenciar suas principais atrações e dinamizar o turismo receptivo em toda a Espanha.

Barcelona, sobretudo, soube explorar, com muita competência, o fato de sediar os Jogos Olímpicos de 1992 para alavancar adequações estruturais e se projetar como cidade global.

Assim devemos proceder, tanto na Copa do Mundo quanto na realização dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro. Todo o País poderá, efetivamente, potencializar a sua atividade turística.

Para tanto, como já dissemos, não bastam boas intenções e campanhas de *marketing*. São necessários reais e efetivos investimentos e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de toda a nossa capacidade receptiva.

É o caso, por exemplo, dos importantes programas de capacitação para o setor.

Infelizmente, hoje acabo de ler a notícia de que o Ministério do Turismo suspendeu por tempo indeterminado um programa de capacitação de pessoas para exatamente os grandes eventos que nos avizinharam.

Quem conversa ou lida com empresários do *trade* turístico nacional sabe que uma de nossas maiores deficiências ainda está na formação de mão de obra especializada para os diversos empreendimentos ligados ao turismo, como hotéis, bares, restaurantes e agências.

Atento a essa questão, o Governo dispõe de alguns programas interessantes voltados para o turismo, entre eles o Bem Receber, do Ministério do Turismo, e o Plano de Qualificação de Mão de Obra para a Copa, esse suspenso com data marcada de hoje. São, atualmente, os mais importantes programas de treinamento do segmento, com foco para os grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo que se realizará em 2014.

Precisamos estendê-los e ampliá-los inclusive para as cidades que não serão sede de eventos, mas que poderão usufruir do fluxo de turistas decorrente. Ensino básico de línguas estrangeiras, técnicas de abordagem e comunicação turística e noções de Geografia e História do Brasil devem fazer parte desses treinamentos, cujo escopo deve ir além de determinado e específico evento.

Em outra medida também consideramos importante a atenção de investimentos por parte das grandes redes de hotéis, principalmente por meio de incentivos fiscais e logísticos. Ainda sofremos, em várias de nossas cidades de destino turístico, com a carência de bons quartos e grandes empreendimentos hoteleiros

que atraiam o turista estrangeiro e ofereçam uma opção segura de hospedagem.

Sr^a Presidente, Srs. Senadores, também devemos considerar outros importantes entraves e obstáculos para a expansão de nossa indústria de turismo.

Uma questão que sempre defendi é o fim da exigência do visto prévio para o ingresso de turistas de algumas nacionalidades, onde o País aplica política de reciprocidade.

Ora, Sr^a Presidente, sob uma visão objetiva e racional, não me parece uma medida adequada. Calçada exclusivamente em um sentimento que mescla vingança e orgulho, ela serve apenas para afugentar os turistas, por exemplo, do mercado norte-americano. Enquanto milhões deles, todo ano, dirigem-se ao Caribe e adjacências à procura de sol e belas praias, onde têm livre acesso, relativamente poucos afluem para o nosso litoral, desencorajados pela maior dificuldade e burocracia que nossa política imigratória impõe.

Ao revogarmos essa esdrúxula exigência, Sr^a Presidente, além de configurar um gesto inequívoco de grandeza e racionalidade, estaríamos deixando aquelas nações que exigem visto para os brasileiros em situação absolutamente desconfortável, podendo levá-las a igual questionamento. Estamos convictos de que o turismo deve ser tratado com profissionalismo e objetividade, lastreado em eficiente planejamento estratégico e fomentado por boas políticas públicas específicas para o segmento.

Com essa equação, asseguraremos a atração de investimentos para alavancar a nossa indústria turística e garantir condições estruturais adequadas para o seu pleno desenvolvimento.

A Presidenta Dilma, conhecida e entusiasta da matéria, não deve permitir que problemas localizados no Governo venham a comprometer os programas de incentivo ao setor. Ao contrário, o momento de reestruturação em sua pasta deve servir para potencializar a sua atuação.

Estou convicto de que assim irá proceder, e um futuro auspicioso aguarda o destino turístico brasileiro.

Sr^a Presidente, estamos falando aqui de turismo, do Dia Internacional do Turismo, mas também precisamos falar do turismo interno.

Fiz algumas considerações com relação ao turismo externo. Precisamos receber um volume maior, porque não podemos acreditar, Presidenta, que um País como o nosso, que tem tudo de maravilhoso – sol, água, praia, mato, um ecossistema da melhor qualidade –, receba apenas cinco milhões de turistas internacionais. Onde está a falha? Onde está o gargalo? Parece-me que está exatamente em vender melhor o Brasil lá fora, em fazer com que a infraestrutura portuária e

a infraestrutura aeroportuária possam ser modernizadas, em fazer com que as empresas de transporte aéreo não se limitem apenas às duas nacionais que temos, mas que venham outras empresas, internacionais, que saiam daqui diversas outras e que venham de lá para cá, porque somente assim poderemos ter, sem dúvida nenhuma, um fluxo maior de turismo internacional no Brasil.

E o turismo interno, o turismo doméstico, o turismo nacional, este precisa, na verdade, que possamos abrir...

Tivemos, recentemente, Presidenta, um encontro com o Ministro da Aviação Civil, nós, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e fizemos ver a S. Ex^a que precisamos implantar, urgentemente, sem qualquer tipo de barreira, de protecionismo ou de coisas que, na verdade, têm acontecido nessa área da aviação regional, para que as pessoas possam se deslocar com absoluta tranquilidade...

É um absurdo o que acontece, Presidenta. Para ir de Alagoas a Fortaleza, venho a Brasília e espero uma conexão por três ou quatro horas para seguir para Fortaleza. Não é possível mais acontecer isso num País com esta dimensão, com a grandeza que nós temos.

Daí a interferência da Presidenta Dilma ser necessária, porque existe já um projeto lá no Gabinete Civil, há muitos meses, aguardando a manifestação do Governo.

Estivemos com o Ministro da Aviação Civil – membros da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – e o fizemos ver isso, porque nós precisamos, na verdade, fazer pesados investimentos para abrir exatamente aeroportos nas regionais, a fim de que as pessoas possam transitar com muito mais facilidade.

Sr^a Presidente, acredito que nós, aqui nesta Casa, haveremos de encontrar os caminhos, os diplomas legais para efetivar não somente a aviação regional, mas também um incremento maior no turismo interno e proporcionar oportunidade para que cheguem mais turistas ao Brasil, porque isso realmente depende de uma política levada para esse caminho. E é exatamente o que nós vamos fazer.

Haveremos de pedir, brevemente, uma audiência ao atual Ministro do Turismo, para que a gente possa discutir, rediscutir as ações do Ministério do Turismo para com o Brasil.

Eu não posso acreditar, por nenhuma hipótese, que o Orçamento de 2012 não possa fazer um maior investimento nessa área, para que a gente potencialize o turismo interno.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Benedito de Lira, que, com

muita propriedade, aborda uma questão fundamental: a chamada indústria sem chaminé, a indústria do turismo, grande geradora de empregos e também de muita renda para o País.

É claro que, como V. Ex^a disse, temos muitos gargalos a resolver ainda nessa área do turismo, mas a Copa do Mundo de 2014 e certamente as Olimpíadas do Rio de Janeiro poderão nos ajudar a incrementar esses investimentos.

Obrigada, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Solicito a palavra pela Liderança do Governo, Sr^a Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não.

Está inscrito, Senador. O senhor será o próximo orador a falar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 207, de 2011**, datado de hoje, subscrito pelo Senador Randolfe Rodrigues, comunicando o seu desligamento da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo **Requerimento nº 226, de 2011**, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil.

O referido ofício vai à publicação.

É o seguinte o Ofício:

Ofício GSRR nº 207/2011

Brasília – DF, 26 de setembro de 2011

Assunto: Desligamento da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil – CPITRAFPE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, comunico o meu desligamento da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, destinada a investigar o Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil, intitulada CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil – CPITRAFPE.

Em tempo, renovo a Vossa Excelência meus votos de consideração. – Senador **Randolfe Rodrigues**, PSOL – AP.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá, inscrito para falar pela Liderança do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^as

e Srs. Senadores, venho à tribuna fazer um registro extremamente importante para o meu Estado de Roraima, Srª Presidenta.

Nessa semana que passou, foi publicado, no **Diário Oficial da União**, no dia 21 de setembro, na quarta-feira – eu tive condição de fazer esse anúncio na cidade de Caracaraí, onde estive nesse fim de semana –, um despacho do Superintendente de Gestão e Estudos Hidroenergéticos da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. Foi publicado um estudo de viabilidade para a construção de quatro hidrelétricas no Estado de Roraima.

Esse é um tema que nos é muito caro, é um tema no qual trabalhamos muito. E a possibilidade agora de construir essas quatro hidrelétricas só se dá porque atuamos no sentido de construir a interligação Manaus/Boa Vista, num linhão de transmissão de energia, fazendo com que Roraima deixe de ser um sistema isolado e passe a ser um sistema interligado ao restante do Brasil.

Com essa interligação, com essa linha dupla de 500 KVA que já foi licitada e será construída pela Eletronorte, ficando pronta em 2013, a Aneel pôde dar andamento aos estudos de viabilidade e ao inventário da bacia do rio Branco e verificar que, nessa bacia do rio Branco, no rio Branco propriamente dito e no rio Mucajaí, é possível construir quatro hidrelétricas, somando mais de mil megawatts de capacidade de geração instalada.

Os estudos seguem. Tive contato hoje com o Dr. Nelson Hubner, Diretor-Geral da Aneel, e nós vamos acompanhar para que esses estudos sejam feitos rapidamente e nós tenhamos a condição de construir essas quatro hidrelétricas. A hidrelétrica do Bem-Querer, no rio Branco, gerando mais de 700 megawatts, é a maior das quatro ocorrências. A hidrelétrica de Paredão I, a hidrelétrica de Paredão II e a hidrelétrica Fé e Esperança, no rio Mucajaí, somarão 1.045 megawatts.

Nós ficamos muito felizes. Estive, nesse final de semana, na cidade de Caracaraí, anunciei ao prefeito, aos vereadores, às lideranças locais a construção dessa hidrelétrica de Bem-Querer, que será colocada no Município de Caracaraí, melhorando as condições do Município, porque uma hidrelétrica desse porte gera recursos, gera empregos, gera atividade econômica e gera um trabalho de fortalecimento da irrigação no lago que se forma.

Então, quero fazer este registro aqui, agradecer ao Ministro Edison Lobão, a quem, alguns anos atrás, levamos esses pleitos, agradecer à Presidenta Dilma e registrar que Roraima está feliz com essa possibilidade da construção dessas quatro hidrelétricas. É a autonomia energética do Estado.

Hoje, Senadora Ana Amélia, Roraima depende da energia da Venezuela, e o atendimento está precário, o que vem preocupando o crescimento econômico de nosso Estado. Com a interligação, poderemos receber energia de todo o Brasil e vender energia para o restante do Brasil. Com a construção dessas quatro hidrelétricas, sem dúvida nenhuma, Roraima dá um passo fundamental para construir um grande futuro.

Faço esse registro e agradeço ao Governo Federal.

Srª Presidente, peço a transcrição das matérias: “Jucá anuncia aprovação dos estudos das hidrelétricas do Paredão e do Bem-Querer” e “Estudos de Inventário da Bacia do Rio Branco (RR) são aprovados”.

Muito obrigado, Srª Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**ESTUDOS DE INVENTÁRIO DA BACIA DO RIO
BRANCO (RR) SÃO APROVADOS**

22-9-2011

A Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos (SGH) aprovou por meio do Despacho nº 3.785, de 19-9-2011, os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Branco. Esses estudos totalizam uma potência inventariada de aproximadamente 1.049 megawatt (MW) distribuídos em quatro aproveitamentos.

No rio Mucajaí, afluente do Rio Branco, foram aprovados os aproveitamentos Paredão M1, com potência instalada de 69,90 MW, Paredão A, com potência instalada de 199,30 MW, e Fé e Esperança, com potência instalada de 71,70 MW. E no Rio Branco, foi aprovado o aproveitamento Bem Querer J1A, com potência instalada de 708,40 MW, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal.

O Rio Branco é afluente da margem esquerda do Rio Negro. Sua bacia, cuja área de drenagem possui mais de 188 mil km², se situa quase que integralmente em Roraima.

Com a aprovação destes estudos, os aproveitamentos hidrelétricos neles identificados passam a integrar a carteira de usinas disponíveis para elaboração dos estudos de viabilidade e projeto básico.

Os estudos de inventário aprovados pela ANEEL, bem como a lista dos estudos que estão em fase de análise, podem ser consultados no sítio eletrônico da Agência nos seguintes endereços.

JUCÁ ANUNCIA APROVAÇÃO DOS ESTUDOS DAS HIDRELÉTRICAS DO PAREDÃO E BEM QUERER

Nesta sexta-feira, 23, o Senador Romero Jucá (PMDB – RR), foi informado pela Superintendência de Estudos Hidroenergéticos da Aneel que os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Branco foram aprovados, por meio do despacho, nº 3.785 de 19-9-2011. Estes estudos totalizam uma potência inventariada de aproximadamente 1.049 megawatts (MW), distribuídos em quatro aproveitamentos.

“Com a interligação do Linhão com o Amazonas a construção das hidrelétricas é o segundo passo neste processo. Vamos ter a solução para os problemas energéticos de nosso estado, e poder inclusive vender energia. Fico muito feliz em ver o trabalho de alguns

anos começar a se tornar realidade. Em breve, deve ser lançado o leilão para a construção destas hidrelétricas”

No rio Mucajáí, afluente do Rio Branco, foram aprovados os aproveitamentos Paredão M1 com potência de 69,90 MW, Paredão A com 199,30 MW, e Fé e Esperança com 71,70 MW de potência. E no Rio Branco foi aprovado o aproveitamento do Bem Querer J1A, com capacidade de 708,40 MW, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O Rio Branco é afluente da margem esquerda do Rio Negro. Sua bacia, cuja área de drenagem possui mais de 188 mil km², se situa quase que integralmente em Roraima. Com a aprovação destes estudos, os aproveitamentos hidrelétricos neles identificados passam a integrar a carteira de usinas disponíveis para elaboração dos estudos de viabilidade e projetos básicos.

Nº 182, quarta-feira, 21 de setembro de 2011

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

123

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 19 de setembro de 2011

Nº 3.785 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, na Resolução nº 393, de 04 de dezembro de 1998 e considerando o que consta do Processo nº 48500.002003/2006-60, resolve: I - Aprovar os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Branco, sub-bacia 14, bacia hidrográfica do Rio Amazonas, no Estado de Roraima, o qual tem uma área de drenagem total de 188.812 km² e é afluente pela margem esquerda do Rio Negro, apresentados pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, inscrita no CNPJ sob o nº 06.977.747/0002-61, e desenvolvidos pela empresa Hydros Engenharia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 67.987.883/0001-46. Estes estudos identificaram um potencial total de 1.049,30 MW distribuídos em quatro aproveitamentos, conforme o quadro abaixo:

Aproveitamentos	Coordenadas Geográficas do Eixo do Barramento	Posição (Dist. Da Foz) [km]	Área de Drenag. [km ²]	N.A. máximo normal de niv. tante [m]	N.A. normal de jusante [m]	Potência Instalada [MW]	Área do Reservatório [km ²]
Rio Branco							
Bem Querer J1A	01°52'40"N 61°01'37"W	402,00	124.777	62,50	46,79	708,40	559,08
Rio Mucajáí							
Paredão M1	02°53'44"N 61°09'50"W	171,00	11.323	146,00	132,44	69,90	23,60
Paredão A	02°56'27"N 61°35'19"W	161,00	11.834	132,00	93,00	199,30	16,74
Fé Esperança	02°53'47"N 61°30'42"W	150,00	12.129	95,00	81,50	71,70	25,23

II - Determinar que as recomendações e observações contidas na Nota Técnica que subsidiou a aprovação do inventário hidrelétrico em tela sejam obrigatoriamente atendidas na etapa subsequente de estudo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Romero Jucá, que traz informações relevantes no campo da logística energética para o País, especialmente no Estado de Roraima.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidenta, V. Ex^a me permite fazer um registro? Já usei a palavra no dia de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Quero encaminhar à mesa, para que fique nos Anais, o convite que recebi, que leva o título “Parla, Mentor”:

É com grande satisfação que lhe envio este convite para participar da estreia do filme Parla, Mentor, documentário sobre as conquistas democráticas brasileiras a partir da Ditadura Militar de 1964-1985, que integra a Mostra Brasília, do 44º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro.

A projeção será no dia 28 de setembro próximo, quarta-feira, às 15 h, no Museu Nacional Honestino Guimarães (Museu Nacional da República), no início da Esplanada dos Ministérios. Aguardo sua presença!

Kleber Robson, diretor do filme.

Na verdade, Sr^a Presidente, trata-se de um documentário em que, inclusive, diversos Senadores que

passaram por esse episódio da história fazem um relato daquele momento.

Menciono esse documentário porque o considerei muito interessante e, portanto, faço o registro na Casa desse convite que recebemos para assisti-lo. Ele fala sobre a época da ditadura.

Permita-me ainda, Sr^a Presidente – não se trata de um registro –, informar à Casa que o nosso querido Senador Casildo Maldaner, que sofreu uma parada cardíaca na semana passada – fui visitá-lo no fim de semana, no hospital –, está muito bem. Saiu da UTI, já está no quarto. Rendo minhas homenagens tanto ao Incor, quanto à Dr^a Núbia e sua equipe, uma equipe da mais alta qualidade. O Incor hoje é um hospital de excelência.

O nosso carinho ao nosso querido Casildo Maldaner e a toda a sua família. Pude falar com ele longamente. Ele está muito, muito bem.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PARLA, MENTOR

CONVITE

É com grande satisfação que lhe envio este convite para participar da estreia do filme **Parla, Mentor**, documentário sobre as conquistas democráticas brasileiras a partir da Ditadura Militar de 1964-1985, que integra a Mostra Brasília, do 44º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro.

A projeção será no dia 28 de setembro próximo, quarta-feira, às 15h, no Museu Nacional Honestino Guimarães (Museu Nacional da República), no início da Esplanada dos Ministérios.

Aguardo sua presença!

Kleber Robson, diretor do filme.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Paulo Paim. A Mesa se solidariza também com essa pronta recuperação do nosso colega muito atento, competente e dedicado, Senador Casildo Maldaner, do PMDB de Santa Catarina, que esperamos brevemente esteja retornando ao trabalho aqui, na nossa convivência, o que é muito importante.

Agradeço a V. Ex^a pelo comunicado. A Mesa se solidariza com a família e com o próprio Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me, Sr^a Presidente.

Senador Lindbergh, no registro que faço aqui desse filme, V. Ex^a é um dos atores, viu? V. Ex^a, quan-

do jovem, ainda liderando os estudantes, os caras-pintadas, está nesse filme.

Obrigado, Presidenta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Fora do microfone.) – Maravilha! Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Continua um grande ator.

Senador Lindbergh Farias, como orador inscrito, para usar pelo tempo regimental.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não tanto quanto V. Ex^a, que inclusive trabalhou em televisão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O artista no bom sentido, Senador, no bom sentido. Pela beleza física, pelo conteúdo e pelo desempenho.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senadora. V. Ex^a sabe que sou um admirador de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Fora do microfone.) – Fiquei até com ciúme.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Você é chamado de ator... Viu, Senador Paulo Paim?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – V. Ex^a está incluído. Então, homenageio V. Ex^a, convidando-o para presidir o final desta sessão, Senador Paulo Paim.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Mas, Senador Paulo Paim, a Senadora Ana Amélia – sempre tenho dito – é uma das mais atuantes, destacadas Senadoras aqui, está sempre presente em todos os debates.

Mas eu subo a esta tribuna novamente para falar sobre **royalties** de petróleo, sobre o debate federativo. Nós vamos ter nesta semana novos desafios. Senadora Ana Amélia, Senador Paulo Paim, eu tenho repetido que os Estados confrontantes, os Estados produtores querem dialogar cada vez mais com os Estados não produtores. Ninguém quer uma batalha federativa, uma guerra federativa neste País.

Nós temos, há mais de 15 dias, defendido um ponto inicial: que os Estados não produtores devem receber recursos dos **royalties** de petróleo agora, já. E temos falado muito também do aumento da centralização da arrecadação nas mãos da União. Temos falado isso aqui insistente. Então, em vez de ficarmos aqui brigando, Estados não produtores com Estados confrontantes, com Estados produtores, temos que sentar todos à mesa para discutirmos um novo equilíbrio federativo neste País. E aí, Senador Paulo Paim, não tenho como deixar de trazer dados aqui.

Receitas disponíveis depois das transferências constitucionais: União, fica 54%; Estados, 27%; Municípios, 19%. Está havendo uma centralização cada vez maior depois da Constituinte até aqui. Tivemos a Lei Kandir que prejudicou os Estados, tivemos a Cide. Eu quero trazer outro número aqui.

Nós últimos quatro anos, entre 2007 e 2010, a arrecadação da União cresceu em termos reais 25,9%, enquanto as transferências da União aos Estados e Municípios cresceram apenas 15,3%; no ano de 2010 – e esses números eu já trouxe aqui na tribuna e assumo novamente – a arrecadação federal cresceu 8,9% enquanto as transferências para Estados e Municípios cresceram apenas 2,1%. Transferências aos Estados e Municípios, entre 2003 e 2008: estavam entre 3,4 e 3,7% do PIB; em 2009 caíram para 3% do PIB; em 2010 foram apenas 2,6% do PIB. E a situação que nós observamos? São Estados extremamente apertados, com suas contas...

E eu quero falar aqui na discussão sobre as dívidas. É um absurdo o que está acontecendo. Vocês sabem a União empresta a empresas – emprestou ao BNDES a 6%, TJLP – e cobra dos Estados de 6 a 9% mais IGP-DI, que no ano passado, em 2010, foi de 11,3%. Ou seja, a União está cobrando a dívida dos Estados algo em torno de 17,33 a 20,33. Quer dizer, estão lucrando com essas dívidas.

Eu faço esse debate aqui para dizer que ao invés de entrarmos numa discussão que prejudica essa lógica federativa, e eu aqui tenho falado recorrentemente que é uma impressão equivocada de alguns nesse debate de que o Rio de Janeiro está nadando em dinheiro. E eu quero trazer na discussão aqui não apenas os **royalties**, é preciso colocar no meio desse debate o Fundo de Participação do Estado e o ICMS. Eu já trouxe e vou apresentar novamente. O Rio de Janeiro é o terceiro Estado que menos arrecada, quando se avalia em relação ao PIB; é a terceira menor arrecadação em relação PIB, porque nós recebemos muito pouco do Fundo de Participação dos Estados, muito pouco; é a menor participação **per capita** do País. Como é constituído o FPE? O FPE é constituído inversamente – tem uma lógica – inversamente proporcional ao PIB. Na hora de calcular o PIB do Rio de Janeiro, calcula-se o PIB com o petróleo, mas não arrecadamos ICMS sobre esse petróleo.

Esse foi o debate que houve aqui na Constituinte. Sobre o petróleo e energia, não se cobra ICMS na origem, cobra-se no destino. Se se cobrasse ICMS na

origem, receberíamos, só o Rio de Janeiro, por ano, 8,5 bilhões a mais.

Já li, nesta tribuna, um voto do Ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal, resgatando todo esse debate e dizendo como nasceu a discussão sobre os **royalties**, a partir desse ponto da discussão do ICMS na origem ou ICMS no destino.

Presidente, quero aqui apresentar os números para mostrar que o conjunto da arrecadação no Rio de Janeiro, ao contrário do que falam alguns, colocando tudo, Fundo de Participação do Estado, ICMS, **royalties** do petróleo, é um dos menores do País. Vou apresentar os números e entregá-los a V. Ex^a.

A receita corrente do Rio de Janeiro comparada ao seu PIB é 10,8%, ficando atrás de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco. É a terceira.

Em relação à arrecadação **per capita**, também a nossa não é alta, está dentro de uma média nacional. O Rio de Janeiro fica com R\$ 2.328,00 **per capita**, enquanto a média nacional é de R\$ 2.236,00.

Sr. Presidente Paulo Paim, já falei aqui, em vários momentos, sobre esses dados, porém quero trazer outro dado que, para nós, é muito impactante. Temos aqui uma tabela que mostra o **ranking** da razão federativa. O que é isso? É tudo o que é arrecadado do Estado e tudo que volta para o Estado e seus Municípios.

Então, temos aqui todos os Estados do País. Pois bem, o Rio de Janeiro é a pior razão federativa do Brasil. A União arrecada no Rio de Janeiro mais de 115 bilhões, 115.518 bilhões. Sabe quanto desses 115 bilhões devolve? Estou incluindo **royalties**, estamos colocando **royalties** nessa cesta. Devolve 14.465 bilhões. Então, arrecada 115 e, na verdade, devolve menos de 15 bilhões. Estou falando em tudo, todas as transferências para o Estado do Rio do Janeiro, incluindo seus Municípios.

Então, faço questão de colocar esses números para dizer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores: o Rio não está nadando em dinheiro; o Rio está num caminho novo e nós agradecemos muito o que foi feito pelo Presidente Lula, em parceria com o Governador Sérgio Cabral, um momento de pacificação. E é uma luta, porque temos que contratar mais policiais, temos que melhorar os salários dos policiais, dos bombeiros e dos professores. Vamos ter Copa do Mundo, vamos ter Olimpíadas. É esse apelo que fazemos. Estamos com todos os números para o debate nesta Casa e é para isso que gostaria de chamar a atenção dos senhores.

Veja bem, não é correto, no momento em que há uma centralização excessiva de recursos na mão da

União, ficarmos aqui Estados contra Estados, produtores, não produtores, numa briga que não vai levar a lugar algum, a não ser ao desentendimento federativo.

Lamento e gostaria de saber qual a verdadeira posição do Governo Federal, porque a Presidenta Dilma havia dito que era preciso haver um encontro aqui no Congresso Nacional entre Estados não produtores e Estados produtores. Estávamos negociando bem. Só que surgiram propostas apresentadas por alguns Ministros que precisamos saber claramente se são as propostas do Governo, as propostas da Presidenta Dilma. Sinceramente, não acredito.

A Presidenta Dilma participou de um acordo com o Presidente Lula, com o Governador Sérgio Cabral, enquanto ela era Ministra, e esse acordo falava na modificação de critérios em relação ao pré-sal. É importante que se diga que houve uma grande alteração desses critérios em relação ao que existia no passado, mas fez um acordo em não mexer nesse montante do que já estava licitado.

Pois bem, alguns Ministros têm dado declarações, eu mesmo participei de várias reuniões comandadas pelo Ministro Mantega, com o Ministro Lobão, com a Ministra Ideli. De início, apresentaram uma proposta, que reduzia, já agora, para os Estados não produtores, já agora no que está licitado, apresentaram uma proposta, depois o Ministro Lobão apresenta outra proposta, liga para o Governador Sérgio Cabral, fala em reduzir participação especial. Pois bem, nós queremos saber qual a proposta do Governo, se o Governo tem de fato uma proposta. Queríamos que as nossas propostas fossem levadas em consideração também.

Devo dizer que a primeira proposta do Governo é uma proposta que em quase nada mexe da União. Trago aqui um dado: na primeira proposta do Governo, eles dizem que a União perderia R\$1,3 bilhão. Sabe o que significa em relação a tudo que é arrecadado do Governo Federal? Zero vírgula quinze por cento (0,15%). Quase nada.

A proposta que o Governo apresentou mexe em Estados e Municípios, no caso, produtores, de forma muito efetiva. Estamos falando aqui em 5,2% de tudo o que é arrecadado pelos Estados produtores.

Agora, a participação do Governo Federal é muito pequena, 0,15%, Senador Pedro Simon. Eu sei que V. Ex^a teve uma atuação destacada no período anterior nessa discussão sobre **royalties**, mas o que nós queremos aqui é colocar no centro da discussão essa centralização excessiva por parte da União.

Queremos, ao invés dessa briga de Estados contra Estados, discutir uma forma em que a União ou a Petrobras... E as nossas foram propostas muito concretas. Nós apresentamos duas propostas ao Governo Federal que nós esperamos agora, quando a Presidenta Dilma chegou ao País, que ela leve essas propostas em consideração.

Uma primeira proposta falava da participação paga pelas petroleiras no Brasil. Na verdade, a média de participação governamental no Brasil é muito inferior à média internacional. Hoje, a média, no Brasil, é 60%. A média mundial é de cerca de 84%. E houve um fato. Quando foi instituído o decreto em 98, o barril de petróleo custava US\$15 dólares. Depois de 2002, houve uma subida no mundo inteiro. O que houve, o que os países fizeram? A Inglaterra aumentou de 30% para 60% sua participação governamental. Vários países do mundo aumentaram. A Rússia aumentou, a Venezuela aumentou, e nós – trago aqui e já apresentei também a esta Casa um estudo do Fundo Monetário Internacional – temos uma tributação muito pouco progressiva na medida em que aumenta o valor do preço do petróleo.

Então, queremos que o Governo leve em consideração a nossa proposta: aumentar a participação especial das empresas petroleiras.

E uma segunda proposta que apresentei nesta Casa na semana passada. É uma proposta que também fala sobre o imposto de exportação sobre o petróleo. No ano de 2010, exportamos US\$22,9 bilhões. Isso aqui podia trazer um incremento na arrecadação de R\$5,9 a 7,8 bilhões.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, esses números que falei aqui eu já tinha apresentado em outro momento. Não tinha apresentado o **ranking** dessa razão federativa, com esses números que, para mim, são números gritantes. Estado do Rio de Janeiro: a União arrecada 115 bilhões, devolve menos de 15 bilhões.

Mas, vamos à política. O Senador Wellington Dias e o Senador Walter Pinheiro deram declarações na sexta-feira que iam tentar colocar esse projeto em votação no plenário desta Casa na próxima quarta-feira, agora nessa quarta-feira. Eu peço aos Senadores que retomem as discussões. Não é hora de votarmos açodadamente dessa forma.

A proposta inicial do Governo Federal era uma – eu falava – que mexia só na alíquota dos **royalties**. Depois, o Ministro Lobão, além disso, liga para o Governador Sérgio Cabral propondo a retirada de 4% das participações especiais. E, agora, parece que essa proposta evolui nas mãos de alguns Senadores para,

em vez de 4% da participação especial, aumentar para 10% a retirada da participação especial dos Estados produtores e da União.

Devo dizer que acho isso um absurdo. O Estado do Rio de Janeiro vai parar, o Estado do Rio de Janeiro não tem como aceitar essa proposta. Não tem como aceitar essa proposta e, felizmente, a gente entende que essas propostas não vão ao voto nessa semana por outros motivos. Temos quatro medidas provisórias trancando essa pauta.

Em que bom momento vieram essas medidas provisórias, porque vão dar tempo de esclarecermos as propostas. Qual é a posição do Governo? Volto a dizer: precisamos que a Presidenta Dilma dê uma posição oficial do Governo. Na minha avaliação, houve trapalhadas de Ministros da Dilma, houve gente colocando números, falando e assumindo posições que não são posições da Presidenta Dilma. “É proposta do Ministro Lobão, é proposta da Presidenta Dilma”.

Quando o Ministro Lobão ligou para o Governador Sérgio Cabral falando em reduzir 4% da participação especial era a posição oficial do Governo ou era uma posição do Ministro Lobão? Porque a Presidenta Dilma tinha dito “os Senadores e os Deputados têm que se entender”, mas o Governo entrou no jogo com posições claras e firmes. E quando falei, em uma reunião com o Ministro Lobão presente, que achava alguns procedimentos irresponsáveis é porque, de fato, sabíamos, desde já, que abrir o debate daquela forma significaria abrir uma discussão de números que retirava o que estava licitado, mas que poderia significar o esmagamento das nossas posições na Câmara dos Deputados.

Podiam passar um rolo compressor. E tenho dito uma coisa nesta Casa que quero voltar a dizer: o debate sobre o equilíbrio federativo não pode se dar apenas na lógica de maioria ou minoria.

Então, Srs. Senadores, encerro meu pronunciamento trazendo essas preocupações, pedindo calma, discussão entre os Estados.

Nós concordamos com a primeira tese: os Estados não produtores devem receber desde já. Concordamos com essa primeira tese. A discussão que queremos fazer com os outros Estados desta Federação é como construir a melhor saída, e eu creio que passa por uma participação maior da Petrobras, que tem seu lucro aumentado ano a ano neste País. Eu já apresentei também aqui os números, mas posso, novamente, falar em relação aos números da Petrobras ou em relação à União. Nós temos de construir um debate que passe pelo entendimento federativo nesta Casa.

Essas medidas provisórias vão impedir que essa questão seja votada no plenário desta Casa, nesta semana. Acho que isso pode dar tempo para termos clareza das posições sobre o que pensa o Governo, sobre o que pensam os Estados não produtores. Eu espero que a gente consiga, ao final de tudo isso, chegar a um bom acordo.

Eu citei, Senador Pedro Simon – mas depois passo para V. Ex^a, porque sei como V. Ex^a é um importante formador de opinião nesta Casa –, os números também sobre a arrecadação no Estado do Rio de Janeiro. Eu já havia falado com V. Ex^a. Quando junta Fundo de Participação dos Estados, ICMS, que é na origem, a gente tem a menor média de ICMS/PIB do País. A nossa é 5,4; a média nacional é 7,4. Então, não estamos nadando em dinheiro.

Eu queria trazer este debate para os senhores. Concedo – está descendo o Senador Pedro Simon – um aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Eu acho imensamente positivo e felicito V. Ex^a pela garra, pela luta que V. Ex^a vem tendo. Com toda sinceridade, acho que, se eu estivesse no lugar de V. Ex^a, estaria fazendo a mesma coisa. Agora, repare no seguinte: quando esse projeto nasceu na Câmara, a chamada Emenda Ibsen tirava a verba do Rio e do Espírito Santo e distribuía entre todos os Estados do Brasil. Foi aprovada lá. Quando veio para cá, o próprio Deputado Ibsen Pinheiro – eu quero fazer justiça, ele foi o autor da emenda que eu apresentei disse: “Isso não pode se feito dessa maneira. Nós não podemos tirar do Rio e São Paulo. Aprovamos lá, porque era maneira de aprovar. Vocês têm de retificar aqui.” E a emenda que eu apresentei e que me foi entregue pelo Deputado Ibsen fazia o seguinte: mantinha a retirada de vocês e dava para todos os Estados e...

(Interrupção do som.)

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – ...A União compensará os Estados atualmente produtores por tudo o que receberem. Tanto que, na hora da votação – pergunte ao seu colega Senador Dornelles –, o Senador Dornelles concordou com a minha emenda. Ele só me fez uma proposta que, se dependesse dele e de mim, teria sido aprovada. Ele disse: “Então, vamos inverter. Rio e Espírito Santo ficam com o que estão ganhando hoje e a União é que vai dar para vocês.” Claro que ele estava com a desconfiança de que a União não iria pagar e ele queria ficar com o que já era garantido. Eu disse: não tem nenhum pro-

blema, eu concordo. Mas a Mesa não deixou, porque já estava em votação. Eu falei que havia um acordo, um entendimento. O Senador Dornelles solicitou um aparte a mim, que estava na tribuna, e eu disse que concordava. Nós, hoje, pedimos à Presidência que nos autorizasse fazer a inversão. Mas repare V. Ex^a que não é por nada que o projeto foi aprovado por unanimidade aqui. Ele foi aprovado por unanimidade, aqui e na Câmara, porque tinha esse dispositivo. É claro que a gente tem uma desconfiança danada do Governo Federal, quer dizer, o Governo Federal jogou para deixar como está. Não é que o Governo Federal tinha muito mais interesse pelo Rio do que pelos outros Estados. O Governo Federal, quando viu um projeto em que ele tinha que colocar mão no dinheiro, vetou e pronto. Na minha opinião, o veto não foi bom para ninguém. Se derrubarmos o veto aqui – temos que analisar esse aspecto –, não quer dizer que o Rio vai ficar sem. Se nós derrubarmos o veto, o Governo Federal tem que compensar o Rio por aquilo que ele está recebendo. Essa é a questão. Se partíssemos para o debate em cima dessa tese, era mais fácil do que partir para o debate em cima de uma tese em que só estão discutindo a emenda Ibsen na Câmara – tiraram do Rio, é uma barbaridade – e estão esquecendo da outra parte que é a emenda do Senado. Mas a União tem que compensar o Rio pelo que vai perder. Eu acho que, neste debate que estamos travando, deveríamos partir daí. Claro que a União não quer partir daí. A União não quer abrir, o problema é que ela não quer entrar com dinheiro. Por isso, quando a União diz que tem medo de cair o voto, não é pelo Rio de Janeiro, não. Ela tem medo que o voto caia porque é no bolso dela que vai estourar. Ela é que vai ter que dar o dinheiro para o Rio e São Paulo. Essa é a questão. Então, eu acho que há muito menos disputa no que foi aprovado aqui entre o Rio e outros estados do que entre todos os estados e o Governo Federal. Por isso que nós dissemos que essa emenda, da maneira como votamos aqui, de certa forma foi o primeiro passo para uma reforma tributária para valer. Por que é o primeiro passo para uma reforma tributária para valer? Porque tira da União e dá para todo mundo, dá para todos os estados, todos os estados são compensados, e não mexe no Rio. Você tem razão de estar desconfiado, porque nós votamos uma lei e terminamos com os impostos sobre exportação. A exportação não paga imposto, e a União compensa. Até hoje, a União não deu bola. A União não cumpriu, e isso é verdade. Como é o nome da lei? Eu até votei contra ela. (Pausa.) Mas aqui é

diferente. Aqui a União é obrigada. Eu entendo que a União está brigando, porque a União quer que nós nos ralemos. Fique contigo ou fique conosco, mas ela não quer entrar com a parte dela. Isso é o que ela não quer. Agora, com o que nós votamos, eu volto a repetir, o Rio não perde nada. E eu acho que, se nós nos sentássemos à mesa, os estados, em torno disso e, de certa forma, até tirar... Agora, nós estamos mendigando com a União! "Não, tem de dar mais tanto a União!" E eu não dou. "Tem de dar mais tanto à União." O Ministro da Fazenda não tem nada a ver com isso! Ora, nós é que estamos decidindo! Quem vai decidir somos nós! Agora, nós estamos dizendo: "Quanto é que o senhor dá, Sr. Ministro da Fazenda?" "Ah, eu dou não sei o que". Não tem... Se nós tivermos condições de votar, nós vamos votar. O Congresso vai votar. Acho que tinha de ser por aí.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) –

Senador Pedro Simon, sabe que essas bases de que V. Ex^a fala, do debate entre os estados não produtores e os estados produtores na construção de uma saída, acho que é o caminho que nós temos de resgatar.

No nosso início, nós ficamos contra tudo aquilo porque não era só pelo passado; pelo passado, tudo bem, existia uma compensação pela União – acho que o caminho seria esse. Mas é que as regras do Fundo de Participação dos Estados em relação à divisão do petróleo do futuro, mesmo da concessão, é que nós não achamos justo. Por quê?

Quais são as regras do FPE hoje? Oitenta e cinco por cento dos recursos são para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Acho fundamental para equilibrar as desigualdades regionais. Mas, além disso, tem esse detalhe que eu expliquei a V. Ex^a. Sabe que o FPE, além de 85% irem para o Norte, Nordeste e Centro-oeste, é inversamente proporcional ao PIB?

Veja bem, o Rio de Janeiro é o segundo maior PIB – não é a segunda maior arrecadação, perde de Minas; mas é o segundo maior PIB, ou seja, recebe um FPE muito pequeno. O FPE **per capita** do Rio é R\$39,00. A média nacional, R\$400,00 ou R\$500,00. Há Estados que recebem R\$2 mil. Amapá, Acre, mais de R\$2 mil. Pois bem, calculamos o nosso FPE pelo Produto Interno Bruto, não recebemos ICMS desse PIB na origem. Então, você veja que iria haver uma distorção: um Estado como o Rio de Janeiro, que é produtor de petróleo, confrontante com o petróleo, o que fosse produzido, pelo projeto, o que fosse produzido daqui para a frente, o Estado do Rio de Janeiro iria ser o que menos receberia, porque tem um FPE

baixo. Então, temos essa discordância em relação aos pontos do futuro.

Mas essas bases que V. Ex^a colocou...

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Essa discordância sendo discutida entre nós é uma coisa. Agora, com o Ministro da Fazenda, ele não está pensando nisso que V. Ex^a está pensando. Ele está pensando em não botar nada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro!

Senador Pedro Simon, quero dizer uma coisa. Estávamos em um entendimento federativo avançado. Estávamos sentando à mesa. A Comissão de Assuntos Econômicos era palco de uma discussão envolvendo governadores. Tenho que dizer aqui – e espero que a Presidenta saiba disso – que o Governo entrou, através dos seus Ministros de Minas e Energia, da Fazenda, e a Ministra Ideli – e falo sem medo de errar – entrou estimulando uma competição federativa, uma brigazinha federativa. Entrou dessa forma. E entrou dizendo o seguinte: "Ah, eu estou abrindo mão de muito!" O que ela está abrindo mão, volto a dizer, na proposta inicial, significa 0,15% de tudo o que é arrecadado! Não é uma proposta razoável! Apresentaram a primeira proposta – e, por isso, precisamos conversar com a Presidenta Dilma. Depois, o Ministro Lobão apresenta outra. Liga para o Governador querendo reduzir mais.

Qual é a posição do Governo? Precisamos saber. A Presidenta diz que queria esse entendimento aqui.

Então, nessas bases que V. Ex^a tratou, Senador Pedro Simon, queria chamar esta Casa a este debate. Nós, do Rio de Janeiro, é claro, temos nossas preocupações. Sou paraibano, Senador Pedro Simon. Sou um paraibano que fui acolhido no Rio de Janeiro com 30% do Rio de Janeiro. Essa guerra federativa não existe no povo brasileiro. Não existe um debate no seio, na vida do povo brasileiro de Estado contra Estado. Não existe! Não existe clima contra o Rio, nem contra o Nordeste. Muito pelo contrário!

Então, cabe a nós aqui fazermos um debate maduro e chamar a União à responsabilidade – a União ou a Petrobras.

E eu queria que as nossas propostas, as duas propostas que falam no montante, que é o montante defendido pelos estados não produtores, algo em torno de 7 bilhões, tanto no aumento da participação especial paga pelas petroleiras, ou com esse imposto sobre o petróleo exportado...

Nós poderíamos resolver esses problemas sem entrar nessa batalha aqui, porque eu acabo, Senador

Paulo Paim, Senador Pedro Simon, falando que o STF disse que é preciso refazermos a legislação do Fundo de Participação dos Estados, porque as alíquotas ali são de 1989 ainda. Esse é outro ponto que temos de discutir no meio desse debate.

Então, se não existir muita maturidade, a gente acaba, Senador Cyro Miranda, entrando em um debate que não beneficia a nossa Federação.

Eu queria agradecer aos senhores. Muito obrigado, Senador Pedro Simon, pelos apartes. Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pela tolerância em relação ao tempo.

Durante o discurso do Sr. Lindbergh Farias, a Sra. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Lindbergh, pelo debate que traz à tribuna de que precisamos, no campo da razoabilidade e do entendimento, construir saídas para o pré-sal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência lembra às Sr^{as} e Srs. Senadores que que o tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será destinado a comemorar os 33 anos da fundação da Comunidade Canção Nova, nos termos dos **Requerimentos nºs 901 e 1.008, de 2011**, do Senador Antonio Carlos Valadares e outros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2009** (nº 3.338/2008, na Casa de origem, do Deputado Felipe Bornier), que altera a *Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a jornada de trabalho dos psicólogos*.

Tendo sido aprovado, terminativamente, na forma do substitutivo, pela Comissão de Assuntos Sociais, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2011**, do Senador Lindbergh Farias, que altera a *Lei nº 10.257, de 2001 –Estatuto das Cidades, para dispor sobre a obrigatoriedade de elaboração de Pla-*

no Diretor dos Municípios com áreas de risco situadas em seu território e dá outras providências.

Tendo sido aprovado, terminativamente, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2011**, do Senador Rodrigo Rollemberg, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para determinar que a elaboração do plano diretor seja orientada por carta geotécnica.

A Presidência informa ao Plenário que foi feita adequação no texto do projeto aprovado terminativamente pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com vista a incluir o art. 2º do projeto, no texto da Lei nº 10.257, de 2001, a que visa alterar, em observância ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998.

É o seguinte o texto:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2011

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, para determinar que a elaboração do plano diretor seja orientada por carta geotécnica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º art. 42 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte parágrafo único:

“Art. 42.
.....

Parágrafo único. A elaboração do plano diretor será orientada por carta geotécnica que determine, com base em critérios técnicos de segurança geológica, as áreas passíveis de ocupação urbana”. (NR)

Art. 2º A Lei nº 10.257, de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 50-A:

“Art. 50-A. Os municípios cujos planos diretores tenham sido elaborados em desacordo com o disposto no parágrafo único do art. 42 deverão promover as necessárias adaptações no prazo máximo de 2 (dois) anos, contado da vigência do referido parágrafo.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tendo sido aprovado, terminativamente, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Srs. Senadores Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo de autoria do Coordenador do Comitê Técnico do Fórum Nacional das Entidades Representativas do Ensino Superior Privado Maurício Garcia, intitulado “Avaliação do ensino superior, triste realidade”, publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo** de 21 de setembro de 2011.

Segundo o autor, o que ocorre no Brasil é um paradoxo educacional, em que os alunos das famílias mais ricas, que estudaram em escolas particulares, entram nas instituições públicas, enquanto os oriundos das camadas mais pobres, que estudam em escolas públicas, vão para as instituições particulares, já que não conseguem vencer a disputa do vestibular. Os primeiros estudam de graça, enquanto os segundos têm de pagar a sua mensalidade.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CYRO MIRANDA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Avaliação do ensino superior, triste realidade

**DIÁRIO
GARCIA**

Conforme noticiado pelo Estado (13/9), os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) mostraram que as escolas públicas de ensino médio, mais uma vez, ficaram no fim da fila. Diante dos maus resultados, o ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou: "Às vezes, condições socioeconómicas explicam mais o resultado da escola que o trabalho do professor". A afirmação encontra respaldo nos pesquisadores em educação, que destacam a importância que tem um ambiente familiar mais escolarizado no desenvolvimento educacional dos jovens.

Com isso, ocorre no Brasil um grave paradoxo educacional, em que os alunos das famílias mais ricas, que estudaram em escolas particulares, entram nas instituições públicas, enquanto os oriundos das camadas mais pobres, que estudaram em escolas públicas, vão para as instituições particulares, já que não conseguem vencer a disputa do vestibular. Além disso, os primeiros estudam de graça, enquanto os segundos têm de pagar a sua mensalidade. O sistema não poderia ser mais cruel.

Dessa forma, é totalmente esperado que esse impacto socioeconómico ocorra também na educação superior, ou seja, é natural que as universidades públicas, por receberem alunos com melhor formação, tenham desempenho melhor que as instituições privadas, que recebem os menos afortunados, ainda que existam algumas poucas faculdades e universidades particulares de elite.

E a diferença não está apenas na bagagem intelectual do aluno. De acordo com os dados do Inep/Ministério da Educação (MEC), 72% dos alunos da rede privada de educação superior estudam à noite, enquanto 62% da rede pública estudam de dia. Não há como esperar o mesmo desempenho acadêmico de pessoas que passam o dia todo trabalhando duro e precisam estender sua jornada até tarde para estudar, comparando com os que não trabalham e apenas estudam.

Mas, ainda assim, quando se trata de avaliar a educação superior, o MEC não se vale da mesma explicação. As instituições mal avaliadas são punidas pelo governo com redução de vagas, fechamento de cursos e limitações na sua expansão. Ou seja, no ensino médio, as instituições (públicas) mal avaliadas são apoiadas para superar suas dificuldades, mas na educação superior as instituições (particu-

res) mal avaliadas são punidas e não recebem nenhum apoio.

Exemplo dessa incoerência está na recente divulgação pelo BNDES das novas normas do BNDES, definindo que só podem ter acesso ao financiamento as instituições bem avaliadas. Não podem contar com o banco, assim, justamente as que mais precisam de apoio para fortalecer seus laboratórios e bibliotecas, mesmo considerando que não é dinheiro dado, é emprestado. O curioso é que para os demais segmentos da economia o BNDES não vincula o financiamento à posição que as empresas ocupam em rankings, basicamente considera a capacidade de a empresa honrar o pagamento da dívida.

Outro ponto a ser destacado é que o ranking divulgado pelo MEC não poderia sobrepor-se às visitas *in loco* das comissões de

Regras têm de valer de forma igual tanto para as instituições privadas como para as públicas

avaliadores, processo que ocorre com regularidade em todo o Brasil. Quando o MEC criou esse ranking (baseado em índices conhecidos como CPC e IGC), era para ser somente uma ferramenta de triagem, pois, como existem mais de 25 mil cursos superiores no Brasil, não daria para visitar todos. Seriam, então, visitados somente os mal avaliados.

Todavia, de um tempo para cá, o que era para ser preliminar se tornou definitivo e o MEC não aguarda mais os resultados das visitas *in loco*, impondo antecipadamente diversos tipos de limitações e punições, com base apenas no resultado do ranking. O MEC alega que se trata de uma "ação cautelar", mas o punido não tem direito a defesa nem recurso na esfera administrativa. Não há sequer uma advertência prévia, com tempo para a instituição sanar suas limitações. Resta-lhe somente a longa estrada judicial.

Além disso, os critérios de avaliação do ranking do CPC/IGC são mais rigorosos do que o exigido pelas diversas leis aprovadas no Congresso Nacional. Por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei n.º 9.394/96) define que as universidades devem ter um terço do corpo docente com título de mestre ou doutor. Mas há inúmeros casos de cursos que cumprem tal proporção, mas ficam com nota insuficiente nesse requisito no ranking. Ou seja, várias instituições que estão 100% dentro da conformidade legal passaram a ser punidas pelo MEC, que passou a legislar por meio de resoluções, portarias e normas técnicas, o mesmo expediente adotado pelo governo federal via medidas provisórias, tão criticadas pelos de-

fensores da separação dos papéis do Executivo e do Parlamento.

Não existe nada errado em se restringir as instituições que não têm seriedade nos seus compromissos educacionais. Ninguém pode ser contra isso. Mas a regra precisa ter respaldo nas leis do Parlamento e tem de valer de forma igual para qualquer tipo de instituição, seja ela pública ou privada. Nenhuma instituição pública de educação superior mal avaliada teve redução de vagas ou qualquer outra limitação. Segundo o MEC, elas têm "rito próprio". Todas as restrições, sanções e punições mencionadas se aplicam exclusivamente ao setor privado.

Para o setor privado criar uma universidade são necessários mais de 15 anos de investimentos e o cumprimento de uma série de normas. Para o setor público basta uma carta da Presidência.

Queixas como essa facilmente são interpretadas como tentativas das instituições particulares de se furtarem a seus compromissos com a qualidade, o que não é verdade. O desejo é mostrar que por trás do discurso fácil da busca pela qualidade e de chavões como "educação não é mercadoria" muitas vezes se escondem posições anárquicas, que nunca se conformaram em ver a iniciativa privada ter a presença de destaque que tem hoje na educação superior brasileira.

**

**COORDENADOR DO COMITÉ
TÉCNICO DO FÓRUM NACIONAL
DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS
DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO**

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo intitulado “Bicicletas que não levam a lugar algum”, publicado pelo jornal **O Globo**, de 20 de setembro de 2011.

O artigo descreve que o Ministério da Educação e o governo do Distrito Federal, anunciou com toda pompa, a entrega das primeiras 300 bicicletas para alunos do ensino público, do programa Caminho da Escola, mas não passou de propaganda enganosa. Os estudantes de Riacho Fundo, região administrativa de Brasília, subiram nas bicicletas apenas no dia da

festa com a presença do ministro Fernando Haddad e do governador Agnelo de Queiroz e depois elas foram recolhidas ao galpão com a alegação de que a distribuição não era imediata.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Bicicletas que não levam a lugar algum

Haddad e Agnelo distribuíram 300 para alunos, mas elas logo foram recolhidas a um galpão

• BRASÍLIA. Anunciada com pompa pelo Ministério da Educação e pelo governo do Distrito Federal, a entrega das primeiras 300 bicicletas para alunos do ensino público, no programa Caminho da Escola, ficou só na propaganda. Os estudantes de Riacho Fundo, região administrativa de Brasília, subiram nas bicicletas apenas no dia da festa, em 26 de agosto, com a presença do ministro Fernando Haddad e do governador Agnelo Queiroz. Depois disso, as bicicletas foram recolhidas ao galpão e, agora, o governo local sustenta que a distribuição não era imediata.

O caso foi revelado ontem pelo “DFTV”, da Rede Globo, após denúncia dos próprios estudantes do Centro de Ensino Médio 111, em Riacho Fundo. Os alunos sem bicicleta, diz a Secretaria de Educação, precisam fazer curso de direção defensiva e de primeiros socorros. Exigência deixada de lado no dia da festa. Afinal, de acordo com a assessoria da Secretaria de Educação do DF, “eles só deram uma voltinha, de uns 200 metros”.

“Talvez tenha sido um erro fazer o bicicletaço. Mas os alunos foram avisados que a entrega não era imediata”, informou a assessoria da Secretaria de Educação.

O MEC informa que não é responsável pela distribuição das bicicletas, compradas pelo governo do Distrito Federal (GDF). Por isso, a assessoria do MEC afirmou que não pode comentar o retorno do material para o galpão. Ao todo, o GDF comprou 3.000 bicicletas junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

No site do MEC e na propaganda do GDF, as bicicletas já foram entregues. A divulgação do MEC é clara: “As primeiras 300 bicicletas distribuídas pelo Ministério da Educação a alunos da rede pública foram entregues nesta sexta-feira, 26, pelo ministro Fernando Haddad e pelo governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, em solenidade realizada no Recanto das Emas, região administrativa de Brasília”.

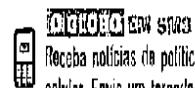
— Esse veículo, cada vez mais comum nas grandes cidades, dialoga com o combate à obesidade e à hipertensão, o transporte não poluente contribui com a solução de muitos problemas ajuda a repensar a cidade — afirmou Haddad no dia do ato de entrega.

Ontem, a Secretaria de Educação do DF afirmou que 300 alunos começaram na segunda-feira da próxima semana a avalia-

ção médica para, finalmente, pedalar até a escola. Só não informa quando. Explica que os pais também devem assinar um termo de recebimento dos veículos, antes que os alunos sejam beneficiados.

“Todos os alunos estavam devidamente informados de que só receberiam as bicicletas após passarem por curso de formação, avaliação médica e, por fim, assinarem o termo de recebimento dos veículos”, afirma a nota da Secretaria de Educação.

O MEC anunciou que, em todo Brasil, 30 mil estudantes de 81 municípios receberão bicicletas e capacetes. Até o fim do ano letivo, a Educação prometeu que “300 municípios serão atendidos com 100 mil bicicletas”. Nos municípios com até 20 mil habitantes, o MEC deve doar as bicicletas, desde que as prefeituras estejam cadastradas no Plano de Ações Articuladas (PAA). A seleção dos beneficiados ficará sob responsabilidade do FNDE, com base na demanda e no orçamento disponível.



Receba notícias da política direto no seu celular. Envie um torpedo com o texto OGLPOL para 50020 R\$ 0,10 por mensagem (mais impostos). Até 3 notícias por dia.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do professor Rogério Furquim Werneck, intitulado: "O grande momento de FH", publicado pelo jornal **O Globo**, em sua edição de 24 de junho de 2011.

A matéria destaca que exibindo invejável vitalidade física e intelectual, Fernando Henrique Cardoso chega aos 80 anos festejado Brasil afora, até mesmo pelos seus adversários, pelo muito que fez pelo país. Acima das mesquinharias partidárias, seus méritos vêm sendo, afinal, amplamente reconhecidos. Já não se contesta a enorme importância que seus dois mandatos tiveram na consolidação da estabilização, na modernização da economia e na criação de condições propícias para um projeto mais ambicioso de crescimento e desenvolvimento social no país.

O grande momento de FH

ROGÉRIO FURQUIM WERNECK

Exibindo invejável vitalidade física e intelectual, Fernando Henrique Cardoso chega aos 80 anos festejado Brasil afora, até mesmo por seus mais aguerridos adversários, pelo muito que fez pelo país. Acima das mesquinharias partidárias, seus méritos vêm sendo, afinal, amplamente reconhecidos. Já não se contesta a enorme importância que seus dois mandatos tiveram na consolidação da estabilização, na modernização da economia e na criação de condições propícias para um projeto mais ambicioso de crescimento e desenvolvimento social no país.

Nos oito anos em que ocupou o Palácio do Planalto, FH enfrentou longa sequência de grandes desafios. E não faltam bons exemplos de situações com que se defrontou entre 1995 e 2002, em que seus muitos talentos lhe foram de grande valia. Mas o melhor momento da admirável carreira política de FH se deu, na verdade, antes de ter sido eleito presidente. Foi como ministro da Fazenda do problemático governo Itamar Franco, em circunstâncias extremamente adversas, que FH mostrou a verdadeira extensão do variado leque de talentos que, com o sucesso do Plano Real, o conduziria à Presidência.

Defrontando-se com um quadro econômico delicado, com incertezas exacerbadas pelo impeachment de Collor, Itamar Franco deu-se ao luxo de nomear nada menos que quatro

ministros da Fazenda diferentes nos seus sete primeiros meses de governo. Sua última escolha, em maio de 1993, recaiu sobre FH.

A taxa de inflação voltara a superar 30% ao mês e, mais uma vez, o Planalto se via pressionado a agir. Mas havia grande ceticismo sobre as reais possibilidades do governo Itamar Franco. Seu desempenho inicial havia sido deplorável. Faltavam-lhe apenas 19 meses de mandato e em menos de um ano o Congresso estaria totalmente mobilizado com as eleições de outubro de 1994. Parecia

pouco provável que tivesse condições, tempo e espaço de manobra para conceber e implementar uma política econômica de mais fôlego.

A montagem de uma equipe econômica competente havia se tornado tarefa quase impossível. O tempo médio de permanência no cargo dos três primeiros ministros da Fazenda de Itamar Franco havia sido

de 75 dias. Não é surpreendente que, nessas circunstâncias, tivesse ficado muito difícil encontrar nomes respeitáveis que se dispusessem a integrar a equipe econômica do governo. É notável, portanto, que, não obstante todo o desalento quanto às possibilidades do governo Itamar Franco, FH tenha conseguido quebrar esse círculo vicioso e montar uma equipe econômica de alto nível. Contribuíram para o êxito com que enfrentou esse primeiro desafio a estatura política do novo ministro, sua ascendência sobre o grupo de economistas que allí compõe o núcleo de sua

equipe econômica e a percepção de que FH teria melhores condições que seus antecessores de estabelecer uma relação mais estável com o Planalto.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

equipe econômica e a percepção de que FH teria melhores condições que seus antecessores de estabelecer uma relação mais estável com o Planalto.

O grupo levaria meses para desenvolver um plano completo e bem acabado. FH logo percebeu a importância de assegurar condições de trabalho adequadas, que facilitassem esse desenvolvimento. Evitou interferências indevidas nas discussões técnicas e aceitou que prevalecessem regras não hierárquicas, que conferissem mais legitimidade à depuração do livre fluxo de ideias no âmbito do grupo.

Mas, para conseguir que o Plano Real fosse lançado com sucesso, FH teria de mostrar seus talentos como negociador e sua capacidade de liderança e persuasão em várias outras esferas, bem além dos limites estreitos de sua relação com a equipe econômica: dentro do governo Itamar Franco, no seu próprio partido, na busca de apoio no Congresso e, sobretudo, no esforço de convencer a opinião pública de que o novo plano seria completamente diferente dos anteriores e teria boa chance de ser bem-sucedido.

Ter enfrentado com sucesso, em tão pouco tempo, todos esses desafios e assegurado condições adequadas para levar adiante uma operação da complexidade do Plano Real, foi, sem dúvida, o melhor momento de Fernando Henrique Cardoso, por mais notável que tenha sido seu desempenho posterior como presidente da República.

ROGÉRIO FURQUIM WERNECK é professor de economia da PUC-Rio.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, ao prestar esta homenagem ao Dia do Administrador, o Senado Federal faz justiça a uma das profissões mais estratégicas na sociedade contemporânea – e digo isso, Senhor Presidente, sem medo de cometer nenhum exagero.

O que faz, afinal, o administrador, senão lidar com a complexidade? Traduzindo em seus termos mais gerais, em seus aspectos mais amplos, o administrador é exatamente isto: um profissional da complexidade. E não se pode exagerar, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, a utilidade e a necessidade, em um mundo multifacetado como é o nosso, de um profissional que tenha a função precípua, justamente, de lidar com toda essa complexidade.

Nesse contexto de complexidade crescente, o administrador funciona como um articulador e como um intérprete. Cabe a ele garantir a articulação entre os diversos âmbitos e domínios atravessados e afetados pelas atividades e processos da organização em que atua: do domínio jurídico ao econômico, do social ao psicológico. Cabe a ele fazer a interlocução e a mediação entre todos esses domínios, de modo a garantir a organicidade que se espera, justamente, de uma organização.

Para isso, minhas senhoras, meus senhores, para lidar adequadamente com essa complexidade, o profissional da administração tem de reunir diversas qualidades. A uma formação plural e variada, deve juntar um discernimento apurado, flexibilidade e sensibilidade suficientes para mirar o melhor para a organização sem perder de vista o bem dos indivíduos que a compõem. Nesse sentido, Senhor Presidente, a atuação do administrador tem muita analogia – proximidade, mesmo – com a atividade própria do político.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, no nosso mundo cada vez mais complexo, o talento do administrador é necessário em quase todos os domínios, privados e públicos.

Esse talento é particularmente precioso quando, nesse cenário de complexidade, instala-se um momento de crise. O bom administrador é, justamente, aquele que é capaz de transformar a crise em oportunidade, que é capaz de continuar a ver o horizonte por trás das nuvens pesadas e carregadas da tempestade, sendo, assim, capaz de manter a organicidade do empreendimento que administra apesar das forças desagregadoras e destrutivas que toda crise implica.

Em um mundo em que a criatividade, a flexibilidade, a capacidade de rápida adaptação são ingredientes incontornáveis do sucesso de um empreendimento, a atuação do administrador se torna especialmente estratégica para a garantia não só da competitividade das organizações, mas também de sua estabilidade, estejam elas em que âmbito for, público ou privado.

Para concluir, Sr. Presidente, nesta comemoração pela passagem do Dia do Administrador, em que lembramos a regulamentação da profissão no País, quero aqui enviar minhas congratulações a todos os profissionais da administração brasileiros, ao mesmo tempo em que lhes deixo meus sinceros agradecimentos pelo excelente trabalho que sempre realizaram e pela inestimável contribuição que têm dado ao nosso desenvolvimento social e econômico.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se não houver mais nenhum Senador inscrito para fazer uso da palavra, vou encerrar a sessão, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 37, DE 2011

(Reforma Política)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular e dá outras providências.

Parecer sob nº 382, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2011

(Reforma Política)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses.

Parecer sob nº 633, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Re-

lator: Senador Renan Calheiros, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Pedro Taques, Inácio Arruda, Pedro Simon, Alvaro Dias e Waldemir Moka.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2011**
(Reforma Política)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que acrescenta o § 3º ao art. 45 da Constituição Federal para exigir que lei ou Emenda Constitucional que altere o sistema eleitoral seja aprovada em referendo para entrar em vigor.

Parecer favorável, sob nº 661, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, com votos contrários do Senadores Demóstenes Torres e Humberto Costa.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 63, DE 2011**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.

Parecer, sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 19 minutos.)



SENADO FEDERAL
Secretaria de Recursos Humanos - SERH
Gabinete do Diretor

BOLETIM ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO DE PESSOAL

Nº. 4811

Segunda-feira, 19 de setembro de 2011

ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

QUADRO DE PESSOAL E ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO PRESIDENTE N° 184, de 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 74 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, RESOLVE tornar públicas as informações referentes ao Quadro de Pessoal do Senado Federal, conforme tabelas consolidadas pela Secretaria de Recursos Humanos, bem como determinar que as referidas informações sejam mantidas atualizadas no Portal do Senado Federal.

[Clique aqui para visualizar os ANEXOS.](#)

Senado Federal, 15 de setembro de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Ato publicado no *DOU* nº 180, Seção 2, de 19/09/2011.
- Publicação extraída do Boletim original nº. 4811 de 19/09/2011

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS EFETIVOS DO SENADO FEDERAL
CARREIRAS DE ESPECIALIZAÇÃO EM ATIVIDADES LEGISLATIVAS
POSIÇÃO EM 31/8/2011

CATEGORIA	ÁREA	ESPECIALIDADE	TOTAL DE CARGOS 2011	CARGOS OCUPADOS		CARGOS VAGOS 2011	VARIAÇÃO OCUPADOS 2010/2011 (%)	VARIAÇÃO VAGOS 2010/2011 (%)	VARIAÇÃO PORCENTUAL
				TOTAL DE CARGOS OCUPADOS EM 2010	TOTAL DE CARGOS OCUPADOS EM 2011				
Consultor Legislativo (Nível III)	Consultoria e Assessoramento Legislativo	Assessoramento Legislativo	240	165	159	15	-3,6%	-44,1%	-
	Consultoria e Assessoramento em Orçamentos	Assessoramento em Orçamentos	45	39	38	0	-7	-2,6%	-
	Processo Legislativo	Processo Legislativo	511	379	324	104	187	-14,5%	-79,5%
	Orcamento Público	Orcamento Público	22	22	18	7	4	-18,2%	-42,2%
	Tauiguá/Un	Tauiguá/Un	97	94	85	3	12	-9,6%	-300,0%
	Biblioteconomia	Biblioteconomia	40	29	30	1	10	3,4%	900,0%
	Tradução e Interpretação	Tradução e Interpretação	6	6	6	0	0	0,0%	-
	Administração	Administração	240	215	198	19	42	-7,9%	121,1%
	Arquivologia	Arquivologia	12	0	0	8	12	50,0%	-
	Controle Interno	Contabilidade	25	22	21	0	4	-4,5%	-
Analista Legislativo (Nível III)	Medicina	Medicina	61	48	37	2	24	-22,9%	1100,0%
	Odontologia	Odontologia	8	3	3	5	5	0,0%	0,0%
	Farmácia	Farmácia	2	1	1	0	1	0,0%	-
	Psicologia	Psicologia	5	0	0	5	5	0,0%	0,0%
	Assistência Social	Assistência Social	1	0	0	1	1	0,0%	0,0%
	Enfermagem	Enfermagem	20	14	11	4	9	-21,4%	125,0%
	Fisioterapia	Fisioterapia	4	0	0	0	4	-	-
	Nutrição	Nutrição	2	0	0	0	2	-	-
	Arquitetura	Arquitetura	5	4	4	1	1	0,0%	0,0%
	Engenharia	Engenharia	13	11	9	1	4	-18,2%	300,0%
Técnico e Operador, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico	Manutenção de Maquinás Gráficas	Manutenção de Maquinás Gráficas	3	3	3	4	0	0,0%	-100,0%
	Segurança	Segurança	0	1	0	0	0	-100,0%	-
	Comunicação Social	Comunicação Social	230	200	217	13	13	8,5%	0,0%
	Processo Industrial Gráfico	Processo Industrial Gráfico	30	24	18	18	12	-25,0%	-33,3%
	Redação e Revisão de Textos Gráficos	Redação e Revisão de Textos Gráficos	32	28	24	13	8	-14,3%	-38,5%
	Tecnologia da Informação	Informática Legislativa	259	235	240	3	19	2,1%	533,3%
Advogado (Nível III)	Advocacia	Advocacia	35	27	35	1	0	29,6%	-100,0%
	SUBTOTAL		1.948	1.576	1.481	228	467	-5,7%	104,8%

CONTINUAÇÃO DO ANEXO I

CATEGORIA	ÁREA	ESPECIALIDADE	CARGOS OCUPADOS				CARGOS VAGOS	VARIAÇÃO OCUPADOS 2010/2011 (%)	VARIAÇÃO VAGOS 2010/2011 (%)
			TOTAL DE CARGOS 2011	TOTAL DE CARGOS OCUPADOS EM 2010	TOTAL DE CARGOS OCUPADOS EM 2011	VAGOS 2010			
Apóio Técnico ao Processo Legislativo	Processo Legislativo	476	409	375	67	101	-8,3%	50,7%	
	Assistência a Plenários e Portaria	46	64	46	0	0	-28,1%	-	
Apóio Técnico Administrativo	Administração	437	381	357	46	80	-6,3%	73,0%	
	Arquivologia	8	0	0	8	8	-	0,0%	
Controle Interno	Contabilidade	5	0	0	8	5	-	-37,5%	
	Enfotramagem	30	23	17	1	13	-26,1%	23,0%	
	Odontologia	5	0	0	5	5	-	0,0%	
	Radiologia	2	2	2	0	0	0,0%	-100,0%	
	Reabilitação	1	1	1	4	0	0,0%	-100,0%	
	Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambiente do Espaço Físico e Serviços Gerais	53	43	40	3	13	-7,0%	333,3%	
	Edificações	116	141	116	3	0	-17,7%	-100,0%	
Técnico Legislativo (Nível II)	Policial Legislativo Federal	380	330	272	97	108	-17,6%	11,3%	
	Processo Industrial Gráfico	180	260	325	146	55	-9,7%	-62,3%	
	Comunicação Social	71	53	68	5	3	28,6%	-40,0%	
	Tecnologia da Informação	117	117	95	0	22	-18,8%	-	
Secretário Parlamentar (Nível II)		7	2	6	0	1	200,0%	-	
	SUBTOTAL	2.134	1.926	1.720	398	414	+1,7%	4,0%	
	Auxiliar Legislativo (Nível I)	64	67	64	1	0	-4,5%	-100,0%	
	Apóio Auxiliar ao Processo Industrial Gráfico Segurança	1	1	1	0	0	0,0%	-4,4%	
	SUBTOTAL	65	68	65	1	0	-8,4%	-100,0%	
	TOTAL GERAL	2.200	2.000	1.785	412	414	+0,5%	4,0%	

O AL. GERAL
Obs.: As variações dos carros vagos 2010/2010 1 são decorrentes das extinções/renomeações/cargos feita na Resolução nº 61, de 2010, bem como alterações e provimento por concurso público.

ANEXO II
SERVIDORES EFETIVOS ESTÁVEIS / NÃO-ESTÁVEIS DO SENADO FEDERAL
POSIÇÃO EM 31/8/2011

CARGO	Estáveis		Variação Percentual	Não-Estáveis		Variação Percentual
	2010	2011		2010	2011	
Consultor Legislativo	165	159	-3,6%	0	0	-
Consultor de Orçamento	37	33	-10,8%	2	5	150,0%
Analista Legislativo	1.021	837	-18,0%	318	412	29,6%
Técnico Legislativo	1.041	867	-16,7%	883	847	-4,1%
Secretário Parlamentar	0	0	-	2	6	200,0%
Auditór Legislativo	0	0	-	68	65	-4,4%
Advogado	21	11	-47,6%	6	24	300,0%

ANEXO III
QUADRO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DO SENADO FEDERAL
POSIÇÃO EM 31/8/2011

Nome	Símbolo	Funções existentes		Ocupadas/ bloqueadas 2011	Vagas 2011	Variação (%) das funções existentes
		2010	2011			
Função Comissionada	FC-05	2	2	2	0	0,0%
Função Comissionada	FC-04	36	35	35	0	-2,8%
Função Comissionada	FC-03	243	245	234	11	0,8%
Função Comissionada	FC-02(1)	786	777	716	61	-1,1%
Função Comissionada	FC-01(2)	934	1.048	748	300	12,2%

Obs. Em 2010 não foram computadas as funções comissionadas, símbolos FC-01 e FC-02, decorrentes da aplicação de art. 271 do Regulamento Administrativo do Senado Federal - Parte II.

(1) Entre essas funções há a de Assistente Técnico Parlamentar que se origina do bloqueio de duas funções de Assistente Técnico dos gabinetes parlamentares. É permitida uma função por gabinete. Total de designações em 31/08/2011: 53 funções de Assistente Técnico Parlamentar.

(2) Duas das funções de Assistente Técnico podem ser bloqueadas para a criação de uma de Assistente Técnico Parlamentar, conforme nota (1).

ANEXO IV
QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS DO SENADO FEDERAL
POSIÇÃO EM 31/8/2011

Cargo/Situação	Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo			Servidores Não-Ocupantes de Cargo Efetivo			Cargos Vagos		
	2010	2011	Variação Percentual	2010	2011	Variação Percentual	2010	2011	Variação Percentual
Chefe de Gabinete do Presidente	1	1	0,0%	0	0	-	0	0	-
Chefe da Cenário da Presidência	1	1	0,0%	0	0	-	0	0	-
Coordenador	9	9	0,0%	0	1	11,1%	0	0	-
Dir.ador-Ajudante	6	6	0,0%	0	0	-	0	0	-
Dir.tor de Secretaria	7	7	0,0%	2	1	-50,0%	0	1	-
Coordenador Adjunto - Assessor de Planejamento e Modernização Administrativa	1	1	0,0%	0	0	-	0	0	-
Dir.tor de Subsecretaria	3	3	0,0%	1	1	0,0%	0	0	-
Dir.tor-Executivo do ILB	1	1	0,0%	0	0	-	0	0	-
Vice-Reitor da UNILEGIS	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Dir.tor de Jornalismo	1	1	0,0%	0	0	-	0	0	-
Assessor Especial de Relações Internacionais da Presidência	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Assessor	0	0	-	16	16	0,0%	2	2	0,0%
Assessor do Prodasep	0	0	-	5	5	0,0%	0	0	-
Assessor da Secretaria-Geral da Mesa	0	0	-	2	3	50,0%	1	0	-100,0%
Assessor da Diretoria-Geral	0	0	-	3	1	-66,7%	0	2	-
Assessor da Secretaria de Recursos Humanos (*)	1	1	0,0%	0	0	-	0	0	-
Assessor de Imprensa	0	0	-	2	2	0,0%	(**)	(**)	-
Secretário Especial de Imprensa	0	0	-	0	1	-100,0%	1	0	-100,0%
Assistente Parlamentar de Imprensa API-2	(**)	0	-	2	2	0,0%	(**)	(**)	-
Assistente Parlamentar de Imprensa API-3	(**)	0	-	2	1	-50,0%	(**)	(**)	-
Assistente Parlamentar de Imprensa API-3	(**)	0	-	0	0	-	(**)	(**)	-
Assessor de Gabinete	0	0	-	1	0	-100,0%	0	1	-
Assessor-Técnico da Secretaria Especial de Comunicação Social	1	2	100,0%	0	0	-	0	0	-
Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo									
Cargo/Situação	2010	2011	Variação Percentual	2010	2011	Variação Percentual	2010	2011	Variação Percentual
Assessor Técnico (**) (***)	0	0	-	245	218	-11,0%	(***)	(***)	-
Secretário Parlamentar (****)	0	0	-	265	225	-15,1%	(****)	(****)	-
Motorista	0	0	-	86	92	7,0%	16	9	-43,8%
Assistente Parlamentar AP-8	0	0	-	296	336	13,5%	(****)	(****)	-
Assistente Parlamentar AP-7	0	0	-	63	79	25,4%	(****)	(****)	-
Assistente Parlamentar AP-6	0	0	-	470	506	7,7%	(****)	(****)	-
Assistente Parlamentar AP-5	0	0	-	236	295	25,0%	(****)	(****)	-
Assistente Parlamentar AP-4	0	0	-	349	374	7,2%	(****)	(****)	-
Assistente Parlamentar AP-3	0	0	-	430	474	10,2%	(****)	(****)	-
Assistente Parlamentar AP-2	0	0	-	271	257	-5,2%	(****)	(****)	-
Assistente Parlamentar AP-1	0	0	-	80	111	38,8%	(***)	(***)	-
Servidores Não-Ocupantes de Cargo Efetivo									
Cargo/Situação	2010	2011	Variação Percentual	2010	2011	Variação Percentual	2010	2011	Variação Percentual
Assessor Técnico (****)	0	0	-	245	218	-11,0%	(***)	(***)	-
Secretário Parlamentar (****)	0	0	-	265	225	-15,1%	(****)	(****)	-
Motorista	0	0	-	86	92	7,0%	16	9	-43,8%
Assistente Parlamentar AP-8	0	0	-	296	336	13,5%	(****)	(****)	-
Assistente Parlamentar AP-7	0	0	-	63	79	25,4%	(****)	(****)	-
Assistente Parlamentar AP-6	0	0	-	470	506	7,7%	(****)	(****)	-
Assistente Parlamentar AP-5	0	0	-	236	295	25,0%	(****)	(****)	-
Assistente Parlamentar AP-4	0	0	-	349	374	7,2%	(****)	(****)	-
Assistente Parlamentar AP-3	0	0	-	430	474	10,2%	(****)	(****)	-
Assistente Parlamentar AP-2	0	0	-	271	257	-5,2%	(****)	(****)	-
Assistente Parlamentar AP-1	0	0	-	80	111	38,8%	(***)	(***)	-

Observações:

(*) Os cargos comissionados de Assessor da SERRI totalizam 04 (quatro) cargos e podem ser divididos em AP-1 (75%), AP-2 (50%), AP-3 (25%), AP-7 (16,6%) e AP-8 (12,5%).

(**) Os cargos comissionados de Assessor de Imprensa totalizam 04 (quatro) cargos e podem ser divididos em API-1 (75%), API-2 (50%), API-3 (25%), API-7 (16,6%) e API-8 (12,5%).

(***) Os cargos comissionados de Assessor Técnico totalizam 668 (seiscentos e sessenta e oito) cargos. Desses 668, 214 (duzentos e quarenta e oito) cargos (quarenta e oito e cinquenta) em AP-1, AP-2, AP-3, AP-7 (75%), AP-2 (50%) e API-3 (25%).

****) Os cargos comissionados de Assessor de Comunicação Social não podem ser divididos.

*****) Os cargos comissionados de Secretário Parlamentar totalizam 607 (seiscentos e sete) cargos. Desses 607, 101 (cento e um) podem ser divididos em AP-4 (50%), e os 506 (quinhentos e seis) restantes em AP-4, AP-5 e AP-6 (12,5%).

CONTINUAÇÃO DO ANEXO IV

Cargo/Situação	Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo			Servidores Não-Ocupantes de Cargo Efetivo			Cargos Vagos		
	2010	2011	Variação Porcentual	2010	2011	Variação Porcentual	2010	2011	Variação Porcentual
Analista de Sistema Senior I	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Analista de Sistema Senior II	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Analista de Sistema Senior III	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Analista de Suporte	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Analista Senior de Vídeo Conferência	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Assessor Técnico de Diretoria	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Assessor Técnico do Diretor Nacional	0	0	-	0	0	-	1	1	0,0%
Assistente Administrativo	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Consultor de Informática	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Consultor para Supervisionar a Central de Relacionamento	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Desenvolvedor de Infra-Estrutura Técnológica	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Desenvolvedor de Sistemas	0	0	-	0	0	-	1	1	0,0%
Especialista em Administração	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Especialista em Comunicação e Marketing	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Especialista em Desenvolvimento de Educação à Distância	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Especialista em Editoria de Portal de Internet	0	0	-	2	2	0,0%	1	1	0,0%
Especialista em Educação I	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Especialista em Educação II	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Especialista em Implementação de Educação à Distância	0	0	-	0	0	-	1	1	0,0%
Especialista em Informática para Educação à Distância	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Especialista em Marketing de Relacionamento	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Especialista em Promoção de Eventos	0	0	-	0	0	-	1	1	0,0%
Gerência da Central de Relacionamento	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Secretário de Curso de Educação à Distância	0	0	-	0	0	-	1	1	0,0%

Cargo/Situação	Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo			Servidores Não-Ocupantes de Cargo Efetivo			Cargos Vagos		
	2010	2011	Variação Porcentual	2010	2011	Variação Porcentual	2010	2011	Variação Porcentual
Secretaria-Executiva Bilíngue	0	0	-	0	0	-	1	1	0,0%
Técnico Administrativo	0	0	-	1	1	0,0%	1	1	0,0%
Técnico de Serviços e Segurança de Rede	0	0	-	1	0	-100,0%	0	1	-
Técnico em Administração Pediátrica	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Técnico Operador de Vídeo Conferência	0	0	-	2	2	0,0%	0	0	-

ANEXO V

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DOS CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DO SENADO FEDERAL (Lei nº 12.300 de 26/07/2010)

		CONSULTOR F. ADVOGADO		ANALISTA LEGISLATIVO		TÉCNICO LEGISLATIVO		AUXILIAR LEGISLATIVO	
Partido	Vencimento (R\$)	Gratificação de Atividade Legislativa (R\$)	Gratificação de Representação (R\$)	Gratificação de Desempenho (R\$)					
45	6.411,08	10.642,39	4.103,09	3.846,65					Total (R\$) 25.003,21
44	6.218,75	10.642,39	4.103,09	3.731,25					24.695,48
43	6.032,18	10.642,39	4.103,09	3.619,31					24.396,97
42	5.851,22	10.642,39	4.103,09	3.510,73					24.107,43
41	5.675,68	10.642,39	4.03,09	3.405,41					23.826,57
Padrão	Vencimento (R\$)	Gratificação de Atividade Legislativa (R\$)	Gratificação de Representação (R\$)	Gratificação de Desempenho (R\$)					
45	6.411,08	7.693,30	2.049,10	3.731,25					Total (R\$) 20.969,13
44	6.218,75	7.693,30	2.049,10	3.619,31					20.592,40
43	6.032,18	7.693,30	2.049,10	3.510,73					20.283,89
42	5.851,22	7.693,30	2.049,10	3.405,41					20.004,55
41	5.675,68	7.693,30	2.049,10	3.301,25					19.723,49
40	5.505,41	7.693,30	2.049,10	3.204,14					19.451,06
39	5.340,24	7.693,30	2.049,10	3.108,02					19.186,78
38	5.180,03	7.693,30	2.049,10	3.018,02					18.910,45
37	5.024,63	7.693,30	2.049,10	2.924,34					18.631,81
36	4.873,90	7.693,30	2.049,10	2.924,34					18.440,64
Padrão	Vencimento (R\$)	Gratificação de Atividade Legislativa (R\$)	Gratificação de Representação (R\$)	Gratificação de Desempenho (R\$)					
36	4.873,90	6.969,68	1.795,10	2.924,34					Total (R\$) 16.563,02
35	4.727,67	6.969,68	1.795,10	2.836,60					16.329,05
34	4.585,86	6.969,68	1.795,10	2.751,50					16.102,12
33	4.448,27	6.969,68	1.795,10	2.638,96					15.882,01
32	4.314,81	6.969,68	1.795,10	2.582,89					15.668,48
31	4.185,38	6.969,68	1.795,10	2.511,23					15.461,39
30	4.167,21	6.969,68	1.795,10	2.501,33					15.312,32
29	4.042,19	6.969,68	1.795,10	2.421,21					15.232,28
28	3.920,93	6.969,68	1.795,10	2.352,56					15.038,27
27	3.801,29	6.969,68	1.795,10	2.28,97					14.850,04
26	3.689,19	6.969,68	1.795,10	2.213,51					14.667,48
25	3.578,52	6.969,68	1.795,10	2.147,11					14.490,41
24	3.471,16	6.969,68	1.795,10	2.082,10					14.318,54
23	3.367,02	6.969,68	1.795,10	2.026,21					14.152,01
22	3.266,02	6.969,68	1.795,10	1.958,61					13.990,41
21	3.168,64	6.969,68	1.795,10	1.906,82					13.831,64

CONTINUAÇÃO DO ANEXO V

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DOS CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DO SENADO FEDERAL (Lei nº 12.300 de 28/07/2010)

TABELAS DE CARGOS EFETIVOS POR NÍVEL

NÍVEL SUPERIOR		NÍVEL MÉDIO		NÍVEL AUXILIAR	
Padrão	R\$	Padrão	R\$	Padrão	R\$
45	6.411,08	36	4.873,90	30	4.672,21
44	6.218,75	35	4.727,67	29	4.042,19
43	6.032,18	34	4.585,84	28	3.920,93
42	5.851,22	33	4.448,27	27	3.803,29
41	5.675,68	22	4.314,81	26	3.689,19
40	5.505,41	31	4.185,38	25	3.578,52
39	5.340,24	30	4.067,21	24	3.471,16
38	5.180,03	29	4.042,19	23	3.367,02
37	5.024,63	28	3.920,93	22	3.266,02
36	4.873,90	27	3.801,29	21	3.168,04
		26	3.689,19	20	2.801,21
		25	3.578,52	19	2.489,96
		24	3.471,16	18	2.213,30
		23	3.367,02	17	1.967,37
		22	3.266,02	16	1.748,78
		21	3.168,04	15	1.554,47

Funções Comissionadas		Valor (R\$)
FC		
FC01		1.795,10
FC02		2.949,10
FC03		4.103,09
FC04		5.257,09
FC05		6.411,08

Observação:

Os ocupantes dos cargos de Advogado e Consultor, quando designados para o exercício de função comissionada, têm a Gratificação de Atividade Legislativa calculada com o coeficiente de 1,22, próprio do Analista.

CONTINUAÇÃO DO ANEXO V

REMUNERAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS DO SENADO FEDERAL

(Não optante)

REMUNERAÇÃO

Cargo	Vencimento (R\$)	Gratificação de Representação (R\$)	Gratificação de Desempenho (R\$)	Total (R\$)
SE01	4.873,90	5.013,45	2.924,34	12.811,69
SE02	5.851,22	6.975,25	3.910,73	16.337,20
SE03	6.411,08	8.937,04	3.846,65	19.194,77
AP01	4.368,41	5.231,43	2.633,05	12.232,89
AP02	2.925,60	3.487,61	1.755,36	8.168,57
AP03	1.462,80	1.743,81	877,68	4.084,29
AP04	2.436,95	2.506,73	1.462,17	6.405,85
AP05	1.218,48	1.253,37	731,09	3.202,94
AP06	609,24	626,68	365,54	1.601,46
AP07	971,30	1.157,89	592,78	2.711,97
AP08	731,40	871,90	438,84	2.042,14
(Quanto pelo vencimento do cargo efetivo)				
REMUNERAÇÃO				

(Quanto pelo vencimento do cargo efetivo)

REMUNERAÇÃO

Cargo	Vencimento 55% (R\$)	Gratificação de Representação 100% (R\$)	Gratificação de Desempenho (R\$)	Total (R\$)
SE01	2.600,64	5.013,45	-	7.694,09
SE02	3.218,17	6.975,25	-	10.193,42
SE03	3.526,09	8.937,04	-	12.463,13
AP01	2.413,62	5.231,43	-	7.645,05
AP02	1.609,08	3.487,61	-	5.096,69
AP03	804,54	1.743,81	-	2.548,35
AP04	1.340,32	2.506,73	-	3.847,05
AP05	670,16	1.253,37	-	1.923,53
AP06	335,08	626,68	-	961,76
AP07	534,21	1.157,89	-	1.692,10
AP08	402,27	871,90	-	1.274,17

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(3,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(3,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽³⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO (8)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾	

Notas:

- *. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.
- 1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
- 2. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
- 3. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
- 4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
- 5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPL, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁶⁾	2.
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁴⁾
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾	2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽⁴⁾
Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽³⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽³⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 6133033514
Fax: 6133031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽⁴⁾

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(3,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDABG)

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
5. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB)
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

MEMBROS

Gilson Dipp

Maria Tereza Moura

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muñoz Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazzotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) ^(4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) ^(12,13)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferrão é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁴⁾	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgálio, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 - GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 16/03/2011

Instalação: 29/03/2011

Prazo prorrogado: 16/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 16/2011-PRES/CAS, que comunica a instalação da Subcomissão em 29.03.2011, bem como a eleição dos Senadores Wellington Dias e Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
2. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
3. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 10/2011-PRES/CAS, que comunica a criação da Subcomissão mediante a aprovação do Requerimento nº 2/2011-CAS, em 16.03.2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 11/2011-PRES/CAS, que comunica a designação dos membros da Subcomissão.
- ***. Em 08.06.2011, o Presidente da CAS comunica a prorrogação do prazo inicial por noventa dias, de 26.06 para 7.10.2011 (OF. nº 61/2011-PRES/CAS).
- ****. Em 31.08.2011, foi lido o Ofício nº 137/2011-PRES/CAS, que comunica a prorrogação do prazo da Subcomissão por setenta dias (16.12.2011).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) ^(3,5,16,21)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgálio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).

26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS N° 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado(OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferreira, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- 1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
- 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
- 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
- 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
- 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
- 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
- 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
- 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
- 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ^(1,5)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽⁵⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO (3)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Reditario Cassol (PP) ^(2,3,5)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
 2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(5,8)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

- Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
- Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO ⁽¹⁵⁾
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(5,9,17)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁶⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).

12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
- ***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾	4. VAGO ^(2,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ^(3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(9,10)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(6,13)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude da Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Redentário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude do Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Reditario Cassol (PP) ^(4,6)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,4,7)

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 220/2011-PRES/CDR).
7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella foi eleito vice-presidente da Subcomissão (Of. n° 221/2011-Pres/CDR).
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olímpíada e Paraolímpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) (13,14)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) (4,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁶⁾
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽¹⁰⁾	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(7,8)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Redentário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES		SUPLENTES
PMDB		
Lobão Filho (MA)		1.
João Alberto Souza (MA)		2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)		3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)		4. Eunício Oliveira (CE)
PT		
Humberto Costa (PE)		1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)		2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)		3. Angela Portela (RR)
PSDB		
Mário Couto (PA)		1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)		2. VAGO ⁽²⁾
PTB		
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)
DEM		
Jayme Campos (MT)		1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR		
Vicentinho Alves (TO)		1.
PP		
Ciro Nogueira (PI)		1.
PDT		
Acir Gurgacz (RO)		1.
PSB		
Antonio Carlos Valadares (SE)		1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)		

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 27/06/2011

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾

PP

Reditario Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾

PSOL

VAGO ^(14,16)

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 01/09/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of.º 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of.º 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.º 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.º 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.º 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.º 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.º 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.º 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.º 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of.ºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of.º GLPMDB 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.
16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾

PP

Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1^a reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1^a reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾

PSB

Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	PRESIDENTE José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago (PMDB/PB)
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	1º SECRETÁRIO Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP)	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	LÍDER DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA João Paulo Cunha (PT/SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶

Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	José Agripino (DEM)
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 13.09.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP) ²	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

- 1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.
- 2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
- 3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054 **GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054 **GESTÃO - 00001** **COD. - 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima
EMISSÃO DE GRU SIAFI.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ
FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49



Edição de hoje: 166 páginas

OS: 2011/15042